Filantropia Socioambiental nas Cidades

Desafios e experiências para a construção de cidades social e ambientalmente justas no século 21

casa CIDADES

fundo casa SOCIOAMBIENTAL

Filantropia Socioambiental nas Cidades

Desafios e experiências para a construção de cidades social e ambientalmente justas no século 21

Expediente

Organizadora: Graciela Hopstein
Revisão: Caio C. Maia
Projeto gráfico da capa: Motora Design
Projeto gráfico do miolo: Ape'ku Editora

Equipe Fundo Casa Socioambiental 2020
Diretora Executiva: Cristina Orpheo
Diretora de Desenvolvimento Estratégico: Maria Amália Souza
Coordenadora do Programa Casa Cidades: Claudia Gibeli
Coordenadora de Finanças: Taila Wengrzynek
Equipe Técnica: Alahir Maha Amaral; Attilio Zolin; Beatriz Roseiro; Inimá P. Lacerda; Jani Aparecida Joana; Janice Mello; Maíra Lacerda; Rodrigo Montaldi; Rodrigo Moreira; Vanessa Ourique Purper.

Conselho deliberativo (2017 - 2020)
Presidente: Silvio Sant'ana.
Integrantes do Conselho Deliberativo: Almos Makray; Brent Millikan; Carlos Rittl; Mércia Consolação Silva; Rubens Harry Born; Selma dos Santos Dealdina; Severiá Maria Idioriê Xavante.

Filantropia Socioambiental nas Cidades

Desafios e experiências para a construção de cidades social e ambientalmente justas no século 21

Copyright desta edição ©2021 by Fundo Casa Socioambiental

Foi feito o depósito legal conforme Lei 10.994 de 14/12/2004

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

F981f Fundo Casa Socioambiental
Filantropia Socioambiental nas Cidades: desafios e experiências para a construção de cidades social e ambientalmente justas no século 21 – Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2021.
182 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-86657-70-8 versão impressa
ISBN 978-65-86657-67-8 versão digital

Inclui bibliografia.
1. Problemas ambientais. 2. Cidades. I. Título. II. Autor.

CDD 363.7

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

Apresentação 9
por Graciela Hopstein

CAPÍTULO 1
FILANTROPIA SOCIOAMBIENTAL E COMUNITÁRIA:
o Programa Casa Cidades

O Fio da Vida, as Cidades e o Nosso Futuro 17
por Cristina Orpheo & Maria Amália Souza

Cidadania insurgente e o direito à cidade – soluções e desafios..... 33
por Cláudia Gibeli Gomes

CAPÍTULO 2
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E OS DESAFIOS PARA AS CIDADES NO SÉCULO XXI

Programa Cidades Sustentáveis do Fundo Casa: crises, práticas e conhecimentos adquiridos 43
por Silvio Sant'Ana

A estruturação em curso dos negócios de impacto habitacional..... 54
por João de Araújo Chiavone & Paula Freire Santoro

Cidades, Clima e Gestão: Desafios para o Século XXI 69
por Renato Pêgas Paes da Cunha

CAPÍTULO 3
FILANTROPIA SOCIOAMBIENTAL E DIREITO À CIDADE:
democratização do acesso a recursos da filantropia

Desafios da democratização do acesso a recursos da filantropia e direito às cidades sustentáveis 78
por Rubens Harry Born

Do território para a cidade: como o capital filantrópico pode contribuir para a produção de cidades mais igualitárias..... 91
por Fabiana Tock & Pedro de Lima Marin

Urbanismo colaborativo e mobilização social para ação transformativa na cidade 97
por Bárbara Bonetto, Julia Ceccon & Mariana Morais

Quando a filantropia socioambiental traz para os holofotes quem está na invisibilidade: a luta do Mutirão Carolina Maria de Jesus pelo direito de construir através de autogestão e mutirão..... 106
por Sandra Kocura

CAPÍTULO 4
HISTÓRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Agroecologia urbana: sentir, produzir e transformar cidades 113
por Lorena Anahi Fernandes da Paixão

Redes de bancos comunitários e suas potencialidades na transformação urbana..... 118
por Denise Barbieri Biscotto, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa & Maria Angélica Carvalho Andrade

União campo-cidade: do grupo de consumo responsável à estruturação de uma cooperativa solidária de distribuição 126
por Vitor Tonzar Chaves

Aprender a Ampliar as Escutas de Corpos Não Auscultados 132
por Jezz Rodrigues (Jéssica Camila Ramos Rodrigues) & Jô Pereira (Josivete Pereira da Silva)

Experiências de promoção da mobilidade a pé no Brasil 138
por Silvia Stuchi & Sonia Paulino

Pedalando Para o Futuro 149
por Attilio Zolin & Carlos Leandro de Oliveira

A comunicação como ferramenta na garantia de direitos dos Territórios Tradicionais Pesqueiros: a experiência desenvolvida com jovens da Ilha de Deus, desafios e transformações 157
por Edson Cruz (Edson Fly)

Quando nossos olhos se voltaram para o mesmo lugar 161
por Flávio Eduardo da Silva Assis (Dudu de Morro Agudo)

Apresentação

Graciela Hopstein[1]

A publicação ***Filantropia Socioambiental nas Cidades: Desafios e Experiências para a Construção de Cidades Social e Ambientalmente Justas no Século 21*** nasce a partir da conclusão do Programa Casa Cidades, coordenado pelo Fundo Casa Socioambiental entre 2017 e 2020, no intuito de sistematizar os aprendizados relacionados à sua implementação. Os artigos reunidos nesta coletânea foram elaborados com a finalidade de gerar reflexões e conhecimentos sobre o campo da filantropia socioambiental, com foco no apoio a pequenos projetos e nos processos de transformação gerados a partir da atuação dos movimentos, grupos e organizações de base em diversos territórios urbanos do Brasil.

A ideia da publicação é apresentar um conjunto de textos contendo análises, reflexões, experiências e histórias de transformação vinculadas às temáticas de cidades, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, sociedade civil, políticas públicas e filantropia de justiça socioambiental. Os textos desenvolvidos pelos/as diferentes autores/as, em diversos formatos, contemplam uma abordagem interseccional, com ênfase em questões de gênero, raça, etnia, juventude, entre outras, consideradas eixos analíticos transversais e estratégicos tanto no

1 Organizadora da publicação. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Política Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Consultora, pesquisadora e professora na área social. Autora de artigos e livros com temáticas vinculadas a políticas públicas, movimentos sociais e filantropia. Atualmente é coordenadora executiva da Rede de Filantropia para a Justiça Social.

contexto do Programa Casa Cidades como desta publicação.

Trata-se da reunião de autores/as com diversos perfis – membros/as da equipe e do conselho do Fundo Casa Socioambiental, parceiros, lideranças, ativistas, especialistas, etc. – que trazem análises com foco em experiências nas mais diversas áreas e territórios de atuação, mapeando os principais desafios, oportunidades e potencialidades do trabalho na área de filantropia socioambiental, com foco em cidades.

Levando em conta que uma das finalidades da publicação é dar voz às organizações de base e aos movimentos sociais, contribuíram com artigos para esta coletânea não apenas especialistas, mas também lideranças de grupos, coletivos e organizações da sociedade civil apoiados pelo Fundo Casa Socioambiental. Assim, através de artigos analíticos, entrevistas e/ou histórias de transformação, são realizadas reflexões aprofundadas a partir de diversas perspectivas e percepções sobre os vários temas abordados.

Esta publicação está organizada em quatro capítulos: *Filantropia socioambiental e comunitária: O Programa Casa Cidades*; *Desenvolvimento econômico e os desafios para as cidades no Século XXI*; *Filantropia socioambiental e direito à cidade: democratização do acesso a recursos*; e *Histórias de transformação*. Com base nesses eixos temáticos, esta coletânea procura não apenas construir uma narrativa completa sobre processos de transformação através da filantropia de justiça socioambiental, mas também ser uma referência para a prática filantrópica de base comunitária. Ademais, trata-se de um espaço de trocas de experiências que podem, eventualmente, se tornar tecnologias sociais replicáveis em outros contextos e cenários.

O livro se inicia com o capítulo *Filantropia socioambiental e comunitária: O Programa Casa Cidades,* contendo dois artigos de abertura. O primeiro, de autoria de Cristina Orpheo e Maria Amália Souza, que integram a equipe diretiva do Fundo Casa Socioambiental, é um texto introdutório e de apresentação da obra, no qual se apresenta o cenário de atuação do fundo a partir de uma análise aprofundada sobre a visão da filantropia de justiça socioambiental e comunitária. O artigo parte de

uma abordagem voltada para os apoios a pequenos grupos, coletivos e organizações da sociedade civil, e apresenta os princípios e concepções "filosóficas" que guiam a atuação do Fundo Casa Socioambiental, assim como sua trajetória de atuação nesse campo no Brasil. Esse texto de abertura é, certamente, um ponto de partida essencial desta publicação, já que contribui para construir os alicerces que orientam a obra.

O segundo artigo do capítulo, de autoria de Claudia Gibeli Gomes, apresenta em maiores detalhes o Programa Casa Cidades e os resultados alcançados. A autora realiza, dessa forma, uma apresentação do contexto socioeconômico e ambiental das cidades no século 21, em especial as do Sul Global. Através dos processos hegemônicos de crescimento e formação das cidades, o artigo ocupa-se de apontar a importância do Programa Casa Cidades para fortalecer os projetos concebidos, construídos e executados por grupos de base.

O segundo capítulo, *Desenvolvimento econômico e os desafios para as cidades no Século XXI*, inicia com o artigo de Silvio Sant'Ana, no qual o autor analisa a situação socioambiental e as condições das cidades na atualidade. Através de uma análise detalhada, o artigo examina o problema da pandemia de covid-19 nas cidades e apresenta observações e aprendizados gerados a partir do Programa Casa Cidades.

O artigo que segue, de autoria de Paula Freire Santoro e João de Araújo Chiavone, pretende investigar a estrutura dos negócios sociais que têm um impacto habitacional nas cidades. Assim, após explicar a natureza desses negócios, a autora e o autor trazem desafios e perguntas para o debate urgente em torno dessa problemática.

Continuando, o artigo de Renato Pêgas Paes da Cunha, fundador do Grupo Gambá e Presidente do Conselho do Fundo Casa Socioambiental, analisa os desafios enfrentados pelas cidades frente à crescente urbanização diante da emergência climática. Com um relato sobre a experiência desenvolvida na Região Metropolitana de Salvador pelo Programa Casa Cidades, o texto ressalta a necessidade da criação de políticas públicas voltadas para o crescimento urbano e marca a importância dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) enquanto

referências para criação de cidades mais inclusivas.

A partir das temáticas e debates desenvolvidos nos capítulos anteriores, o terceiro capítulo, *Filantropia socioambiental e direito à cidade: democratização do acesso a recursos* apresenta quatro artigos que exploram o papel da filantropia e do acesso a recursos financeiros para iniciativas vinculadas às cidades e desenvolvimento urbano. O primeiro artigo do capítulo, de autoria de Rubens Harry Born, apresenta os elementos necessários ou estratégicos para atender aos desafios de democratização para o acesso aos recursos da filantropia socioambiental e direito à cidade.

O artigo de Fabiana Tock e Pedro de Lima Marin, ambos da equipe da Fundação Tide Setubal, parte da experiência do Plano de Bairro do Jardim Lapenna para apontar os diferentes caminhos para a contribuição do capital filantrópico na produção de cidades mais equilibradas e inclusivas.

Em seguida, Bárbara Bonetto, Júlia Ceccon Ortolan e Mariana Morais, da equipe do Instituto COURB (Instituto de Urbanização Colaborativa), abordam o urbanismo colaborativo e a mobilização social enquanto agentes da transformação social nas cidades. Diante de um planejamento urbano que cria injustiças e assimetrias de poder, as autoras apontam para os princípios do urbanismo colaborativo enquanto chave teórica aglutinadora de práticas de gestão, planejamento e usos alternativos do espaço urbano, criando cidades mais justas e inclusivas.

Encerrando o capítulo, Sandra Kocura, do Mutirão Carolina Maria de Jesus, apresenta um artigo analisando o papel da filantropia socioambiental enquanto ferramenta para desinvisibilizar pessoas que constroem lutas autogestivas e de mutirão, a partir da experiência do Mutirão Carolina Maria de Jesus, no Bairro Belém, em São Paulo/SP. Assim, a filantropia de justiça socioambiental é apontada enquanto ferramenta potencializadora para a construção de uma sociedade mais justa, inclusive no que diz respeito ao acesso à moradia

No quarto e último capítulo, *Histórias de transformação*, são apresentadas histórias e experiências por parte de lideranças e ativistas de grupos, movimentos e organizações da sociedade civil desenvolvidas

com o apoio do Programa Casa Cidades e os seus impactos na transformação em diversas dimensões: nos territórios, nas realidades e experiências locais, na vida das pessoas envolvidas nas diversas iniciativas comunitárias e dinâmicas socioambientais.

O artigo de autoria de Lorena Anahi Fernandes da Paixão, membra da equipe da Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas (REDE), apresenta a agroecologia urbana como forma de sentir, produzir e transformar cidades. Assim, a autora analisa como os apoios do Programa Casa Cidades fortaleceram a agroecologia urbana em várias cidades brasileiras, ampliando seus efeitos positivos e a sustentabilidade das iniciativas.

O texto das autoras Denise Barbieri Biscotto, Jeanine Pacheco Moreira Barbosa e Maria Angélica Carvalho Andrade, do Ateliê de Ideias, baseia-se nas experiências proporcionadas pelo Programa Casa Cidades e aborda a iniciativa de articulação local nos processos de transformação urbana a partir dos bancos comunitários de desenvolvimento e sua articulação em rede.

Por sua vez, Vitor Tonzar Chaves desenvolve um artigo sobre a organização de grupos de consumo responsável e sua importância para a agricultura familiar. O autor apresenta uma experiência baseada em circuitos curtos de comercialização (circuitos comunitários, envolvendo menores distâncias, ao invés de grandes cadeias de comércio), apoiada pelo Fundo Casa Socioambiental, que culminou na estruturação de uma cooperativa solidária de distribuição de alimentos, hoje conhecida como Terra e Liberdade.

O artigo de autoria de Jô Pereira (Josivete Pereira da Silva) e Jezz Rodrigues (Jéssica Camila Ramos Rodrigues) aborda a temática de mobilidade urbana – no caso, de bicicleta – vinculada à questão racial. Trata-se de um relato das experiências coletivas de mulheres/meninas negras e periféricas da zona leste e zona sul de São Paulo que pautam ações vinculadas às temáticas de mobilidade, mulher e bicicleta. Essas ações desenvolvidas com apoio do Fundo Casa Socioambiental permitiram o acesso coletivo a sonhos/objetivos relativos à mobilidade urbana

e acesso a direitos por parte mulheres negras.

Silvia Stuchi, da Corrida Amiga, e Sonia Paulino são autoras de um artigo que analisa o papel e a ação de organizações e coletivos que atuam no âmbito da mobilidade a pé. Dessa forma, as autoras trazem para a obra projetos e experiências que influenciaram ações e/ou políticas públicas a partir do mapeamento realizado pelo projeto Como Anda.

Explorando a mobilidade urbana através do uso de bicicletas, Carlos Leandro de Oliveira, do Pedala Queimados e Pedalando para o Futuro, é entrevistado por Attilio Zolin. A narrativa aborda o uso de bicicletas como forma de liberdade e alternativa para a mobilidade urbana. Isso porque o tempo de viagem enfrentado por muitas pessoas moradoras de Queimados até o centro do Rio de Janeiro pode chegar a duas horas, totalizando quatro horas diárias dentro do trem. Ao longo do relato, Carlos Greenbike, como o ativista é conhecido, aponta a importância que as bicicletas podem apresentar para a qualidade de vida de muitas pessoas que habitam municípios carentes de sistemas de transporte eficientes.

Por sua vez, o texto de Edson Fly (Edson Cruz), integrante da Ação Comunitária Caranguejo Uçá, busca destacar a comunicação enquanto ferramenta para a garantia de direitos nos territórios tradicionais pesqueiros. Através da experiência desenvolvida com jovens da Ilha de Deus, em Recife, o autor analisa os desafios e transformações alcançadas pelo projeto. Assim, diante do contexto adverso perante a ausência de incentivo à realização de uma leitura crítica do mundo atual, "onde a comunicação serve a interesses escravocratas", o autor aponta o Programa Casa Cidades como uma iniciativa que abre a possibilidade de superar esses desafios.

O artigo de Dudu do Morro do Agudo (Flávio Eduardo da Silva Assis) apresenta os desdobramentos do projeto "Meu Bairro, Meu Ambiente", desenvolvido pelo Instituto Enraizados com jovens moradores do bairro Morro Agudo, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. O artigo aborda a contribuição do Fundo Casa Socioambiental enquanto chave importante na trajetória de transformação da organização e, conse-

quentemente, dos/das jovens moradores do Morro do Agudo.

Através das análises e da apresentação de relatos, reflexões e entrevistas, é possível vislumbrar não apenas as profundas injustiças presentes nos territórios urbanos no país, mas também experiências de transformação, entendidas como respostas às adversidades nos diversos contextos socioambientais. O Programa Casa Cidades buscou apoiar essas iniciativas de luta e resistência conduzidas por movimentos, grupos e organizações da sociedade civil.

Esta publicação é um convite para entender a necessidade de fortalecer a filantropia de justiça socioambiental construída das margens para o centro, de forma tal que permita que as/os leitoras/es conheçam análises e experiências transformadoras de realidades, enxergando nas iniciativas inovadoras já existentes nos territórios urbanos um potencial fundamental para construir cidades mais justas e sustentáveis. E certamente esse é o campo no qual a filantropia e o investimento social privados devem olhar com atenção.

A partir das análises apresentadas, é possível afirmar que existe uma janela de oportunidade para que fundações e proprietários de grandes riquezas sejam catalisadores que ajudem a construir um futuro capaz de enfrentar, no nível sistêmico, alguns dos problemas ambientais e sociais mapeados e analisados nesta coletânea. Isso será possível se a filantropia começar a atuar de forma articulada com os movimentos e organizações de base, atendendo às suas demandas e necessidades e construindo agendas numa dinâmica "de baixo para cima", reconhecendo o poder protagonista e a potência das comunidades nos processos de resistência e transformação.

CAPÍTULO 1

FILANTROPIA SOCIOAMBIENTAL E COMUNITÁRIA: o Programa Casa Cidades

O Fio da Vida, as Cidades e o Nosso Futuro

*A origem da expressão "Fio da Vida" deriva da mitologia grega, da história sobre as Moiras, três irmãs e deusas primordiais chamadas Cloto, Láquesis e Átropos, encarregadas de comandar o destino da humanidade por meio da tecelagem de um **fio** que liga tudo — determinando o curso de cada vida, seu sucesso e fracasso, e seu lugar dentro do entrelaçamento da trama e da roda da fortuna. Fio que pode tanto tecer a felicidade quanto, se rompido, gerar as piores tragédias.*

Cristina Orpheo[2]
Maria Amália Souza[3]

2 Formada em Administração e pós-graduada em gestão de projetos sociais, terceiro setor e gestão ambiental, tem 20 anos de experiência em elaboração e gestão de projetos, gestão de recursos humanos, elaboração de projetos, planejamento estratégico e mobilização de recursos. Nos últimos 10 anos atua com grantmaking e apoios a grupos comunitários de base.

3 Fundadora e Conselheira Sênior do Fundo Casa Socioambiental, vem dedicando sua vida a desenhar estratégias que assegurem que recursos filantrópicos cheguem às populações mais excluídas do Sul Global - especialmente da América do Sul - que trabalham nos temas de justiça social e ambiental. É cofundadora da Rede de Filantropia para a Justiça Social e membro do Comitê Coordenador da Human Rights Funders Network. É conselheira do The Ocean Foundation, International Rivers-Brasil, e presidente do conselho do NUPEF. Em 2016, ela foi uma das 7 finalistas do Olga Alexeeva Memorial Prize, que reconhece inovadores no campo da filantropia mundial, sendo a única da América do Sul.
Seus mais de 35 anos de vida profissional incluem atuação junto a ONGs internacionais, consultorias para empresas e trabalhos com redes emblemáticas da área socioambiental

Nunca na história recente da humanidade a sensação de se ter a vida por um fio foi tão real como em 2020 e 2021. A pandemia mudou o planeta todo. O fio que sustentava a vida foi rompido, resultado de um conjunto perturbador de ações humanas que provocaram uma reação sem precedentes. A incapacidade humana de se perceber parte dessa trama nos tem feito, há muito tempo, perder a percepção da nossa profunda interconexão com a sustentabilidade da vida. Essa perda de perspectiva tem provocado profundos distúrbios na nossa relação, refletidos como nunca no que agora vivenciamos e em suas consequências nefastas para toda a humanidade. A ruptura de fios que mantinham equilibrada essa trama da vida não pode mais ser ignorada. Mais do que isso, esta trama precisa ser reparada, recuperada, se esperamos continuar vivendo neste planeta de forma digna e justa para com todos os seres.

Talvez nas cidades, nos aglomerados formados por grande concentração de humanos e concreto, essa percepção de fazer parte intrínseca e interdependente da teia da vida tenha se esvaído ainda mais rápido e há mais tempo. O afastamento dos processos naturais, dos ciclos das chuvas, do plantio e da colheita, da origem dos alimentos, do mundo natural, foi criando um ofuscamento dessa verdade intrínseca a todo ser vivo. Ao mesmo tempo, os temas ambientais têm estado presentes nas agendas dos governos e do setor empresarial, com forte pressão da sociedade civil por mudanças e por uma postura que priorize ações sustentáveis. E nesse processo, as cidades, nos seus inchamentos históricos, sua complexidade e concentração, protagonizam tanto os mais profundos problemas de separação como também as soluções mais criativas e inovadoras para corrigirmos nossa rota e redesenharmos nosso futuro.

Enquanto o Fundo Casa buscava entender os grupos urbanos e suas propostas por soluções dentro de seus espaços, culturas e condições, um universo promissor surgiu. As soluções estão aí, elas partem das próprias comunidades que vivenciam os problemas, mas que rara-

sul-americana. Sua formação acadêmica inclui graduação em Desenvolvimento e Serviços Internacionais com foco em Estudos Internacionais de Meio Ambiente pela World College West, California, em 1989; graduação no Donnella Meadows Leadership Fellows Program em 2005; e um programa em Biopsicologia pelo Instituto Visão Futuro em 2007.

mente são ouvidas ou têm acesso a recursos adequados para executá-las. Para entender essa dinâmica complexa, é preciso estar disposto a ouvir. E foi o que fizemos. Num longo e interessante processo de escuta, o Fundo Casa mergulhou no universo das populações de 10 regiões metropolitanas do Brasil, no intuito não só de se preparar para responder com o Programa Casa Cidades ao que fosse determinado por essas mesmas comunidades, mas de capturar essas lições, de aprofundar análises que trouxessem ao campo da filantropia uma forma eficiente de resposta a essas crescentes demandas. Para isso, o programa foi desenhado de maneira inovadora, tendo o aprendizado, a escuta, o estímulo à troca entre essas diversas realidades urbanas desse país tão culturalmente diverso como seu carro-chefe. Ter dados para entender e devolver o melhor para as comunidades urbanas foi nosso maior objetivo — e os resultados têm sido surpreendentes.

Para entender o que aprendemos hoje, e como chegamos aqui, precisamos também do olhar histórico. O mundo e as civilizações se delinearam ao longo da história privilegiando interesses de grupos da elite e economias predatórias. Aqui nesta região do planeta a história não foi diferente — o modelo de ocupação da América do Sul, independentemente da origem predominante ser espanhola ou portuguesa, sempre esteve voltado para o benefício de poucos, a partir da exploração e do esgotamento dos recursos humanos e naturais. Isso foi exacerbado por meio da exploração e privatização de grandes territórios, viabilizadas por expedições de contato com o domínio das populações tradicionais, dando lugar a grandes obras de cunho integrativo como rodovias, ferrovias, hidrovias e produção de energia como grandes hidrelétricas, termoelétricas e outras formas de infraestrutura. Também resultou desse processo a extração intensiva da cobertura vegetal/floresta, de minérios, do petróleo, a construção de formas agressivas de escoamento, como oleodutos, gasodutos e linhas de transmissão, e de processamento como as refinarias, entre tantas outras formas. As grandes plantações de soja para exportação, e da cana-de-açúcar para o biocombustível, provocaram ainda mais danos aos ambientes

naturais e suas populações. As cidades sul-americanas, por sua vez, recebem os párias desse processo de expulsão, provocando uma concentração ímpar de pobreza, exclusão e ocupação desordenada, que aumenta o desequilíbrio ambiental nas regiões metropolitanas. A falta de emprego e de condições dignas de vida está dada, fazendo com que o abismo da desigualdade social seja cada vez mais profundo.

Para que haja transformação nesses processos socioeconômicos, com vistas a diminuir essa desigualdade, os grupos mais vulneráveis precisam estar presentes nas discussões das políticas públicas que os afetam, e em condições que lhes garantam uma efetiva participação, na posse de informações adequadas, de autonomia e de independência para colocar suas posições. Os grupos de base comunitária, onde quer que estejam, fazem toda a diferença nas soluções locais para o desenvolvimento sustentável e, consequentemente, para a diminuição da pobreza e a implementação de meios de vida mais igualitários e justos. Somente quando esses grupos podem exercer seu direito à participação, a manifestar sua própria voz, é que o processo democrático se estabelece. O protagonismo das populações mais afetadas pelo modelo de exclusão social é o único caminho para diminuir as injustiças e fortalecer o tecido democrático. Isso, no Brasil e na América do Sul, somente tem sido possível através dos apoios financeiros oferecidos por **fundos independentes locais, constituídos por atores dos mais diversos campos da justiça social**, que conhecem profundamente suas sociedades, culturas e conjunturas, e que possuem uma capilaridade impossível de se obter de fora para dentro.

Uma sociedade civil fortalecida, uma democracia consolidada e a viabilização desse sonho

Vivemos no Brasil uma jovem democracia e, portanto, vulnerável em diversos aspectos. Uma dessas vulnerabilidades está no âmbito da participação para a construção de políticas públicas e na promoção dos direitos socioambientais. O processo de redemocratização do Brasil con-

tou com importantes atores e com movimentos sociais que lutaram e lutam até hoje para construir políticas mais inclusivas e para demandar o cumprimento de políticas já existentes, mas raramente cumpridas.

Esta nossa frágil democracia dá lugar ainda a um processo avassalador de desenvolvimento econômico. Vemos todos os dias os direitos socioambientais sendo violados, massacrando populações vulneráveis em vários cenários e territórios. Vemos o contínuo desrespeito a direitos constitucionais adquiridos. Vemos a destruição de grandes áreas naturais, com total desprezo às populações originárias, dando lugar a obras de grande porte, debilmente justificadas, além de severamente questionadas até mesmo por órgãos de fiscalização oficiais.

Nos anos 2000, contudo, os movimentos sociais, apesar de sempre terem exercido papel fundamental para garantir o estado democrático de direito, na proposição e monitoramento de políticas públicas, e tantos outros papéis de uma sociedade civil saudável, ficaram severamente enfraquecidos pela diminuição e êxodo dos recursos filantrópicos da cooperação internacional, que aparentemente acreditaram ter cumprido seu papel e deixado aqui uma democracia consolidada. A partir daí, o tecido democrático, que na década anterior pós-ditadura tinha se fortalecido consideravelmente, foi se desmantelando, voltando ao voluntariado para continuar seu importante trabalho de monitoramento social ou desistindo por falta de condições. Enquanto a década de 1990 viu o surgimento de milhares de organizações da sociedade civil, um sinal de fortes processos de participação democrática, a seguinte década testemunhou o abandono desses grupos ao ponto de não resistirem. Isso revelou o resultado para o qual muitos atores sociais já haviam alertado — ao contrário do que supunham as fontes de financiamento filantrópico internacional que se foram, o Brasil não era uma democracia consolidada na qual a sociedade, economicamente fortalecida por alguns anos de estabilidade, assumiria essa conta. Pelo contrário, o que ocorreu foi que um país economicamente mais forte, com o nível de concentração de riquezas e desigualdades do Brasil, pôde surfar livremente na destruição de nossas riquezas naturais e na

violação de direitos das nossas populações mais vulneráveis, já sem a resistência que a sociedade civil organizada de antes impunha.

Foi nessa mesma década que atores dos mais diversos campos sociais resolveram se organizar em estruturas de fundos locais independentes para tentar suprir esse vácuo deixado pela filantropia internacional. Claro que nem todos os atores internacionais se foram, e alguns inclusive apoiaram a busca de novas soluções locais. O êxodo a curto prazo de recursos filantrópicos, contudo, foi muito marcante, mas acabou dando lugar a uma série de formatos muito criativos e inovadores de estruturas filantrópicas nascidas das raízes da própria sociedade, de seus movimentos, das visões de soluções enraizadas na própria história e cultura e, portanto, somando-se a uma tendência cada vez mais evidente nos países do chamado Sul Global — os fundos locais.

O debate que vem se dando dentro do campo da filantropia internacional há anos questiona as abordagens de cima para baixo, de fora para dentro. Estudos são produzidos sobre como democratizar as decisões das instituições filantrópicas incluindo mais as populações-alvo desses investimentos. Termos como "filantropia participativa" e "filantropia inclusiva" atraem cada vez mais interesse e debate do campo. Quando a relação envolve apoios filantrópicos que vêm do Norte Global para apoiar as diversas dinâmicas e temas dentro de países do Sul Global, há também o questionamento sobre quem decide o que é melhor, quais os programas e abordagens mais adequados para aquela região ou país, e onde essa decisão é tomada — se dentro dos conselhos das grandes fundações, que definem suas prioridades e programas geralmente com base em interesses e preferências das famílias que constituem essas estruturas, ou ao menos de profissionais e especialistas contratados para aconselhar as abordagens, programas e portfólios.

Só mais recentemente, com a conformação e multiplicação das novas estruturas filantrópicas sendo criadas dentro dos países do Sul, é que alguns novos debates estão começando a ser possíveis. O mais demorado tem sido demonstrar que os fundos locais são uma terceira categoria de fundos, e não se encaixam nas antigas classificações con-

vencionais do Norte — fundações privadas, as que possuem grandes *endowments,* doando uma pequena porcentagem dos lucros de seus investimentos; e as fundações públicas, as que captam para doar para suas causas, e até pouco tempo atrás autodenominadas *intermediárias.* Fundos locais foram surgindo neste cenário, buscando relacionar-se com as redes de filantropia do Norte, seus debates, suas conferências, e foram sendo automaticamente colocados dentro da categoria *intermediários* — classificação que se refere somente a sua necessidade de captar recursos para poder responder às suas agendas locais, mas que ignora um universo de outras funções antes desconhecidas para o campo. Nós, os fundos locais, reconhecidamente passamos um longo tempo incomodados com essa classificação automática a nós imputada, até finalmente estarmos em posição de questionar e oferecer demonstrações de que essa categoria não nos representa por inteiro, é apenas um detalhe num universo de conteúdos e práticas que vão muito além. E são essas especificidades que nos colocam numa terceira categoria que supera as classificações que se conheciam no campo até agora.

Filantropia para a justiça social

Fundos locais independentes, quem somos?

Falamos aqui de uma categoria de financiadores que foram criados a partir das demandas de seu próprio campo de atuação, que identificaram que as populações mais vulneráveis e excluídas não tinham condições de descobrir o universo da filantropia formal. Então resolveram criar mecanismos capazes de chegar até esse enorme público, proporcionando-lhes não só recursos financeiros, mas um processo educativo de como se organizar para acessar apoios filantrópicos tão cruciais ao avanço das agendas locais.

Os fundos independentes locais atuam na premissa da democratização no acesso aos recursos da filantropia. Esses fundos propiciam uma luz para aqueles grupos "invisíveis" que estão tendo o seu direito ameaçado, ou que estão nos territórios sem condições de participação social livre e independente. Para estes, os fundos locais são, muitas vezes, a única e exclusiva fonte de recursos. Tais fundos têm ainda a característica de poder financiar o ousado e o inovador, propondo assim novas soluções sociais que podem mudar a vida de grupos e comunidades, e da própria sociedade, fazendo-os florescer e atingir sua independência econômica e política.

A diversidade humana, cultural e ambiental no Brasil precisa ser respeitada individualmente, não podendo ser tratada com base apenas no desenvolvimento econômico. Não se pode compactuar com uma política de desenvolvimento que viole leis implementadas e em vigência, e que não abra espaço para o diálogo e para a participação democrática e cidadã. Os fundos apoiam esse diálogo e essa construção de uma política democrática de fato. Quando os grupos locais e movimentos sociais e ambientais participam da construção de políticas, elas se tornam mais eficientes no atendimento das necessidades locais, e, portanto, seus efeitos se multiplicam e se potencializam.

Os Fundos Independentes acumularam, nos últimos 20 anos, um imenso conhecimento e "know-how" sobre a relação com esse tipo de público que sempre se viu excluído dos benefícios da sociedade, formando uma teia de relações de respeito, confiança, acessibilidade, solidariedade, horizontalidade, trabalhando incansavelmente para o fortalecimento de um país mais democrático. São profundos conhecedores dos territórios, das principais falhas no processo da participação e do mapa da exclusão pela violação de direitos. O financiamento direto para organizações sólidas da sociedade civil organizada tem sido, sem sombra de dúvidas, a melhor contribuição dos fundos independentes. Eles também conseguem manter um olhar holístico e sistêmico sobre os territórios e as organizações de base comunitária, voltados para a sua qualidade de vida e respeito intrínseco aos seus interesses, o que faz com que a atuação desses fundos seja respeitosa e ética.

Tais fundos não estão presos ao convencional, não estão presos à economia ou às políticas governamentais e, portanto, podem investir em projetos inovadores. Financiam temas pioneiros e de grande visão de

futuro, e assim propiciam espaço e incentivo para a discussão e o diálogo, fundamentais para o surgimento de novas soluções sociais e para inspirar políticas públicas altamente benéficas para grupos, comunidades, seus espaços de vida e para a proteção e/ou regeneração ambiental.

Essa diferença de atuação e de liberdade é o que faz com que os fundos independentes consigam grandes resultados, potencializando recursos, gerando impactos agregados e construindo uma teia de apoiados interligados aos temas de interesse. Podem, por esse diferencial, ser grandes parceiros tanto do investimento social privado como do governamental e da filantropia internacional.

No Brasil, a Rede de Filantropia para a Justiça Social reúne uma série de fundos independentes e fundações comunitárias que atuam no campo da filantropia para a justiça social no Brasil. O Fundo Casa é cofundador dessa rede, e juntos promovemos discussões sobre os desafios existentes para a filantropia nacional e internacional e os grandes obstáculos que esse campo ainda enfrenta para consolidar-se em países do Sul Global.

Esses elementos de uma boa atuação para um fundo independente local, como conhecer os territórios, conhecer as lideranças e os movimentos, ter uma rede de confiança e entender os contextos culturais, a conjuntura política e social, juntamente com um olhar holístico sobre o território — onde tudo está conectado e onde tudo é dinâmico — são alguns dos ativos mais importantes da nossa atuação. Além do fato de estarmos dia a dia, tijolo a tijolo, contribuindo para a construção e consolidação da filantropia nacional, regional e internacional.

A metodologia desenvolvida para seleção, aprovação e monitoramento de projetos, de baixo custo operacional, é outro aprendizado que os fundos independentes construíram. Agora que estamos na década de avaliações mais profundas sobre a atuação nos territórios, a maioria desses fundos está se empenhando nessas análises, que têm mostrado a grande eficácia e excelente custo-benefício desse trabalho.

Outro importante aspecto dos fundos locais independentes é seu pioneirismo dentro de sociedades e culturas onde o conceito de doação

direta para organizações da sociedade civil ainda é uma pequena semente. Enquanto o campo internacional tem alguns séculos de existência e processos de consolidação, como leis e marcos legais que os regem, algumas gerações de experiência acumulada e quadros profissionais formados para atuar nos diferentes aspectos gerenciais deste campo, no Sul Global, isso é uma grande novidade. No Brasil especialmente, há um longo caminho pela frente em todos esses aspectos. Por serem muito novos dentro de suas sociedades, os fundos locais têm tido que se constituir com características muito próprias e peculiares, adaptadas aos contextos e culturas onde surgem, via de regra bastante diferenciados das fórmulas da filantropia até agora conhecidas e exercidas nos Estados Unidos e Europa, tanto dentro de suas regiões, como na sua relação Norte/Sul.

A relação com o campo internacional da filantropia, além dos desafios mencionados anteriormente, exigiu um mergulho intenso de aprendizado e adaptação de narrativas nas últimas duas décadas. Chegar como novatos num universo tão amplo e tão consolidado requer um nível de dedicação bastante intenso e investimentos muito específicos, nada fácil por conta das distâncias envolvidas, custos, idiomas e diferenças culturais. Alguns que merecem destaque:

- traduzir nosso conhecimento como atores diretos no nosso campo de atuação para uma linguagem específica de financiadores desses campos e adequada para diálogos entre financiadores;
- entender o histórico, a extensão, a complexidade da filantropia do Norte, suas diversas categorias, suas estruturas, redes e relações, para então poder formular abordagens para um diálogo diferenciado;
- perceber, dentro dessas categorias, o convencional e o inovador, o foco exclusivo no Norte Global (98%) e as estruturas de solidariedade com o Sul e suas narrativas;
- entender que antes de nós, os fundos do Sul, existiam apenas duas categorias conhecidas, e dentro delas um universo de variações e fórmulas de atuação;

- além desse contexto já estabelecido e complexo, existem discussões muito avançadas e aquecidas sobre como apoiar movimentos sociais, no Norte e no Sul — filantropia participativa e/ou inclusiva — e uma gama de abordagens que nos interessam muito, mas que, como recém-chegados, ainda precisamos dominar melhor para poder posicionar nossa atuação da forma diferenciada como ela se dá de fato.

O que apenas se inicia nessas discussões é como a nossa categoria de fundos se encaixa e/ou pode se somar a esse longo e consolidado universo. E é exatamente aí onde nós, da Rede de Filantropia para a Justiça Social, e muito especificamente o Fundo Casa Socioambiental, nos aplicamos mais. A Rede atua produzindo informações, estudos e narrativas que demonstrem a importância da filantropia para a justiça social, bem como de seus membros (fundos e fundações comunitárias). O Fundo Casa se aplica em compartilhar sua fórmula de fundo local socioambiental com os países vizinhos da América do Sul e de outros continentes.

É nesse contexto que o Fundo Casa Socioambiental atua há 16 anos, em prol de mudanças estruturais que aumentem as oportunidades para os menos favorecidos política, econômica e socialmente na América do Sul. O Fundo Casa é um fundo local, nascido do movimento socioambiental, trazendo consigo todo um conhecimento do seu campo histórico de atuação, tanto do ponto de vista dos desafios como das propostas para as soluções. Nesse campo de trabalho, nos posicionamos como uma ponte que viabiliza o acesso a recursos filantrópicos para os grupos invisíveis para a filantropia convencional. Ao mesmo tempo, apoiamos grandes financiadores a chegarem a esses importantes grupos e comunidades que são os verdadeiros guardiões de valiosos biomas e territórios, responsáveis pela proteção, regeneração e cuidado com a biodiversidade da região como um todo, inclusive das dicotomias postas pelo êxodo rural, ocupação territorial desordenada, expulsão do campo, migrações e pressões sobre regiões metropolitanas.

Percebemos, como Fundo Socioambiental, com visão única do nosso campo, que precisávamos compartilhar essa experiência com

outros ativistas ambientais do Sul Global, tanto ambientalistas como populações tradicionais interessadas em criar seus próprios fundos comunitários. Resolvemos escrever nossa intenção, nossos aprendizados e experiência como um fundo que nasceu de um movimento continental. Convidamos nossas redes de parceiros para considerar essa provocação. E incrivelmente hoje já somos inspiração para cinco novos fundos socioambientais independentes e já em funcionamento com recursos próprios, dos quais quatro estão na América do Sul (Bolívia, Peru, Colômbia e Equador) e um em Moçambique, na África.

Como acolher desafios e apoiar soluções trazidas por grupos urbanos

Claro que cada um dos fundos independentes atuando no Brasil tem sua própria história e diversas origens. Com isso, cada um tem seus modelos de atuação nos territórios e formas operacionais distintas, processos de tomada de decisão específicos do seu campo e sua trajetória institucional. O Fundo Casa Socioambiental também tem o seu.

Para nós, atores no campo socioambiental sul-americano, nossa forma de atuação foi guiada por nosso contexto e consequentemente algumas questões primordiais, sendo a primeira delas a atuação regional versus a nacional. Do olhar de um ambientalista, florestas e rios não têm fronteiras sociopolíticas – ecossistemas perpassam divisas territoriais. Da mesma forma, muitas das populações que vivem nessas regiões não têm uma linha visível que divida seus territórios dentro das densas matas ou dos grandes alagados. Se nosso objetivo é proteger, por exemplo, a floresta amazônica, temos que atuar com a visão da sua extensão, que ocupa partes dos territórios de nove países. Nas áreas úmidas como o pantanal, precisamos atuar em cinco países; e assim por diante. Nesse contexto, sabemos que existem redes de atores sociais abordando diversos aspectos de impacto em cada bioma, das forças que destroem às soluções propostas por atores locais/regionais/nacionais e, conjuntamente, internacionais.

Essas propostas vão desde a demanda por políticas públicas adequadas de seus governos, pressão sobre investidores de empresas para levarem em conta salvaguardas sociais e ambientais, até a atuação de ONGs de vários portes (e áreas de atuação e influência), de maneira a chegar a algumas questões que nos guiam e nos motivam — que são os atores sociais locais mais vulneráveis a essa complexidade, mais excluídos de todos os processos, e contudo comprovadamente os mais aptos guardiões e protagonistas da preservação desses importantes territórios.

Para atender a essa demanda tão específica, foi preciso criar uma estrutura filantrópica muito particular e inovadora, cuidadosamente desenhada. Algumas perguntas norteadoras são:

- Como fazer com que o dinheiro, seja da filantropia e/ou de doações diversas, realmente faça a diferença nesse sistema complexo e consolidado, onde o que mais prevalece são as desigualdades?
- Como fazer com que os recursos cheguem onde são mais necessários?
- Como ter, ao mesmo tempo, a flexibilidade e a empatia para que grupos inexperientes acessem recursos importantes e a atenção para a rigidez legal/fiscal e a transparência exigidas pela legislação e pelos grandes financiadores?

No que diz respeito às áreas urbanas, particularmente, onde existe uma gama de formas de ocupação territorial, de povos tradicionais urbanizados a populações ribeirinhas metropolitanas, pescadores artesanais, quilombolas, migrantes buscando trabalho e tantas outras descrições, mais algumas perguntas surgiram:

- Como acessar grupos organizados que propõem soluções locais e que promovam as transformações profundas nas regiões metropolitanas dentro de importantes biomas globais que precisam ser preservados e regenerados?
- Quais as exigências, a checagem das informações e demais procedimentos operacionais necessários neste cenário?

Foi com essas questões em mente que o Fundo Casa aceitou

esse desafio: o de realizar o programa mais amplo e abrangente já feito no Brasil no tema de sustentabilidade urbana. O resultado: 170 grupos apoiados simultaneamente em 10 regiões metropolitanas do Brasil.

Na publicação do Programa Casa Cidades do Fundo Casa, é possível observar que o nosso modelo de apoio promove significativas transformações no território:

- **Pequenos apoios** – realizar pequenos e seguidos apoios (entre US$ 5 e US$ 10 mil) aliados à construção de capacidades.
- **Forte atuação em rede** – promover a filantropia para justiça social de maneira integrada, conectada com as redes que existem nos territórios e baseada em relações de confiança com os grupos locais e movimentos socioambientais. Isso oferece um modelo horizontal nos serviços e nos processos de doação.
- **Fortalecimento de capacidades** – ações desse tipo junto aos grupos devem ser consideradas estratégicas e complementares aos apoios.
- **Protagonismo das comunidades** – ter uma atuação baseada no reconhecimento das comunidades como sujeitos políticos, protagonistas dos processos de transformação local.
- **Inovação e escuta** – apoiar temas pioneiros, baseados num instinto muito particular de reconhecer as demandas e necessidades das comunidades — outro grande ativo do Fundo Casa, identificado por diversos atores.

E voltando ao começo… **O fio da vida, as cidades e o nosso futuro.**

A população urbana do planeta está em aproximadamente 4,5 bilhões, ou cerca de 68% de todos os humanos, de acordo com dados da ONU. O Fórum Econômico Mundial detalha cinco dos maiores desafios para as grandes cidades no futuro e possíveis soluções a eles. São: (1) ameaças ambientais como enchentes, ciclones tropicais, ondas de calor e epidemias; (2) falta de água, alimentos e acesso à energia, com impactos desproporcionais para as populações de periferia; (3) a iniqui-

dade e o aumento da distância entre ricos e pobres deve aumentar, o que pode piorar ainda mais essas dificuldades, demandando políticas adequadas para a divisão de benefícios; (4) as inovações tecnológicas podem oferecer soluções importantes para produção de energia renovável, mobilidade urbana de baixo carbono e outras soluções que podem minimizar os efeitos negativos dos centros urbanos; (5) uma boa governança é crucial para minimizar os impactos negativos da concentração humana em grandes centros, demandando a concentração nas melhores soluções.

Se conseguimos, como humanidade, extrair algo positivo dessa pandemia, é a conclusão de que precisamos mudar nossas formas de ocupação e consumo nesse planeta. Segundo as Moiras, em entendimento que também aparece nas culturas ancestrais dos povos originários, os humanos somos parte da trama da vida, intrinsecamente conectados a sustentação da vida. Nos perdemos no momento que acreditamos que éramos os senhores da criação, aqui para consumir a natureza. Mas agora sabemos que não. Uma simples mutação de um vírus num contexto aleatório parou o mundo. Cada humano pode agora ser o transmissor de uma doença mortal para outros humanos. Outros seres vivos deste planeta não são afetados, o que é o mais curioso. E dentre os mais afetados está a população dos grandes centros urbanos, exatamente pela densidade de ocupação.

Então, o que extraímos desta lição? Do fio da vida, das cidades e de nosso futuro? Nós que observamos dizemos que precisamos de uma transformação radical de comportamento. Precisamos achar soluções que nos protejam das desigualdades, que nos possibilitem igualar os parâmetros de ocupação urbana, de maneira que a produção de alimentos saudáveis, a produção de energia renovável, a mobilidade com segurança e sustentabilidade sejam a essência da nossa existência nesse planeta. A inovação está na grande equação de Einstein: "não se pode encontrar a solução de um problema usando a mesma consciência que criou o problema. É preciso elevar sua consciência".

E mais do que tudo, esse foi o grande aprendizado do Fundo Casa Socioambiental com seu programa Casa Cidades. A inovação está aí, nas mãos das pessoas mais esquecidas, mais excluídas, mais desacreditadas pela sociedade. Mas, talvez mesmo por esse abandono, são elas que têm as soluções mais criativas, mais apropriadas e mais inovadoras, para que nosso futuro como humanidade tenha minimamente uma chance de se concretizar. Nós do Fundo Casa acreditamos, apostamos e investimos nisso todos os dias. Esperamos inspirar muitos mais com os comprovados resultados e dados agregados por esse nosso trabalho. E, mais do que isso, esperamos ter contribuído para informar investidores e filantropos a considerar esse caminho e perceber que nossa sociedade tem as respostas, só precisa que alguém acredite nela.

Cidadania insurgente e o direito à cidade – soluções e desafios

Cláudia Gibeli Gomes[4]

Cidades para quem?

As primeiras cidades das quais se tem registro surgiram há pelo menos 5.000 anos, na Mesopotâmia. De lá para cá, todas elas passaram por uma série de mudanças e evoluções.

Sabe-se ainda que os aglomerados urbanos são dinâmicos em razão de vários fatores, tais como sua história, arquitetura, economia, cultura, entre muitos outros, que promovem alterações contínuas na paisagem, formas de vida das pessoas e na relação destas com seu território.

A urbanização no mundo se intensificou a partir da Revolução Industrial, atraindo uma grande quantidade de pessoas para as cidades, uma vez que essas abrigavam as indústrias, promovendo assim o êxodo rural (migração de trabalhadores rurais para as cidades).

Hoje vivemos em um tempo de urbanização global sem precedentes. Numa questão de décadas, os países que eram em sua maioria rurais tornaram-se na maior parte urbanos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população urbana no Brasil equivale hoje a 84,36% do total. O último

4 Bióloga, especialista em Gestão Ambiental e Ecologia. Gestora do Programa Casa Cidades no Fundo Casa Socioambiental.

Censo Demográfico, realizado em 2010, apontou um crescimento de 20% na população urbana brasileira desde 1980.

A população urbana também cresceu em nível mundial, ultrapassando a população rural em 2007 e se mantendo predominante desde então, como indica o relatório *World Urbanizacion Prospects*, produzido pela Divisão de População do Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA). Atualmente, 54% da população mundial vive em áreas urbanas. Em 2050, tal proporção deve chegar a 66%, de acordo com o relatório.

A urbanização, em especial do Sul Global, tem produzido cidades excludentes nas quais as pessoas vivem em periferias urbanas empobrecidas, em habitações precárias e irregulares, sem acesso a serviços públicos básicos, trabalho, lazer, alimento de qualidade.

É nos grandes centros urbanos, ainda, que se observa um enorme consumo de recursos naturais.

O relatório da ONU *Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012* aponta uma relação direta que coloca a demanda por recursos naturais, necessários para manter o padrão de vida urbano, especialmente nas grandes cidades, como responsável pelos problemas ambientais existentes atualmente, tais como aumento da emissão dos gases de efeito estufa, emissão de carbono pela queima de combustíveis fosseis e perda em grande escala da biodiversidade, em especial pelo desmatamento e poluição dos mares e oceanos e mudanças climáticas.

Dessa forma, o que temos são cidades socialmente excludentes, ambientalmente insustentáveis e quase nunca democráticas, quando se considera o nível de controle e participação social que a sociedade tem nas instancias de decisões governamentais sobre os rumos de suas cidades.

Diante dessa realidade, as mesmas cidades que são produzidas em um contexto de exclusão social e territorial e situações de conflitos ambientais têm promovido um movimento de articulação de movimentos de base, a fim de dar respostas a esses conflitos.

Processos de urbanização no Brasil e a produção das cidades

Cabe aqui fazermos um destaque ao processo de urbanização das cidades brasileiras.

Especialmente na segunda metade do século XX, observou-se um intenso e rápido processo de urbanização nas cidades brasileiras. Após 400 anos de política agroexportadora, iniciou-se o período de industrialização, que perdurou por aproximadamente 40 anos (1940-1980). O Brasil passou a ser predominantemente urbano apenas a partir da década de 1960, configurando um período de 120 anos de urbanização, desde o seu início até os dias de hoje.

A maior parte da nossa história foi com o protagonismo de uma população rural, e, em apenas um século, nos tornamos predominantemente urbanos (indo de 10% a 80%). Portanto, muito pouco tempo para produção das cidades e com um movimento muito forte da população saindo do campo em direção à cidade. O principal fator indutor deste processo foi a industrialização, assim como a mecanização do campo, que induziu ao êxodo rural de mão-de-obra em busca de trabalho nas cidades.

Além de um processo rápido, a ocupação das cidades se deu de forma centralizada, em especial na Região Sudeste do país, com consequentes investimentos públicos e privados direcionados a esta região, aprofundando ainda mais as desigualdades regionais de desenvolvimento.

Como o Brasil se tornou urbano enquanto um país independente, mas com raízes escravistas e oferta de baixos salários, a população que chegava nas cidades em busca de trabalho nas fábricas como mão-de-obra pouco qualificada, sem alternativa habitacional, passava, em um primeiro momento, a habitar as hospedarias e os cortiços. Posteriormente surgiram as vilas operárias como alternativa às condições insalubres das moradias coletivas. Nessas vilas, nas quais os donos das fábricas ofereciam moradia, igrejas e empórios para a compra de suprimentos, o "patrão" costumava usar a casa para interferir na vida familiar – criando regulamentos sobre festas e hóspedes – ou para melhor sujeitar o operário às condições de trabalho e à remuneração oferecida, já que, ao perder o emprego, o trabalhador também perdia a moradia.

Ao trabalhador sem condições de pagar por moradia, ou sem um trabalho formal, restava (e ainda resta...) a ocupação do território sem infraestrutura de saneamento e com equipamentos e serviços públicos de baixa qualidade, deixando bastante claro que o desenvolvimento econômico de um país é para poucos e ainda pode se transformar em excludente para a maioria.

Esse processo de uso e ocupação do solo, com a oposição entre mercado e trabalho – o trabalhador quer a cidade para morar (valor de uso) enquanto o mercado a quer para o lucro (imediato), juros e renda (valor de troca) –, produziu, ao longo das últimas décadas, cidades cada vez mais excludentes, violentas, ambientalmente insustentáveis e muito pouco democráticas no que diz respeito ao acesso a políticas e serviços públicos pela classe trabalhadora.

As cidades excludentes "moldando" os atores locais

Sabemos que os principais desafios a serem enfrentados pelos que pensam as cidades de hoje, profissionais, gestores públicos e sociedade, são os de transformar nossas cidades em espaços democráticos, inclusivos e sustentáveis. Cidades que respeitem as diversidades culturais, étnicas, de raça e gênero. Que sejam pensadas sob a lógica da acessibilidade de bens e serviços, transporte alternativo e não poluente, que sejam mais arborizadas, etc. Cidades pensadas para e pelas pessoas e não para e pelo capital.

Em contraponto à lógica hegemônica de construção das cidades estão os movimentos e os grupos sociais organizados, que reivindicam seus direitos e promovem ações de incidência nas políticas públicas e no enfrentamento do caos urbano. São grupos que, embora muitas vezes institucionalmente frágeis, dispõem de inserção e aderência política nas comunidades locais mais vulneráveis.

Atuando em um movimento contrário à produção das cidades sob a lógica da especulação e do lucro, por uma questão de direito e de sobrevivência, os moradores se organizam em movimentos de cidadania insurgente, a fim de confrontar as desigualdades que são criadas para segregá-los e contestar sua marginalidade e exclusão.

São diferentes formas de protesto destas cidadanias insurgentes que se constituem como uma alternativas de cidadania, tais como: a ocupação de espaços não pensados e utilizados pelas populações periféricas, a produção de alimentos, a alternativa ao transporte convencional, a inserção das mulheres (especialmente as mulheres pretas e pobres) nas instâncias de decisão política, o saneamento alternativo para as águas poluídas e esquecidas pelo poder público, a arte e a cultura periférica como forma de denúncia e resistência, o resgate das culturas e saberes ancestrais, etc.

O Programa Casa Cidades: fortalecendo a insurgência urbana

Desde sua criação o Fundo Casa Socioambiental sempre apoiou com recursos financeiros os grupos e organizações de base que se dedicam a trabalhar, discutir e executar projetos na área socioambiental. Projetos executados por populações tradicionais, na defesa de seus territórios e direitos, na preservação das florestas. Acreditamos que o conhecimento dos territórios (seus problemas e desafios) legitima as populações que neles vivem para propor soluções e alternativas a uma vida melhor, para o maior número de pessoas, assim como a preservação dos recursos naturais.

Por volta de 2017 a demanda por apoio aos grupos de base urbanos cresceu de forma significativa. A partir dessa demanda crescente, iniciamos internamente no Fundo Casa uma reflexão de como seria apoiar grupos com características, contextos e realidades territoriais totalmente diferentes das organizações que tradicionalmente o Fundo sempre apoiou.

Iniciamos então um processo de intensa pesquisa e escuta junto aos coletivos que atuam na temática do direito à cidade, e de entendimento das dinâmicas e formas de atuação destes coletivos e grupos sociais nos seus territórios.

Cabe aqui ressaltar que o Fundo Casa tem sua atuação junto aos grupos e organizações que apoia, baseada na escuta e no conhecimento do território e dos povos que vivem nestes territórios. Acreditamos que é preciso ouvir e conhecer a realidade da base para entender quais são os problemas, desafios a serem enfrentados, o que funciona e o que não funciona de acordo com a realidade de cada território e povo, quais são os resultados esperados e inesperados de um projeto. Essa escuta faz com que o Fundo Casa entenda melhor o processo e possa planejar suas estratégias de apoio.

Com as cidades não foi diferente e, ao final deste processo de escuta, pesquisa e ida aos territórios para entender a dinâmica dos grandes centros urbanos, nasceu o Programa Casa Cidades.

As cidades são organismos bastante complexos que muitas vezes apresentam áreas naturais significativas, populações tradicionais, juntamente com o ambiente construído e todas as demandas de uma cidade como habitação, transporte, geração de energia, etc. Então, parecia que todos os temas socioambientais cabiam no Programa Casa Cidades.

E cabiam mesmo. O protagonismo dos grupos de base nos ambientes urbanos, conhecedores de seus territórios, problemas e soluções, como atores capazes de propor ações e revoluções locais, trabalhando em rede e mostrando o potencial de transformação para melhor, nos mostrou isso.

Os projetos recebidos e selecionados (foram 170 projetos apoiados pelo Programa) mostraram o que os grupos de base já vinham desenvolvendo em seus territórios, nos mais diversos temas e abordagens (12 diferentes temas foram abordados pelos projetos), com destaque ao protagonismo de mulheres, que, em mais de 50% dos projetos, atuaram como gestoras das organizações ou dos projetos. Entre os

temas mais abordados destacamos agriculturas urbanas, participação social e mobilidade.

Os dados do programa demonstram a força dos projetos pensados, construídos e executados pela base. Quando a comunidade se vê representada em seus projetos, a transformação é consequência do processo. Foram:

- 170 grupos apoiados;
- Pelo menos 272 localidades/territórios alcançados;
- 38.452 pessoas beneficiadas diretamente;
- 557.943 pessoas beneficiadas indiretamente;
- 65% dos projetos com mais de 10 pessoas envolvidas na sua execução;
- 1.243 atividades realizadas e 520 objetivos propostos alcançados;
- 1.119 pessoas envolvidas diretamente e mobilizadas para a execução dos projetos.

Foram dezenas de tecnologias sociais, processos de aprendizagem coletiva, formas de comunicação e mobilização diversas e alternativas, aplicadas nos projetos.

O Fundo Casa sempre acreditou muito no poder do trabalho em rede, especialmente porque trabalhamos com pequenos apoios, apoios colocados de forma estratégica no território, que são potencializados quando essas organizações trabalham de forma integrada, em rede. Quando isso acontece, normalmente se observa que os resultados individuais são potencializados e as organizações saem fortalecidas desse processo.

Promovemos então, além do trabalho em rede nas regiões metropolitanas, articulado pelas organizações articuladoras locais, um intercâmbio entre projetos de diferentes regiões metropolitanas. Foram oito atividades de intercâmbio realizadas entre cinco regiões metropolitanas e 10 grupos e organizações envolvidas.

Mas o mais importante nesse processo, que vai além dos resultados e integração obtidos pelos projetos e organizações, foi a rede de

pessoas que se formou. Seres humanos preocupados uns com os outros, com as dificuldades e lutas de cada um por sobreviver em ambientes muitas vezes tão hostis (as mulheres que o digam...). Integrantes de uma organização passaram a contribuir com o trabalho de outras organizações. Causas que eram defendidas de forma setorial passaram a abrigar outros temas e demandas, demonstrando a complexidade que é viver nas cidades e como tudo nelas se conecta.

Foram trocas entre conhecimentos tradicionais de diferentes povos, como os quilombolas, indígenas e agricultores (sim, tem tudo isso nas cidades!). Trocas entre quem pedala, caminha, planta, pesca, produz arte e comunicação, entre homens e mulheres. Entre gente que debate, protesta e arranja solução. Porque é disso que são feitas as cidades. Cidade sem gente não é cidade.

E com as trocas aprendemos muito. Aprendemos que o protagonismo imposto pela Revolução Industrial aos centros urbanos provocou uma desconexão das pessoas com o ambiente e recursos naturais, e que num "caminho de volta" estamos nos reconectando com o campo, com a natureza e com os conhecimentos das populações tradicionais, como estratégia de sobrevivência da espécie humana (de todos).

E é por isso que o Fundo Casa acredita que existe urgência em mitigar os problemas causados pelo atual modelo de ocupação das cidades, excludente e desordenado. Acredita ainda que os pequenos apoios a grupos de base fortalecem ou despertam o sentimento de pertencer ao território e possibilitam que as comunidades busquem soluções inovadoras, que possam servir de modelo para os seus problemas de forma local e/ou regional.

Referências

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas públicas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALVES, Humberto Prates. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59, jan./jun, 2006.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BUENO, Laura Machado de Mello. Reflexões sobre o futuro da sustentabilidade urbana a partir de um enfoque socioambiental. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 19, p. 99-122, 2008.

BRAKARZ, José. **Cidades para todos**: a experiência recente com programas de melhoramentos de bairros. Washington, D.C.: BID, 2002.

FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL. **Fortalecendo comunidades para a construção de cidades inclusivas, resilientes e sustentáveis 2018 - 2020**. Rio de Janeiro: Fundo Casa Socioambiental, s.d. Disponível em https://casa.org.br/wp-content/uploads/2021/05/publicacao-casa-cidades-pt.pdf. Acesso em: 6 ago. 2021.

GROSTEIN, Marta Dora. **Periferias metropolitanas**: uma questão urbano-ambiental. 2005. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ONU HABITAT. **Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe**: Rumo a una nueva transición urbana. Nairóbi: ONU HABITAT, 2012.

WEBBER, Laís. Em 30 anos, a população urbana mundial deve ultrapassar as 6 bilhões de pessoas. **Urbe.me**, s.d. Disponível em: https://urbe.me/lab/em-30-anos-a-populacao-urbana-mundial-deve-ultrapassar-as-6-mil-milhoes-de-pessoas/. Acesso em: 6 ago. 2021.

ONU. **World population prospects 2019**: highlights. ST/ESA/SER.A/423. Nova York: ONU, 2019. Disponível em https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf. Acesso em: 6 ago. 2021.

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OS DESAFIOS PARA AS CIDADES NO SÉCULO XXI

Programa Cidades Sustentáveis do Fundo Casa: crises, práticas e conhecimentos adquiridos

Silvio Sant'Ana[5]

Uma visão do momento de crise estrutural e conjuntural

Estudiosos da situação social planetária admitem uma tríplice crise do nosso sistema de vida: no campo da produção (a economia), observa-se uma recessão, a estagnação ou a anemia da economia real; no âmbito socioambiental, observa-se a degradação do ambiente natural, da qualidade de nossas relações humanas e a crise climática; e, agora, uma pandemia.

Não discordando da afirmação da tríplice crise, creio importante adicionar outra que devemos nomear de "crise ideológica".

Max Weber, escrevendo sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, dizia que o protestantismo deu bases ideais (e morais) para a consolidação e expansão do capitalismo.

A grosso modo, a "ética protestante" tornou-se a "ética capitalista". Tornou-se o "main stream", o pensamento hegemônico ocidental e, para bem e mal, orientou corações e mentes de todo o Ocidente e

5 Diretor da Fundação Grupo Esquel Brasil, conselheiro e ex-presidente do Conselho do Fundo Casa. É bacharel em Ciências Sociais e mestre em Economia agrária e Planejamento de Desenvolvimento pela Universidade de Paris I - Sorbonne. Atua na formulação e coordenação de políticas e projetos de promoção do desenvolvimento sustentável, de combate à pobreza e desigualdades e de fortalecimento das organizações da sociedade civil.

mais recentemente do Oriente.

Pois bem, o desenvolvimento social mundial ocorreu de tal forma que aquela ética não mais consegue responder satisfatoriamente ou oferecer uma explicação e compreensão razoável do mundo real. A emergência de situações, novos modos de trabalho e de relações econômicas, de novas relações sociais, costumes, valores, ideologias distintas das "ocidentais" foi, ao longo do tempo, criando um descolamento entre o vivido (o cotidiano real, material) e as explicações, valores, razões, ética, moral que orientavam, justificavam e explicavam o cotidiano das pessoas. Uma afirmação corrente que mostra este movimento é: "perderam-se os valores".

Para amplificá-la, o "overflow" de dados e informações (quase inexistente até o fim do século XX) contribui de forma definitiva para colocar em questão as crenças e valores estabelecidos. Isso gera inicialmente dificuldades de discernimento e deliberação e posteriormente relativismo cultural, anomia e imobilismo.

Podemos então dizer que existe uma "crise civilizatória" que deve ser incorporada em nossas análises.

A pandemia é um fenômeno conjuntural, um complicador; do ponto de vista da economia real é como uma guerra ou uma longa greve geral. Se a esquecermos (para fins didáticos), teremos então uma tríplice crise estrutural: anemia sistêmica do modelo de produção e desenvolvimento capitalista (recessão, estagnação); a crise ambiental e climática (ampliando custos humanos, econômicos e financeiros e perturbando o funcionamento do sistema); e a crise ideológica.

E esse tripé está sendo fortemente pressionado pela pandemia. Simplificando, se os "motores" do capitalismo mundial, antes da pandemia, já estavam debilitados, com a paralisia do sistema os motores "descansam", mas não conseguem produzir excedentes nem no nível anêmico anterior.

A retomada da produção pós-pandemia encontrará ainda aqueles "motores" operando precariamente. Expectativas otimistas sugerem entre cinco e dez anos para que a geração de riquezas volte aos

níveis da pré-pandemia, o que implica obviamente aumento da pobreza e da desigualdade.

As mudanças climáticas continuarão acelerando (e custando cada vez mais). Não é um cenário de futuro: já ocorre e é noticiado com frequência. A subida do nível do mar pode afetar de 30 a 40% da população brasileira; o aumento da temperatura e da variabilidade climática amplia a aridez (secas), incêndios e as perdas para a agricultura e a biodiversidade, para a saúde e qualidade de vida em geral. No outro extremo, ciclones, enchentes e geadas tornam-se mais comuns, cobrando vidas e perdas de produção.

Continuaremos ainda em "desconstrução ética", anomia e sem novos referentes. A título de exemplo, cito duas pesquisas. Na França atual, 30%, dos servidores públicos se apropriam de bens das instituições em que trabalham: pode ser uma caneta, uma resma de papel, fazem cópias xerox, etc. Nos EUA, empresas de auditoria afirmam que 3 a 4% do valor do faturamento das empresas é desviado anualmente (furtado ou roubado) pelos empregados. A dimensão desse "pequeno" percentual é algo da ordem de 1,4 trilhões de dólares (valor do PIB brasileiro).

Mas é inegável que a pandemia e seus efeitos perversos mostraram também que a humanidade tem recursos, capacidades para abandonar a lógica (a ética) capitalista[6] e adotar proposições humanitárias, inclusivas, orientadas para o atendimento das demandas socioambientais e não do mercado.

Obviamente esta crise civilizatória se manifesta com toda sua força nas cidades. É nelas que se percebe com clareza as situações e condições da crise socioambiental (e sanitária).

A cidade, e principalmente a grande metrópole, como território, difere absolutamente do espaço rural. De um lado, no País, cerca de 80% da população vive em cidades, o que por si só demonstra a importância destas. Há nelas uma elevada concentração humana, mas também uma velocidade e intensidade de relações sociais cuja densidade é de

6 É óbvio que do ponto de vista do capital (e da riqueza social em geral) esta possibilidade é limitada e sua manutenção deve implicar uma imensa redistribuição de riqueza

tal ordem que, tal como um "buraco negro", por sua massa e gravidade atraem para si toda a luz[7].

Assim sendo, alterações ou desmantelamentos de bases e estruturas produtivas, de fornecimento de serviços (ainda que precários) por parte de instituições públicas e privadas, associadas a crescentes vulnerabilidades ambientais (eventos extremos) e sociais (desemprego, informalidade, violência e até a barbárie), provocam efeitos devastadores e de crescimento geométrico. E a pandemia atua nessa direção, contribuindo para a ampliação e aceleração de todas as mazelas sociais.

Os problemas assumem dimensões tais que muitos consideram as nossas cidades inviáveis. Podemos afirmar com toda certeza que não é possível um "Brasil sustentável" sem que suas cidades sejam sustentáveis.

Outros atores (e autores) assumem o desafio e, baseados em uma crítica consistente, propõem a construção de uma cidade sustentável cujas características, na maioria das vezes, representam a antítese do modelo atual.

Em resumo, a sociedade – e a cidade –, independentemente da pandemia, terão tempos difíceis nos próximos cinco a dez anos. Isto implica que, com o agravamento da situação social (aumento da pobreza e desigualdade), haverá um aumento da demanda social e ambiental, ao mesmo tempo que se assiste – no caso brasileiro – à redução intencional da capacidade do Estado (e seus aparelhos) de atender tais demandas.

Isso afetará profundamente a vida das entidades atuantes no campo socioambiental, pois serão demandadas para além de suas possibilidades normais. Os efeitos sobre as pequenas organizações são desastrosos e já podem ser percebidos com o fechamento ou interrupção de atividades ou ainda com o retorno à informalidade de milhares delas. Com isso e com o crescimento das ideologias neofascistas, a nossa frágil democracia se enfraquece e pode mesmo perecer.

7 É surpreendente que apesar dessas características a "cidade" ainda não se constituiu em objeto de políticas integradas e de sustentabilidade. Esta miopia afeta não só os governos, mas o conjunto dos atores institucionais.

Por essas razões, as estratégias e práticas adotadas pelo Fundo Casa, apesar de sua pequena dimensão, são vitais para a sobrevivência não só das iniciativas da cidadania e das suas entidades vinculadas à construção da cidade sustentável, mas da própria democracia no País.

As Cidades e a Pandemia

O diretor do Centro Latinoamericano e Caribenho de Demografia (CEPAL/CELADE), Paulo Saad[8], avalia o contexto da América Latina e Caribe indicando que 80% da população vive em cidades, sendo que 17% se concentram principalmente em seis megacidades (com mais de 10 milhões de pessoas). Afirma que as cidades na América Latina e Caribe são caracterizadas pela segregação e pela urbanização informal, onde há superlotação e acesso limitado à água e saneamento básico, que amplificam o risco de propagação de doenças nessas áreas mais pobres. Sustenta também que a população que vive em situação de pobreza ou extrema pobreza na região vem crescendo nos últimos anos e que existe uma desaceleração do processo de redução da desigualdade na região.

O pesquisador Claudio Rezende Ribeiro (2020) salienta que é importante entender que a moradia nesses conglomerados desempenha múltiplas funções. A residência (em si) apresenta vários problemas que dificultam o isolamento recomendado: tamanho, densidade de ocupação por habitação, etc. Também, em muitos lugares, há uma ausência parcial ou total de saneamento básico. O Instituto Trata Brasil salienta que 35 milhões de brasileiros não têm serviço de abastecimento de água e quase 100 milhões de brasileiros não têm acesso à esgoto.

Por fim, a falta de condições de conforto ambiental faz com que as casas não tenham circulação de ar suficiente e isso potencializa doenças alérgicas e respiratórias, o que pode agravar tanto o contágio como também a probabilidade de uma doença mais grave.

Há que se adicionar que muitas das atividades da chamada "economia informal" se realizam dentro das residências, ou seja, a "casa" não é somente a residência da família: é local de produção e atividades econômicas que implicam um fluxo permanente de pessoas. O bloqueio dessas atividades significa objetivamente redução da capacidade de geração de renda das famílias, com o consequente aumento da pobreza e desigualdades.

Esse conjunto de situações faz com que durante a pandemia seja quase impossível manter o isolamento físico porque as pessoas mais pobres e vulneráveis necessitam (para sobreviver) "voltar ao trabalho", mesmo quando este seja cada vez mais arriscado, precário e mal pago.

Em São Paulo e em todo o Brasil, dados dos sistemas de monitoramento mostram taxas de isolamento social inferiores a 50%, muito longe do ideal de 70%.

O resultado disso tudo isto é mostrado em um estudo realizado pelo Grupo Fleury, Instituto Semeia, IBOPE Inteligência e Todos pela Saúde que mostrou que o percentual de pessoas que se infectaram com o coronavírus chega a ser 2,5 vezes maior em bairros pobres da cidade de São Paulo em comparação aos mais ricos (BORGES, 2020). De acordo com a pesquisa, o percentual de pessoas que tiveram contato com o SARS-CoV-2 nos distritos mais ricos era de 6,5%, enquanto nos mais pobres a taxa era de 16%.

O levantamento também aponta que a soroprevalência é 2,5 vezes maior em pessoas adultas pretas do que brancas (19,7% contra 7,9%). Habitações com cinco ou mais pessoas apresentam soroprevalência quase duas vezes maior quando comparadas com residências com apenas um ou dois moradores (15,8% contra 8,1%).

O fato é que, segundo a OXFAM (2020a, 2020b), a pandemia não só castiga com mais intensidade os grupos mais vulneráveis quanto atua no sentido de reforçar e aumentar a desigualdade. Programas governamentais de distribuição emergencial de renda como o aprovado pelo Congresso Nacional em 2020 são ações necessária para minimizar esse impacto, mas estão longe de serem suficientes.

A sociedade civil se mobilizou e se organizou em milhares de inciativas. Comenta-se que pessoas físicas e jurídicas fizeram em 2020

8 https://nacoesunidas.org/impactos-socioeconomicos-da-covid-19-sao-mais-intensos-entre-populacao-mais-pobre-no-brasil/

doações (financeiras e em bens) da ordem de R$ 6 bilhões. E este número é seguramente subestimado.

Uma pesquisa conduzida pelo Instituto de Desenvolvimento e Investimento Social junto a 3.321 moradores de 239 favelas de todo Brasil mostra que 80% das famílias estão vivendo com menos renda e, mesmo assim, são mais solidárias. Elas estão doando mais que o restante dos brasileiros. Seis entre dez moradores pobres já fizeram algum tipo de doação durante a pandemia (FONTES, 2020).

Mas, tal como no caso dos governos, os esforços são insuficientes para chegarmos ao nosso ideal de uma "cidade sustentável", de "**uma outra cidade é possível**".

A humanidade já vivenciou situações semelhantes (e às vezes até piores) e, para sobreviver e reconstruir sua base material, utilizou-se da emulação oferecida por valores éticos emergentes (morais, espirituais) durante as crises. Na atual, a palavra, o valor recorrente é a solidariedade e uma visão de que outra sociedade é necessária e possível.

O Fundo Casa também entrou nesse esforço. Entendeu a complexidade e a dimensão da crise civilizatória, mas observou que, em busca da superação dos desafios, resultados extraordinários são obtidos quando se investe e se fortalecem pequenos grupos associativos nas localidades e regiões mais vulneráveis.

A avaliação conduzida pelo Programa Casa Cidades mostra o poder transformador gerado quando o protagonismo está nas mãos dos grupos de base. Os dados da avaliação explicitados nesta publicação são bastante eloquentes em relação tanto aos resultados e impactos materiais nas comunidades quanto à intenção de que os processos de apoio a pequenas organizações fossem geradores de conhecimentos e modelos para a governança e gestão de uma "cidade sustentável".

Transformando cidades, construindo conhecimentos

Os projetos e parceiros apoiados produziram resultados imediatos e diretos nas comunidades e instâncias onde foram implantados,

bem como produziram conhecimentos que em geral foram apropriados pelos sistemas de monitoramento e avaliação, cujos principais elementos estão expostos nesta publicação.

Para além dos dados e análises sugeridas pela avaliação, me permitiria chamar a atenção dos leitores para algumas afirmações e elementos derivados dos experimentos.

- Pode-se dizer que o Fundo Casa não é um financiador "tradicional"; por seu "modus operandi", torna-se um "sócio" da entidade financiada; investe não só no "projeto-documento", mas na transformação social implícita na iniciativa.
- O conceito de cidade sustentável requer a presença de uma governança e gestão inclusiva e integradora. Este ideal é dificilmente alcançável quando ensaiado por entes governamentais ou do setor privado mercantil. Rigidezes institucionais, conflitos de interesses ou políticos tendem a inviabilizá-lo.
- Contrariamente, as parcerias realizadas pelo Fundo Casa viabilizaram projetos onde a cidadania, por meio de sua participação direta, exercita e experimenta concretamente a realização da função de governo e de gestão (aprende-se a governar democraticamente). De maneiras distintas e adaptadas em cada local, sem substituir os demais agentes institucionais, as entidades galvanizam interesses e geram sinergias entre os vários atores institucionais (setor privado mercantil, governos) em prol da sustentabilidade da comunidade.
- Esse "modo de governar" e de "gerenciar" opções de cidades sustentáveis deve ser melhor observado e analisado, pois pode ser aprimorado (pelos múltiplos testes), adotado e replicado até tornar-se uma política nacional inovadora.
- A partir da prática observada, percebe-se que esse movimento só ocorre pela presença de um "agente exterior" que consegue – em imersão junta à comunidade– acender e im-

pulsionar a energia social já existente (ainda que esteja quase inerte). Com essa ação, a entidade parceira local adquire capacidade para realizar movimentos próprios.

- Insiste-se que a natureza desse impulso (conforme pode ser visto na avaliação) está longe de ser somente financeiro. O simples fato de que um "agente externo" financie uma pequena entidade local sinaliza para as pessoas da comunidade que ali existe pelo menos uma "iniciativa" com mérito suficiente para que tal agente externo a apoie e aposte na organização.
- Um segundo elemento que não pode ser desconsiderado é que o "agente externo" aparecerá também como "garantidor" (ainda que simbólico) da organização face aos demais agentes institucionais. Isto implica também que tal agente servirá como uma "blindagem" para organização local contra possíveis tensões ou mesmo ações negativas de adversários do projeto.
- Do ponto de vista político-institucional, além dos ganhos institucionais mencionados na avaliação (mais visibilidade, maior articulação, etc.) e da blindagem acima mencionada, a parceria com o Fundo Casa assegura maior legitimidade e autonomia das entidades junto a suas comunidades, instituições públicas e privadas e atores políticos tradicionais. Com isso, permite a ampliação do campo de incidência sobre a totalidade do ciclo de políticas públicas (do diagnóstico ao controle social).
- É bom também ter em conta que, nessa arena política local, o aparecimento de um "novo ator" tende a deslocar poderes e lideranças antes estabelecidas, que naturalmente reagirão e tentarão também incidir positiva ou negativamente nos processos. A existência da parceria é normalmente usada para ganhar musculatura política (adesão de todos), mas também serve para dissuadir ou neutralizar adversários das inovações.

- Mesmo com as parcerias e os avanços inegáveis, ainda se pode perceber um certo grau de inércia. Aparentemente muitas das lideranças (a maioria mulheres) parecem começar a ação tímidas ou intimidadas no ano zero do projeto. Observa-se que o processo de transformação social é também, inegavelmente, de crescimento pessoal das lideranças. O Fundo Casa percebe isso com clareza e investe de forma significativa nesta dimensão. Mas os resultados obtidos podem ser melhorados, e sugerem a necessidade de aprimorar permanentemente o processo de formação.

Em resumo, viu-se que pequenos apoios podem produzir grandes resultados não só imediatos, mas de longo prazo, por meio da ação continuada de lideranças e instituições fortalecidas.

Foi assinalada a importância do "agente externo", que obviamente pode produzir frutos desejados e indesejados. Assim, a qualidade do agente de apoio determinará a qualidade dos efeitos e impactos perenes.

Sem falsa modéstia, o Fundo Casa, por sua prática, sendo mais que uma organização financiadora, "repassadora de recursos para projetos", mostrou-se um agente de construção da transformação social e da cidade sustentável.

Referências

BORGES, Beatriz. Percentual de pessoas infectadas com coronavírus nos bairros pobres da cidade de SP é 2,5 vezes maior do que nos ricos, diz estudo. G1, 1 jul. 2020. Disponível em: https://bityli.com/8vdLk. Acesso em: 2 abr. 2020.

FONTES, Letícia. Pesquisas apontam que pessoas mais pobres são as que mais fazem doações. O Tempo, 10 ago. 2020. Disponível em: https://bityli.com/l1exo. Acesso em: 3 abr. 2020.

OXFAM Brasil. Coronavírus e a desigualdade na saúde. OXFAM Brasil [Blog], 8 abr. 2020a. Disponível em: https://bityli.com/iUNyj. Acesso em: 2 abr. 2020.

OXFAM Brasil. Pandemia de coronavírus reforça desigualdades da população mais vulnerável. OXFAM Brasil [Blog], 29 abr. 2020b. Disponível em: https://bityli.com/YT7nl. Acesso em: 2 abr. 2020.

RIBEIRO, Claudio Rezende. Entrevista: Impacto da Covid-19 nas populações periféricas. [Entrevista cedida ao] Andes-SN, 9 abr. 2020. Disponível em: https://bityli.com/91wX2. Acesso em: 30 mar. 2021.

A estruturação em curso dos negócios de impacto habitacional

João de Araújo Chiavone[9]
Paula Freire Santoro[10]

9 Arquiteto urbanista brasileiro residente em São Paulo. Mestrando em Planejamento Urbano e Regional no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2019-2021), graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Escola da Cidade (2012) e especialista em Economia Urbana e Gestão Pública pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2016). Desde 2013 trabalha na empresa Diagonal Transformação de Territórios, onde participou de diferentes projetos com clientes públicos e privados e da qual atualmente é coordenador. Foi aluno (2013-2014) e lecionou (2015-2016) nos cursos da Escola de Governo (extensão cultural em Ciências Políticas), assim como foi professor-assistente da Escola da Cidade (2013 e 2018).

10 Arquiteta urbanista brasileira residente em São Paulo. Professora de Planejamento Urbano na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), onde coordena o LabCidade (http://www.labcidade.fau.usp.br/). Possui bolsa produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq 2, Processo n. 312011/2019-9. Graduada (1998), mestre (2004) e doutora (2012) pela FAU/USP, com parte do doutorado desenvolvido na Universidade Politécnica da Cataluña (ETSAB-UPC) em Barcelona, Espanha (2010) e com estudo de caso em Bogotá, Colômbia. Cursou especialização em Política de Terras na América Latina pelo Lincoln Institute of Land Policy, Panamá (2007). Foi Assistente Técnica do Ministério Público do Estado de São Paulo (2011-2013), pesquisadora do Instituto Pólis (2001-2011), do Instituto Socioambiental – ISA (2007-2008) e do Laboratório de Urbanismo da Metrópole – LUME FAUUSP (2001). Deu aulas na Escola da Cidade (2009-2013), na UniABC (2011) e na Uniban Anhanguera (2012-2013). Em 2009 trabalhou na cooperação brasileira com o Governo de Moçambique para elaboração da Política Nacional de Habitação. Foi coordenadora editorial das publicações do Pólis entre 2002 e 2007.

Protagonismo dos grupos de base na habitação a partir de novas lentes

Pelo menos desde o processo de democratização no Brasil, ou até muito antes, ensaiamos e praticamos planos e políticas que transformam o espaço a partir de processos coletivos ou participativos que emergem dos territórios populares.

A ideia de produzir novas experiências a partir do protagonismo dos grupos de base – "de baixo", como alguns costumam chamar – também esteve na agenda do desenvolvimento econômico local dos anos 1990, que se traduziu em políticas que, por exemplo, buscavam autonomia para o rural e construíam ideias como comércio ético solidário. Ou, no urbano, na produção de cidade e da habitação concebida através de experiências de associativismo, cooperativadas, em mutirão, nas quais os recursos da comunidade envolvida, e também sua força de trabalho, transformavam o espaço de forma politizada e emancipatória (OLIVEIRA, 2003; SANTO AMORE, 2004). Os movimentos sociais urbanos estavam (e estão) nesta frente, nos mutirões habitacionais – "autoprovisão de habitação por meio da casa própria e da forma de ajuda mútua" (RIZEK, 2019) –, mas também na luta por várias políticas públicas – como a luta das mulheres por creche, pela reforma urbana, exemplos já muito estudados (GOHN,1991; GRAZIA, 2001). Estas políticas seriam gestadas e financiadas pelo poder público, especialmente o municipal.

Eram os anos 1990, cuja literatura e política urbana reconheciam que todos os tamanhos de cidades do país, mas especialmente as metrópoles, já apresentavam territórios com importante quadro de precariedade urbana e habitacional (ocupações precárias e vastas periferias), conceito compreendido pela articulação de loteamento periférico, autoconstrução e casa própria (MARICATO, 1979, 1996; BONDUKI, ROLNIK, 1979), que seriam objeto de estudos e de políticas.

Ao longo dos últimos 30 anos, ficou evidente que a precariedade urbana e habitacional compõe um quadro de necessidades diverso, que

se intensificou e complexificou, e a solução de uma política única, pública, de construção de novas unidades para compra e venda, baseada na propriedade privada, não atende ao diverso quadro de necessidades habitacionais identificado nas diversas formas de morar encontradas em nossas cidades – favelas, áreas encortiçadas, pensões, albergues, casa de fundo, loteamento precário, ocupação de edifícios centrais, etc. (SANTORO, 2019).

Os territórios populares mudaram muito. São várias periferias, heterogêneas (FELTRAN, 2008), que são lidas não apenas a partir das distinções de infraestrutura urbana presente ou grau de consolidação; ou de recortes de classe, pobreza ou exclusão/inclusão. Nem apenas a partir da lente socioambiental, que procurou articular políticas urbanas e ambientais, em um "socioambiental" que se escreve junto.

Esses territórios têm sido lidos a partir de novas lentes. Ou por olhares interseccionais que mostram que são territórios negros fruto de formas de opressão estruturais como racismo, e que também possuem potencial transformador, de valorização de culturas ancestrais e contemporâneas. Ou como "cidades" que não podem ser marcadas como apenas "cidades-dormitórios", termo que invisibilizou mulheres, idosos e crianças, que sempre moraram e viveram nestas áreas. Essas áreas agora são lidas com as lentes de gênero, tendo mulheres como protagonistas destas novas narrativas, mas também relativizando esta visão de gênero binária (homem-mulher) que apaga outras tantas identidades de gênero. E assim, o termo "popular", em si, já parece homogeneizante demais, considerando a diversidade encontrada.

As políticas urbanas e habitacionais não podem mais ser vistas como inclusivas/exclusivas apenas, mas sim como parte do enfrentamento das diferenças de poder na cidade de hegemonia étnico-racial branca, heteronormativa, patriarcal e capitalista. Esta cidade historicamente esteve estruturada pelas diferentes formas de exploração e expropriação que se manifestam como novas condições de despojo e violências cotidianas institucionais ou não, sobre estes corpos invisibilizados, sobre estes territórios.

Assim, a possibilidade de gestão da transformação do território de forma associativa tem sido lida também com essas outras lentes – como, por exemplo, a feminista. Federici (2014) traz uma visão clara da alteração, descrevendo uma mudança da luta para que o trabalho reprodutivo seja pago pelo Estado rumo a uma luta pelos comuns, pela ideia de protagonismo da comunidade, principalmente em contextos onde o Estado nunca foi o do bem-estar europeu, e no qual, concretamente, quem está na base da sobrevivência são as mulheres. Vai observar as "comuneiras", que envolvem "todas as formas de cooperação não mercantilizadas, relações sociais baseadas na solidariedade e na corresponsabilidade" (FEDERICI, 2014, p. 9). Por isso, propõe uma guinada radical em direção à produção dos comuns. Nesse momento, Federici já compreendia que não seria possível esperar que o Estado fosse o único responsável por melhoras nas condições de vida, principalmente em contextos econômicos que seguiam baseados na exploração e expropriação do trabalho, das terras, dos corpos, da vida dos trabalhadores. E apostou nas relações comunitárias como mais revolucionárias e "libertárias".

Não é por acaso que as experiências apoiadas pelo Fundo Casa podem ser lidas por essas lentes e envolvem o protagonismo dos grupos de base que lutam pelo direito à habitação e à cidade. Consistem em apoio ao trabalho de base feminino na construção da moradia, ou mesmo no apoio a grupos de catadoras de materiais recicláveis na produção de tijolos para construção, ou, ainda, na concepção de mobiliário sustentável para propriedades de uma associação que luta pela ideia de propriedade comunitária e aposta em aluguéis a preços acessíveis de seus imóveis. Ou seja, focam nas relações comunitárias como base da transformação do território. Diferentemente da agenda da redemocratização dos anos 1980, que apostava em políticas de Estado, essa articulação agora se dá dentro da sociedade, através de pontes entre recursos de empresas ou famílias/filantrópicos e os beneficiários, geralmente organizados em torno de movimentos de moradia, de catadores, ou outros, sem passar pelo Estado. Ou, algumas vezes, de forma complementar às políticas de Estado, como no caso da experiência do

mutirão, que é apoiada pelo programa Minha Casa, Minha Vida.

São trabalhos que se dão nas fissuras, complementarmente ou nas lacunas onde o Estado não está atuando. Desde os anos 1990 já se evidenciava o descompasso do crescimento das formas de precariedade urbana e as limitações da aposta nos governos como o único agente na concepção, gestão e financiamento das transformações desejadas. O Estado não tem recursos para mobilizar e transformar, sozinho, estes territórios. Argumentos diversos nessa direção foram mobilizados por agências multilaterais em torno das metas para o desenvolvimento sustentável que oscilam entre a ineficiência do Estado/eficiência do mercado, limites dos governos (de investimento, de endividamento, nas formas de contratação, entre outros), para justificar a entrada do mercado nessas transformações.

Por outro lado, o mercado não se interessa por transformar esses territórios, ou, quando se interessa, aterrissa neles através de parcerias público-privadas (PPPs), concessões, ou outros instrumentos e modelos que têm que ser tão ou mais rentáveis que outras operações de mercado imobiliário-financeiro para atraí-lo. Assim, transformam obras e serviços que eram feitos pelo Estado em operações que precisam seguir a lógica e a rentabilidade desejada pelo mercado (ALMEIDA et al., 2020). A crítica internacional às PPPs urbanas e habitacionais, por exemplo, mostrou que os capitais têm migrado para os "países pobres" quando têm seu risco diminuído – e aí entra o Estado fornecendo ativos públicos como terras, direitos de construir ou pagamentos por serviços, diminuindo os riscos –, e/ou quando são transformados em novas classes de ativos em educação, saúde, transporte, energia (GABOR, 2020) e, por que não, mais recentemente, habitação. Mas, considerando essas lógicas em curso, essas PPPs não vão para os territórios populares que não estejam próximos de frentes imobiliárias ou que não sejam de interesse do mercado.

Neste cenário, então, como será a transformação dos territórios populares? Temos estudado experiências em curso que envolvem sociedade e mercado – sem necessariamente parceria com o Estado, ou sem que o Estado seja o ator principal nesta produção de território –

que podem ser organizadas em várias direções. Destacamos aqui duas delas. A primeira diz respeito àquelas iniciativas que se dão no âmbito colaborativo, cooperado, onde os recursos vêm da própria comunidade e ficam nela. São movimentos, por exemplo, como o Black Money, que favorece negócios de pessoas negras mantendo o dinheiro nesta comunidade. Ou outros que a literatura chama de "desmonetização", nos quais as relações comunitárias se dão em outras bases de troca que não mediadas pelos recursos financeiros. E uma segunda direção são as de apoio às comunidades, a partir de "capital paciente" de empresas e famílias, que se organizam/organizavam na filantropia ou, mais atualmente, se organizam nos negócios de impacto social como forma de obter recursos no/de mercado para apoiar essas comunidades, organizadas ou não, em territórios populares.

Essa última corrente, em fase de crescimento, tem sido movida pela filantropia e apenas recentemente procura estruturar o que estamos chamando neste artigo de "negócios de impacto habitacional". Estes são um tipo de "negócios de impacto social e ambiental" que tem a intenção clara de abordar um problema socioambiental por meio de sua atividade principal; atuam de acordo com a lógica de mercado, com um modelo de negócio que busca retornos financeiros, ainda que baixos; e comprometem-se a medir o impacto que geram (BARKI et al., 2019; GORINI; TORRES, 2019; LAZZARINI, 2014; SANTORO; CHIAVONE, 2020). Apresentam-se como uma alternativa à falta de recursos de doação ou filantrópicos (SALAMON, 2014) e podem assumir diferentes formatos legais como associações, cooperativas ou empresas (CRUZ et al., 2019, p. 26). Já os investimentos de impacto envolvem recursos públicos e privados que podem ser direcionados através de instrumentos financeiros para organizações, negócios e fundos, comprometidos em gerar impacto social mensurável e rentabilidade financeira. Sobre estes negócios sociais ou ambientais, a literatura não é nova, bem como sua prática – títulos foram criados e implementados no mundo desde os anos 1990.

Negócios de impacto habitacional

Atualmente, no Brasil, assiste-se a uma rápida evolução das propostas de políticas sociais que enxergam nos negócios de impacto social a possibilidade de obter recursos financeiros no mercado para alcançar objetivos de política pública, mas obtidos a partir de negócios de impacto que envolvem investimento social privado (ISP). Trata-se da "ampliação da participação de atores não estatais nas questões de interesse público" (SANTOS; MENDONÇA, 2019, p. 3). Alguns os leem também como uma possível reestruturação dos atores envolvidos na filantropia, ou outros agrupados em investidores do "capitalismo consciente" ou "paciente", disposto a assumir riscos e gerar impactos sociais.

Essa evolução pode ser apresentada aqui, de forma sintética e com o recorte no impacto habitacional. Estes são negócios que procuraram encontrar soluções habitacionais, ofertadas ou não pela política dos governos, como melhorias habitacionais, regularização fundiária, produção de novas unidades habitacionais para o aluguel acessível, ou ainda fundos que oferecem garantia para as famílias que não conseguem alugar uma moradia no mercado formal, viabilizando o "aluguel acessível" ou "aluguel popular" (SANTORO e CHIAVONE, 2020; CHIAVONE e SANTORO, 2021).

Parece haver uma crescente estruturação de um nicho de mercado imobiliário-financeiro para a produção de soluções habitacionais de impacto social, organizado pelo próprio mercado, em diálogo com a filantropia e também com os governos, que sinalizam positivamente com propostas de regulação ou no desenho de políticas habitacionais ancoradas nestes negócios. Este texto faz um recorte de uma pesquisa mais ampla, enfocando nas estratégias de estruturação do negócio e nas características dos beneficiários, deixando para um outro momento a pesquisa sobre as expectativas de apoio dos governos a estes negócios.

Há vários argumentos em prol da utilização de negócios de impacto para financiar o desenvolvimento urbano e habitacional. O mais frequente deles é o que os inclui como investimentos capazes de fi-

nanciar a agenda global e os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU (BARKI et al., 2019; LAB, 2019; etc.). Ou são vistos como uma possibilidade de, através desses projetos, atingir metas públicas de enfrentamento de problemas urbano-ambientais que seriam mais facilmente medidas, podendo inclusive ser financiados pelos governos (LAZZARINI, 2014). Outro argumento está na visão de que é preciso, para a expansão do crédito imobiliário, buscar recursos no mercado financeiro (MOREIRA, 2019).

As críticas em torno dos negócios de impacto social ou ambiental (ainda não se referem ao habitacional) oscilam em torno dos desafios para estruturar este mercado. Argumentam que existiram casos em que não houve interessados, inviabilizando os projetos (MCHUGH et al., 2013). Apontam desafios na implantação dos títulos, que, ao se aproximarem do mercado de capital privado para atrair investidores, terminam incorporando lógicas que os afastam do impacto social desejado. Além disso, críticas às formas de controle e monitoramento dos serviços entregues são muitas vezes elaboradas pelo próprio estruturador do projeto e merecem um monitoramento cuidadoso (MCHUGH et al., 2013, p. 12-13).

A estruturação em curso dos negócios de impacto habitacional

Os casos encontrados mostram que há uma **diversidade de soluções de moradia ancoradas em negócios de impacto habitacional**, que podem ser complementares às políticas habitacionais públicas ou parte delas, combinando capitais para ampliar a escala, bem como podem estar ancoradas em plataformas digitais, aproximando-se das ações de inovação e empreendedorismo, onde conseguem os recursos para a estruturação do negócio.

As soluções de moradia podem envolver melhorias habitacionais, como complementação de políticas de urbanização públicas ao fazer reformas nas casas, como no caso emblemático do Programa

Vivenda[11] (SANTORO; CHIAVONE, 2020; BARROS et al., 2020; LOPES, 2019), dentre outros como Moradigna[12], Arquitetura Faz Bem[13], DonaObra[14], etc. Ou soluções de regularização fundiária urbana, como a combinação das ações de regularização da empresa Terra Nova com a Mov Investimentos[15], entre outras que consistiram na criação de plataformas digitais, como Minha Casa Legal[16], Regularizeme[17], etc. Ou a oferta de garantias para famílias que não conseguem alugar uma moradia no mercado formal, através da viabilização do aluguel popular, como é o caso dos fundos de impacto, onde talvez possamos colocar o fundo privado da Alpop[18] ou o Fundo FICA[19]. Ou a construção de novas unidades habitacionais em incorporação a partir dos "incorporadores sociais".

Os debates em torno desses negócios procuram criar um ambiente regulatório, estimulado pelas empresas para fomentar novas soluções financeiras. As propostas em curso procuram atender aos componentes do déficit habitacional. Encontram-se casos que pretendem enfrentar o aumento do gasto das famílias com a moradia – são várias iniciativas em torno do "aluguel acessível" ou "aluguel social" –; e outros que trabalham nas lacunas do poder público, ou onde ele não atua ou de forma complementar. Aparece, por exemplo, na opção por melhorias nas casas, "da casa para dentro", acompanhando projetos de urbanização públicos "da casa para fora" (por exemplo, o programa Vivenda).

Os casos podem ser políticas de aluguel, associadas à ideia da moradia como serviço social; ou abordando dívidas, políticas que envolvem endividamento das famílias (SANTORO; CHIVAVONE, 2020). Essas opções permitem um fluxo de renda via pagamento do aluguel, parte importante da política do serviço de moradia (MARÍN-TORO; ROLNIK,

11 Ver site: https://programavivenda.com.br/. Acesso em: 26 dez 2019.
12 Ver site https://moradigna.com.br/. Acesso em: 20 mar. 2021.
13 Ver blog https://arquiteturafazbem.wordpress.com/. Acesso em: 20 mar. 2021.
14 Ver página no Instagram: @donaobra.arq. Acesso em: 20 mar. 2021.
15 Ver site: https://grupoterranova.com.br/. Acesso em: 27 dez 2019.
16 Ver site https://www.minhacasalegal.org.br/. Acesso em: 20 mar. 2021.
17 Ver site https://regularizeme.com.br/. Acesso em: 20 mar. 2021.
18 Ver site: https://www.alpop.com.br/. Acesso em: 27 dez 2019.
19 Ver site: https://fundofica.org/. Acesso em: 20 mar 2021.

2020), ou do pagamento de dívidas imobiliárias, através do pagamento de melhorias ou compra de unidades, e também a possibilidade de encapsulamento dos recebíveis ou debêntures em ativos imobiliário-financeiros (SANTORO; CHIAVONE, 2020; CHIAVONE; SANTORO, 2021). Além de ser "fluxo" e ter menos fixidez, o aluguel também parece ser um formato importante, pois os valores pagos são menores que os de aquisição via compra do imóvel, que exige aportes importantes como a entrada para obtenção do financiamento, permitindo que um número maior de famílias possa acessar essa modalidade. E também, políticas de aluguel foram por muito tempo objeto de luta (PATITUCCI, 2017) frente às dificuldades das famílias em obterem sua casa própria.

Vários atores conectam empreendedores e investidores, desenvolvedores ou estruturadores dos negócios de impacto habitacional. Podem ter início em programas de startups, desenvolvedoras ou aceleradoras, empresas envolvidas com a construção de uma plataforma digital tecnológica (o que geralmente é tido como uma inovação nestes negócios), ou ainda securitizadora.

Um ponto crucial do negócio de impacto é como ele vai obter recursos para operar e se manter, ou seja, o modelo do negócio: encontrar clientes interessados em pagar pela solução gerada; gerar um volume mínimo de vendas; e ter condições de se financiar até encontrar o equilíbrio do modelo são alguns outros aspectos levantados (GORINI; TORRES, 2019). Primeiramente, o investidor deve estar disposto a receber uma taxa menor de remuneração ou remuneração abaixo da de mercado, incluindo, para além das variáveis deste mercado – risco, retorno e liquidez –, o impacto habitacional como seu objetivo. São operações financeiras consideradas de baixo valor para o mercado tradicional, operações que tradicionalmente não teriam interessados.

A arquitetura financeira dos negócios de impacto pode ser híbrida, conhecida como *blended finance*, combinando investidores que tradicionalmente não atuariam juntos, equilibrando risco e retorno. A escolha dos instrumentos financeiros mobilizados para associar soluções habitacionais e mercado financeiro costuma ser pelos títulos

imobiliários-financeiros mais tradicionais, em geral optando pelos mais baratos e simples na estruturação e operação. Nos casos analisados, foram propostos uma debênture (título de dívida)[20], um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)[21] e um Fundo de Investimento privado[22]. Para minimizar os riscos, principalmente de inadimplência dos empréstimos/créditos, a remuneração é paga em séries, de acordo com o risco assumido.

Várias foram as estratégias encontradas para a diminuição dos custos e ampliação da rentabilidade, como aumento de escala, antecipando o volume de recursos e possibilitando sua escalada. No caso habitacional, a possibilidade do negócio misturar usos mais rentáveis ou usos habitacionais para famílias com rendas mais altas tem sido uma estratégia muito criticada, pois transforma grandes áreas e entrega residual ou tardiamente moradias com preços acessíveis, não atendendo a quem precisa (SANTORO, 2019) e servindo como estímulo aos "retornos privados contínuos" (WARNER, 2013, p. 307). As PPPs entram nesta estratégia, combinando soluções habitacionais acessíveis com outras operações imobiliárias, e também permitindo que a antecipação dos recursos traga a alavancagem das obras da parceria.

É preciso pagar aluguel ou parcela relativa ao pagamento de melhorias habitacionais, que foram transformados em dívidas ou recebíveis, e assim remunerar os investidores, fazendo com que as famílias tenham um papel importante com a entrada de recursos nestes negócios. No entanto, eles se afastam da ideia das "comuneiras", das formas de cooperação não mercantilizadas, relações sociais baseadas na solidariedade e na corresponsabilidade. Ou das experiências a partir do protagonismo dos grupos de base – "de baixo". Não enxergam a comunidade a partir de sua potência transformadora.

Os desenhos em curso mostram que lacunas não atendidas

20 Para ver mais: https://www.infomoney.com.br/guias/debentures/. Acesso em: 3 mar. 2020.
21 Para ver mais: http://www.uqbar.com.br/download/UqbarAnuarioCRI2019.pdf. Acesso em: 28 dez. 2019.
22 Para ver mais: https://www.infomoney.com.br/guias/fundos-de-investimento/#guia-o-que-sao-fundos-de-investimento. Acesso em: 5 mar. 2020.

pelas políticas habitacionais estão sendo financiadas por títulos de impacto social, que enxergam a habitação como uma "oportunidade" de investimento no recente mercado de negócios de impacto no Brasil. Políticas de aluguel ou que envolvem o endividamento das famílias estão na base dos casos encontrados. Esse modelo parece ser uma novíssima fronteira de expansão do capital financeirizado no urbano, a partir de sua diversificação em busca de novos mercados (como o dos pobres urbanos excluídos do sistema bancário tradicional) e da criação de novos produtos financeiros nos moldes do "capitalismo consciente", garantindo que grandes investidores possam agregar títulos de governança social a seus portfólios de investimento.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Isadora Marchi de; UNGARETTI, Débora; SANTORO, Paula Freire; CASTRO, Ulisses Alves de. PPPs habitacionais em São Paulo: política habitacional que ameaça, remove e não atende os removidos. *In*: MOREIRA, Fernanda Accioly; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freire (org.). **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares**: observatório de remoções – relatório bianual 2019-2020. São Paulo: LabCidade, 2020. p. 181-221.

BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

BONDUKI, Nabil Georges, ROLNIK, Raquel. Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. *In*: BONDUKI, Nabil Georges, ROLNIK, Raquel (org.). **Periferias**: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo: Programa de Estudos em Demografia e Urbanização – PRODEUR, 1979. p. 130-130.

CHIAVONE, João de Araújo; SANTORO, Paula Freire. Recursos obtidos no mercado financeiro para projetos habitacionais de interesse social: os *socio impact bonds*. VI ENANPARQ - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2020. **Anais** [...]. Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

CRUZ, Célia; QUITÉRIO, Diogo; SCRETAS, Beto. O ecossistema de fomento aos investimentos e negócios de impacto: rompendo fronteiras. In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 22-56.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: UNESP, CEM, 2008.

GRAZIA, Grazia de. **Reforma urbana e Estatuto da Cidade**. Belo Horizonte: EGFJP, 2001.

GABOR, Daniela. The Wall Street Consensus. **SocArXiv Papers**, s. n., 2020. Disponível em: https://doi.org/10.31235/osf.io/wab8m. Acesso em: 20 mar. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GORINI, Marco; TORRES, Haroldo da Gama. Encontrando um modelo de negócio e uma teoria de mudança. *In*: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (org.). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 121-139.

LAB – Laboratório de Inovação Financeira. **Títulos ODS**: comprometimento com o desenvolvimento sustentável. São Paulo: ABDE; BID; CVM, 2019. Disponível em: http://www.labinovacaofinanceira.com/wp-content/themes/enfold-child/pdf/LAB-GT-Impacto-Titulos-ODS-Comprometimento-com-o-Desenvolvimento-Sustentavel.pdf. Acesso em: 24 dez. 2019.

LAZZARINI, Sérgio (org.). **Arq.Futuro** – financiamento da inovação urbana: novos modelos. São Paulo: BEI Comunicação, 2014.

MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARÍN-TORO, Adriana; ROLNIK, Raquel. Financeirização da moradia: proprietários automatizados e corporativos e a violência financeira. **LabCidade**, 30 out. 2020. Disponível em: http://www.labcidade.fau.usp.br/financeirizacao-da-moradia-proprietarios-automatizados-e-corporativos-e-a-violencia-financeira. Acesso em: 20 mar. 2021.

MCHUGH, Neil; SINCLAIR, Stephen; ROY, Michael; HUCKFIELD, Leslie; DONALDSON, Cam. Social impact bonds: a wolf in sheep's clothing? **Journal of Poverty and Social Justice**, v. 21, n. 3, p. 247-257, 2013.

MOREIRA, Talita.Expansão do crédito imobiliário depende de mercado de capitais. **Valor Econômico**, 8 ago. 2019. Disponível em: https://valor.globo.com/financas/noticia/2019/08/08/expansao-do-credito-imobiliario-depende-de-mercado-de-capitais.ghtml. Acesso em: 26 dez. 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PATITUCCI, Giulia Pereira. **A locação como política habitacional no Brasil**: desafios e possibilidades a partir da experiência paulistana. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIZEK, Cibele Saliba. Pensar a cidade é pensar o país. Francisco de Oliveira: um biógrafo não autorizado do Brasil. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 2, p. 226-241, ago. 2019.

SALAMON, Lester M. (ed.). **New frontiers of philanthropy**: a guide to the new tools and new actors that are reshaping global philanthropy and social investing. Oxford: Oxford University Press, 2014.

SANTO AMORE, Caio. **Lupa e telescópio**: o mutirão em foco – São Paulo, anos 90 e atualidade. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTORO, Paula Freire. Inclusionary housing policies in Latin America: São Paulo, Brazil in dialogue with Bogotá, Colombia. **International Journal of Housing Policy**, v. 19, n. 3, p. 385-410, 2019.

SANTORO, Paula Freire; CHIAVONE, João de Araújo. Negócios de impacto e habitação social: uma nova fronteira para o capital financeirizado? **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 22, n. 49, pp. 683-704, set./dez. 2020.

SANTOS, Beatriz Caroline Silvestre dos; MENDONÇA, Patricia Maria E. de. Percepções e experiências dos gestores públicos sobre o alinhamento dos investimentos sociais privados às políticas públicas. **Artigos GIFE**, v. 1, n. 1, s. p., 2019. Disponível em: https://sinapse.gife.org.br/download/percepcoes-e-experiencias-dos-gestores-publicos-sobre-o-alinhamento-do-investimento-social-privado-as-politicas-publicas. Acesso em: 20 abr. 2021.

WARNER, Mildred. E. Private finance for public goods: social impact bonds**. Journal of Economic policy reform**, v. 16, n. 4, p. 303-319, 2013.

Cidades, Clima e Gestão: Desafios para o Século XXI

Renato Pêgas Paes da Cunha[23]

Introdução

O Planeta Terra está vivendo, nos últimos 50 anos, um processo de urbanização acelerado, fazendo com que as cidades sejam o grande desafio neste século XXI. No ano de 2008, a população mundial passou a ter metade das pessoas vivendo em zonas urbanas, segundo estimativa de especialistas. Nos dias atuais estima-se que a população urbana esteja alcançando 55%, concentrando-se em um território de 2% da superfície terrestre. Considera-se que este processo de urbanização no mundo começou com a Revolução Industrial do século XIX, mas este dado histórico já ficou no passado. O que faz com que a crescente urbanização continue acelerada é decorrente, principalmente, de dois fatores: a busca de serviços básicos para a população, como saúde, educação, moradia, segurança, transporte, e falta de políticas públicas eficazes na zona rural. Estima-se ainda que, em 2030, seis a cada dez pessoas estarão vivendo em cidades e, em 2050, essa proporção subirá para 2/3 da população mundial.

23 Engenheiro, ambientalista, coordenador do Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia, conselheiro do Fundo Casa Socioambiental, membro da Rede de ONGs da Mata Atlântica, do Observatório do Clima, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, da Articulação Antinuclear Brasileira, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, da Convergência pelo Clima, entre outros coletivos.

No caso brasileiro, a população urbana já alcança 85% (IBGE, 2015) das pessoas, em apenas 0,63% do território do país, sendo que na Região Sudeste este percentual chega a 93%. A Região Nordeste é a que ainda tem um maior percentual da população vivendo na zona rural, cerca de 27%. O aumento significativo da urbanização começou na década de 1970, devido principalmente ao êxodo rural provocado pela modernização de agricultura, menos intensiva em mão-de-obra. No Censo Demográfico do IBGE de 1970, o percentual da população urbana era de 56%.

O crescimento acelerado do meio urbano se tornou um grande desafio para os governantes. As cidades não estavam, e ainda não estão devidamente preparadas para receber uma leva grande de pessoas. Isso tem gerado muitos problemas e conflitos na maioria das cidades, em especial as zonas metropolitanas, como as de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Manaus, entre outras.

Os problemas são diversos, como habitações inseguras e inadequadas, serviços básicos sem a devida qualidade, saneamento básico (água encanada, esgotamento sanitário, coleta e destino final de resíduos sólidos, drenagem e proliferação de vetores) deficiente, perdas de áreas verdes, transporte insuficiente. As desigualdades sociais são significativas, ocorrendo áreas devidamente urbanizadas e outras completamente precárias em nível de infraestrutura.

A geração de emprego e renda é outra questão bem complicada, especialmente nos dias atuais. Uma característica nas médias e pequenas cidades é que, mesmo morando nas zonas urbanas, as pessoas desenvolvem atividades econômicas no meio rural, a exemplo da agricultura e da pesca.

Soma-se na atualidade a situação das mudanças climáticas que o Planeta Terra está vivendo, com significativos eventos cada vez mais severos, com secas, inundações e avanços do nível do mar, impactando de forma significativa territórios e populações.

Políticas públicas e governança

O estabelecimento de políticas públicas é fundamental para o melhor planejamento nas decisões de desenvolvimento urbano. Em 2001, foi aprovada pelo Congresso Nacional e devidamente sancionada a Lei nº 10.257, que estabelece o denominado Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e define critérios para o desenvolvimento urbano e a função social da propriedade. Se este Estatuto fosse implementado em sua totalidade, teríamos cidades com uma melhor qualidade de vida. Sabe-se, porém, da dificuldade e dos enormes desafios que teríamos para transformar cidades já consolidadas com mudanças significativas na infraestrutura para atender todos os princípios elencados na citada lei.

As diretrizes estabelecidas nessa legislação buscam estabelecer princípios de ordem pública e de interesse social visando ao bem coletivo, à segurança e ao bem-estar da coletividade, assim como ao equilíbrio ambiental. Entre eles, pode-se destacar: garantia do direito a cidades sustentáveis; gestão democrática; transporte e serviços públicos adequados; proteção e recuperação ambiental; ordenamento e controle do uso do solo a evitar, utilização inadequada de imóveis urbanos, poluição e degradação ambiental, exposição da população a riscos de desastres, entre outros.

Mas estamos longe de alcançar de forma ampla essas diretrizes. Não temos condições de afirmar que alguma cidade brasileira seja sustentável e existem pouquíssimos exemplos neste sentido mundo afora. Mudanças significativas seriam necessárias para que possamos chegar aos conceitos de sustentabilidade. Quanto à gestão democrática, muitos governantes precisam ter melhor consciência do que significa mesmo uma governança efetivamente democrática. A gestão democrática da cidade seria um caminho real para reduzir as desigualdades sociais, buscando assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos, com justiça e inclusão social e econômica dos segmentos mais vulneráveis. Debates e audiências públicas conduzidos de forma efetiva, com a participação da população e das organizações representativas dos diversos segmentos sociais, dando ampla publicidade aos planos, programas e projetos a serem executados, deveriam ser realizados sistematicamente. Em grande parte dos municípios brasileiros, isso não acontece verdadeiramente.

No caso de Salvador, os Planos Diretores de Desenvolvimentos Urbanos – PDDUs elaborados nas últimas gestões, instrumento fundamental para o planejamento urbano adequado, não incluíram a contento as participações populares. O último PDDU, elaborado em 2016, inclusive está sendo questionado judicialmente pelo Ministério Público Estadual e organizações sociais, justamente pela deficiente participação em seu processo de elaboração. Além disso, os PDDUs vêm mais atendendo as propostas do mercado imobiliário, muitas vezes causando mais conflitos e desigualdades sociais do que buscando atender àquelas diretrizes do Estatuto da Cidade.

Ainda em Salvador, dois outros planos foram construídos com participação muito aquém do desejado. No Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas – PMAMC, elaborado em 2020, ocorreram algumas consultas públicas (virtuais, devido à pandemia), mas a comunidade interessada mal pôde dar uma contribuição efetiva. As organizações da sociedade civil local e grupos de pesquisa das universidades constituíram a Convergência pelo Clima, rede composta por cerca de cinquenta instituições para contribuir no processo, elaborando o Pacto pelo Clima, mas o retorno da Prefeitura de Salvador e da equipe contratada para elaborar o PMAMC praticamente não existiu.

Também foi elaborado pela Prefeitura de Salvador em 2019/2020 o Plano Municipal de Mata Atlântica – PMMA, com pouca participação popular e ainda não aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. Um PMMA bem construído necessitaria de oficinas participativas, com boa representação das organizações locais, para estabelecer um diagnóstico, uma visão de futuro e ações concretas para conservar os remanescentes existentes e restaurar o que for possível e necessário. Enquanto isso, temos visto iniciativas que vêm suprimindo

vegetação nativa de Mata Atlântica para viabilizar projetos imobiliários e de mobilidade.

Os Planos Municipais de Mudanças Climáticas e de Mata Atlântica são importantes instrumentos de planejamento que precisam ser difundidos cada vez mais pelos municípios. Estamos vivendo uma emergência climática que requer ações concretas nos territórios. O controle das emissões de gases de efeito estufa e a diminuição de riscos climáticos em nível local são fundamentais para a contribuição que as cidades precisam dar para alcançar os acordos nacionais e internacionais, como o Acordo de Paris de 2015 sobre o tema.

Outros instrumentos do marco regulatório ambiental precisam de uma atenção e operação eficiente na gestão municipal. O licenciamento ambiental tem sido uma responsabilidade dos municípios para os empreendimentos e atividades com impacto local. Já previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Complementar 140, publicada em 08/12/2011, que disciplina da competência comum entre os entes federativos, este procedimento ainda requer uma melhor gestão. A grande maioria das prefeituras já possuem Secretarias de Meio Ambiente, mas ainda despreparadas em recursos técnicos e financeiros, especialmente nos pequenos e médios municípios. Os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, também previstos na legislação, precisam ser fortalecidos para que se promova uma gestão ambiental efetivamente participativa.

Também previstos no Estatuto de Cidade, podem ser citados outros instrumentos: o Zoneamento Ambiental (alínea C, inciso III, Artigo 4º) e o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e o Estudo Prévio de Impacto na Vizinhança (EIV) (inciso VI, Artigo 4º). Entretanto, estes têm sido aplicados de maneira insuficiente, especialmente em empreendimentos de significativo impacto.

A sensibilização da comunidade urbana com ações de comunicação e educação ambiental é fundamental. A implantação das Comissões Institucionais de Educação Ambiental seria uma forma de planejar e executar atividades concretas de educação ambiental formal e informal.

Vale ressaltar ainda a instituição de Frentes Parlamentares Ambientalistas nas Câmaras de Vereadores, a exemplo das já criadas em Florianópolis e Salvador, para que a ação de vereadores e vereadoras seja fortalecida na área ambiental, com participação social.

O programa Casa Cidades

O Fundo Casa Socioambiental está de parabéns por ter lançado o programa Casa Cidades, em parceira com o Fundo Socioambiental CAIXA e a Fundação Oak. Considerando que as cidades necessitam de dar voz aos seus cidadãos, o programa procurou, a partir do edital, elencar projetos que identificassem diversas iniciativas que demandam condições operacionais para serem realizadas. Foram apoiados 150 projetos em dez regiões metropolitanas em diferentes temáticas: mobilidade ativa, agricultura urbana, reciclagem de resíduos, educação ambiental, acessibilidade, revitalização de áreas degradadas, arte e cultura, inserção social de comunidades, entre outras.

O Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia teve a oportunidade de ser o articulador local da Região Metropolitana de Salvador – RMS, com a missão de apoiar e articular um trabalho em rede entre os 11 projetos aprovados na região. Todos eles alcançaram as metas previstas, e a maioria deles continua sendo executada com recursos adicionais, tanto do Fundo Casa como de outras fontes, ou mesmo com trabalho voluntário de membros das instituições, motivados pelos resultados alcançados.

Gostaríamos de elencar alguns dos projetos que foram executados, fazendo deles um breve relato.

- Projeto do Movimento Canteiros Coletivos, denominado Escola Verde com Afeto, que teve como objetivo retirar lixo da frente de escolas públicas de Salvador e substituir por canteiros. Essa iniciativa contou com o firme apoio da comunidade escolar e da empresa de limpeza urbana da cidade. O projeto atendeu aos objetivos estabelecidos e continua sendo realizado em outras escolas da rede pública. O Can-

teiros idealizou um projeto de lei de iniciativa popular para virar uma política pública.

- Projetos de mobilidade ativa realizados pelos Coletivos Mobicidade e La Frida, com o objetivo de ampliar o conhecimento de comunidades de baixa renda, jovens e mulheres, no conserto e uso da bicicleta como meio de transporte. São projetos que visam à inclusão social.
- Projeto Redemoinho, com o objetivo de fortalecer feiras agroecológicas em Salvador, procurando aumentar o consumo consciente e solidário e convidando a população a consumir produtos orgânicos, produzidos com cuidados com o meio ambiente e negociados de forma justa em toda da cadeia produtiva. E o projeto continua.
- Projeto do Coletivo Motirô denominado União das Artes, realizado na comunidade Solar do Unhão, na beira da Baía de Todos os Santos, visando à valorização de espaços comunitários, com artivismo (arte + ativismo).
- Projeto da Associação de Moradores e Amigos de Ipitanga – AMI Ipitanga, com o projeto Semear, oferecendo educação ambiental em escolas da rede pública do município de Lauro de Freitas e ações para recuperação ambiental das margens do rio Sapato. Tais ações ainda são realizadas pela organização.
- Projeto do Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia – CCRB, visando ao fortalecimento e ao reconhecimento da atividade dos catadores e catadoras de material reciclado, fundamental para a sociedade. Ainda há muito a conquistar nesse sentido, e o esforço do CCRB tem sido importantíssimo para garantir justiça socioambiental para esta população. As ações continuam sendo realizadas.

Com seu encerramento no programa do Casa no final de 2019, esses projetos ajudaram no fortalecimento da Convergência pelo Clima e na construção do Pacto pelo Clima em Salvador.

Considerações finais

Com o intuito de ser uma importante referência internacional a ser atingida, a ONU – Organização das Nações Unidas lançou em 2015 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, estabelecendo uma agenda até 2030. Os ODS buscam "assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, agir contra as mudanças climáticas, bem como enfrentar outros dos maiores desafios de nossos tempos".

Dos 17 Objetivos propostos, dois estão relacionados ao tema deste artigo. O Objetivo 11 trata de cidades e comunidades sustentáveis, visando garantir que cidades e assentamentos humanos possam ser inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Já o Objetivo 12 busca garantir formas de produção e consumo responsável.

Esses objetivos mostram claramente que muito precisa ser feito. Estamos longe de alcançar tais objetivos. O desafio é imenso e não vemos ações concretas nesse sentido para atingir a meta até 2030. Um esforço enorme dos governos e da sociedade precisa ser feito. Ocupações urbanas irregulares e infraestrutura inadequada ainda são marcantes em nossas cidades.

Estamos vivendo uma emergência climática que exige medidas efetivas, e os conglomerados humanos devem fazer sua parte.

A responsabilidade é ampla e o envolvimento de todos e todas é fundamental.

CAPÍTULO 3

FILANTROPIA SOCIOAMBIENTAL E DIREITO À CIDADE
democratização do acesso a recursos da filantropia

Desafios da democratização do acesso a recursos da filantropia e direito às cidades sustentáveis

Rubens Harry Born[24]

Introdução

Democratização do acesso aos recursos da filantropia socioambiental e direito a cidades sustentáveis são temas que esse texto busca, para estimular as reflexões que se seguem no capítulo sobre desigualdades e movimentos para sua superação nas cidades. São temas altamente relevantes para quem se preocupa com os desafios de respeitar e cuidar da comunidade da Vida, da integridade ecológica, da justiça social e econômica, da democracia, e da não violência e paz. Esses são os quatro princípios-eixos estruturantes da Carta da Terra (BORN, 2006), documento lançado no ano 2000 como plataforma ética e política para alavancar iniciativas de transformações rumo às sociedades sustentáveis.

Há, portanto, uma escolha prévia da perspectiva sobre a qual busca-se refletir sobre as transformações estruturais e conjunturais,

24 Engenheiro civil com especialização em Engenharia Ambiental, advogado, mestre e doutor em Saúde Pública, há mais de 40 anos é integrante de organizações da sociedade civil que atuam com desafios socioambientais, democracia e direitos. Foi um dos fundadores e conselheiro do Fundo Casa Socioambiental, colaborador da Fundação Esquel, conselheiro do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, associado do Instituto Polis e de outras organizações da sociedade civil.

que possam gradualmente, mas com o senso de urgência, proporcionar o incremento e a eficácia de um número expressivo de iniciativas, das mais variadas organizações e movimentos da sociedade, em torno de utopias e valores de temas de *dignidade* (qualidade) *de vida*, *direitos* e *democracia* – (que denomino de 3 Ds). Para atingi-los, precisamos ampliar e fortalecer os 4 Cs: *cidadania*, *capacitação* e *cumprimento* de *compromissos* em torno de tais valores necessários às transformações e consolidação de sociedades sustentáveis.

As assertivas e indagações registradas nesse texto não resultam de pesquisa científica, nem pretendem complementar ou sintetizar diagnósticos sobre tais temas, tampouco repetir diagnósticos e prognósticos sobre os desafios dos assentamentos humanos urbanos, ou seja, as cidades nas quais vive, cada vez mais, boa parte da população (pelo menos no Brasil e em outros países da região).

Compartilho aqui, a convite dos idealizadores da publicação, algumas reflexões organizadas a partir da experiência acumulada e de análises empíricas sobre elementos que incidem nas relações entre distintos agentes da filantropia, nos campos socioambiental e urbano, seja os que atuam no lado de provedores de recursos e oportunidades, seja para aquelas pessoas e organizações que enfrentam as necessidades da realidade atual e os cenários desejados para um digno e justo futuro.

Enfim, uma aproximação aos temas que, certamente, são considerados regularmente pelos agentes envolvidos nas relações de filantropia e de transformações da sociedade. Temas que não se exaurem nem podem ser aprofundados em poucas linhas, mas que podem servir, assim espero, de subsídios às análises críticas e transformadoras.

Filantropia, dignidade, direitos e democracia

As crises climática e ambiental, as crises de refugiados da pobreza e de ditaduras, as diversas feições da crise sanitária da pandemia pelo Covid-19 revelam a crise civilizatória associada ao sistema econômico e cultural que privilegia benesses materiais e imediatas para poucos, à custa do labor e da miséria de muitos.

Como afirmei em outro texto (BORN, 2020), "não se pode olvidar que desigualdades, mazelas sociais, insuficiente proteção ambiental, racismo e exclusão estão lamentavelmente presentes nas estruturas culturais, econômicas e políticas do País. A Constituição cidadã e democrática de 1988, tendo em conta tais problemas estruturais da sociedade brasileira, incorporou, quatro décadas após a Declaração de 1948, diversos direitos humanos e agregou também dispositivos referentes a desafios civilizatórios, como os de governança democrática e participativa, de cuidado com a Natureza e os ambientes de uso e ocupação humana, de precaução e prevenção de riscos à segurança da Vida no Planeta".

As cidades brasileiras são espaços em que ficam evidentes as desigualdades socioeconômicas, bem como a "engrenagem" que reduz seus habitantes a meros objetos instrumentais de serviços das atividades e interesses empresariais, em vez de serem tratados claramente como cidadãs e cidadãos, cujos direitos à dignidade de vida devem ser considerados regular e progressivamente, a fim de assegurar as adequadas condições para habitações e habitat urbanos social e ambientalmente saudáveis.

Modos de apropriação capitalista do território (urbano e rural), de serviços e bens ecossistêmicos, associados à injusta distribuição de bem-estar na sociedade, tornam ainda mais perversa a desigualdade. A destruição de cidadania, substituindo-a artificial e intencionalmente pela "categoria" de consumidores é uma das formas da apropriação privada dos espaços urbanos (e rurais) de construir algo pretensamente novo e includente na base da superação de condições dadas pelo passado. Em nome da necessidade real de garantir acesso das pessoas à moradia, ao trabalho e ao consumo.

De fato, como afirmou David Harvey (2013, s. p.), "a qualidade da vida nas cidades virou uma mercadoria, num mundo onde o consumismo, o turismo e as indústrias culturais e do conhecimento se tornaram aspectos importantes da economia urbana". E afirma ainda que

> cidades, que cada vez mais consistem de fragmentos fortificados, condomínios fechados e espaços públicos privatizados, mantidos sob vigilância constante... Há, porém, movimentos sociais urbanos tentando superar o isolamento e remodelar a cidade segundo uma imagem diferente daquela apresentada pelas incorporadoras imobiliárias, apoiadas pelos financistas, as grandes corporações e um aparato estatal local com mentalidade cada vez mais influenciada pelos negócios (HARVEY, 2013, s. p.).

Frente à complexa realidade urbana, um desafio da democracia é a gestão integrada e com transparência de políticas públicas em setores como saneamento, mobilidade sustentável, educação, equipamentos e serviços de saúde, prevenção e gestão de riscos de "acidentes" e catástrofes (decorrentes seja de ocupações indevidas do território, seja de práticas e atividades produtivas perigosas e impactantes).

Tal desafio deve ser enfrentado com base em sensos de urgência, justiça e equidade (tratar desigualmente os que são desiguais, superando vulnerabilidades, e promover igualdade efetiva de direitos), por um lado, e observando os limites de bens e serviços ambientais de cada território ocupado por assentamentos humanos, isto é, a "capacidade de suporte", bem como as condições seguras e de resiliência dos ambientes para usos antrópicos, por outro.

Ainda, a tais desafios devem ser agregadas as considerações e conhecimentos para tornar as cidades mais resilientes às mudanças climáticas e à perda da vitalidade de processos e ciclos ecológicos essenciais, que agravam os riscos de crise hídrica, de efeitos de eventos climáticos extremos (como cheias, deslizamentos de encostas, etc.).

A complexidade de desafios de assentamentos humanos dignos e sustentáveis é ampliada em regiões metropolitanas e cidades maiores, assim como também nessas regiões e cidades são muito mais diversas as iniciativas e organizações da sociedade que buscam eventuais apoio junto à "comunidade filantrópica" (aqui não somente incluídas organizações que se autocaracterizam como do campo da filantropia,

mas incluindo também serviços e funções de facilitação de acesso aos recursos por parte de instituições de pesquisa, de instituições religiosas, de governos locais etc.).

Complexa é, também, a "comunidade filantrópica", que, para além do campo da sustentabilidade socioambiental, tem prestado serviços relevantes para enfrentar a fome, a pobreza e a desigualdade nas cidades, inclusive mediante o engajamento vultuoso de trabalhos voluntários de milhares de pessoas que prestam sua solidariedade aos mais necessitados.

O Estatuto da Cidade – Lei n° 10.257/2001 estabeleceu diversos instrumentos de caráter democrático e voltados à concretização de cidades nas quais a dignidade de vidas e a salubridade ambiental possam ser efetivadas. Para tanto, elencou um conjunto valioso de diretrizes, das quais destaco as seguintes:

> I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
> II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
> III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
> IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
> V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
> VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma

> a evitar:
> a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
> b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
> c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
> d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
> e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
> f) a deterioração das áreas urbanizadas;
> g) a poluição e a degradação ambiental;
> h) a exposição da população a riscos de desastres.
> [...]
> XIX – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados.

O direito à cidade, expressão formulada há mais de meio século, ganhou com o Estatuto da Cidade novos elementos, com a inserção de perspectivas de sustentabilidade, prevenção de riscos e degradação ambiental, gestão integrada e democrática, não obstante serem usuais posturas e instrumentos de caráter tecnocrático para a organização dos espaços e da vida urbana. Alguns desses instrumentos importantes, que não podem ser desconsiderados, como zoneamento territorial, planejamento e Plano Diretor, devem passar pelo escrutínio da transparência e participação mais ampla possível, pois, como afirma o Instituto Pólis (2021, s. p.), a "transformação radical conclamada pelo direito à cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo para reformular os processos de produção do espaço". Indica essa organização que tal direito está em contínua transformação, visto que "o direito

à cidade deve continuar carregando a poderosa ideia de recriar a nós mesmos por meio da recriação e ressignificação da cidade" (INSTITUTO PÓLIS, 2021, s. p.).

Em tempos de crises de alcance global, como as já mencionadas crises das mudanças do clima, de refugiados da pobreza e da degradação ambiental, de pandemias, enfim, distintas faces da crise civilizatória, há que se qualificar e transformar o direito à cidade a partir de propostas já conhecidas e DE outras inovações possíveis para a superação dessas mazelas.

Retomo o elemento inicial da reflexão, a convocação do texto sobre o desafio da democratização do acesso aos recursos (monetários e não monetários) da filantropia. Uma preocupação genuína de justiça, quando se consideram as desigualdades enormes de organizações e movimentos da sociedade que estão na "ponta", na linha de frente do enfrentamento dos problemas cotidianos em termos de capacidade de acesso às informações, às oportunidades e ao fortalecimento das organizações e democratização do acesso. Será possível assegurar justo e democrático acesso a recursos limitados?

O que pretendemos com o significado de justo acesso? Assegurar que os meios disponíveis de apoio sejam obtidos por aqueles grupos que se encontram em situações de maior vulnerabilidade? Que tipo de vulnerabilidades e quem as avalia, as instituições filantrópicas ou os agentes que buscam o apoio?

Até onde chegar com a "democratização do acesso", notadamente para as necessidades de fazer valer o direito à cidade sustentável e resiliente? Assegurar que as informações sobre as oportunidades de acesso aos recursos sejam amplamente conhecidas? Ou ir além, buscar mitigar as assimetrias de capacidades organizacionais e de acessar informações, mediante a promoção de dinâmicas e condições propícias (expressão que prefiro à versão *ambiente propício* e seu equivalente em inglês de *enabling framework*) para que demandantes estejam preparados a elaborar propostas e inserir-se em situações competitivas ou cooperativas de mobilização de recursos?

Sabemos que, como regra geral, impera um modo competitivo

na viabilização de apoios de recursos (limitados) por meio de mecanismos e instituições da filantropia. Há distintas formas e vários critérios de disponibilização de meios da filantropia para as iniciativas transformadoras da sociedade e para a promoção de direitos.

São diversos os critérios que identificam e definem os recipientes (receptores) dos recursos. Tais critérios contemplam, por exemplo, a qualidade (mérito) da iniciativa proposta para as transformações, bem como seus potenciais efeitos sistêmicos – para o grupo atendido ou para a sociedade em geral, considerando desde o efeito demonstrativo-pedagógico circunscrito ao contexto da proposta ou o potencial de sua replicabilidade em outras situações socioambientais, políticas, econômicas ou culturais. A urgência para salvaguardar vidas, modos culturais e identidades étnicas, garantir liberdades e direitos fundamentais, e prestar assistência emergencial compõe também parâmetros de decisões na concessão e na busca por recursos.

Legitimidade, representatividade e maturidade organizacional – no sentido de experiências anteriores que tornam os responsáveis pelo pleito mais capazes de dar razoável eficácia aos resultados e objetivos pretendidos – são alguns critérios muito utilizados e que são postos como elementos associados à viabilidade interna (de quem solicita apoio), além dos aspectos da situação "externa" (ameaças e oportunidades que resultam de políticas públicas, de ações e omissões de outros agentes da sociedade, da dinâmica econômica, etc.).

Também são diversas as formas e situações de oferta de tais recursos: ora mediante esquemas de indução, por meio de editais, programas e outras formas de seleção de temas, grupos potencialmente beneficiários e desafios prioritários, ora, em outra ponta, por análises das demandas que se originam dos grupos e comunidades que necessitam de apoio.

Programas e diretrizes previamente anunciados por entidades filantrópicas podem facilitar efeitos coletivos ou sistêmicos da aplicação de recursos, notadamente quando, de alguma forma, buscam valorizar iniciativas que facilitam e/ou criam sinergia com políticas, programas e/ou marcos normativos de caráter público. Por exemplo, ao se fomentarem iniciativas que possam convergir para a implementação de ações consistentes ou voltadas ao cumprimento de planos de ordenamento e uso do território inseridos em legislações específicas, tais como Plano Diretor (Estatuto da Cidade); planos de uso e conservação de bacias hidrográficas e recuperação de mananciais; planos municipais na região do bioma Mata Atlântica; planos nacional e setoriais de mitigação e adaptação às mudanças do clima. Ou, independentemente de legislações, de ações que convergem para a concretização de objetivos de desenvolvimento sustentável e gestão participativa decorrentes de compromissos internacionais, como das Conferências Habitat II, Rio-92 (Agenda 21), Rio+20 (Agenda 2030), entre outros.

Um exemplo mais recente, no contexto da pandemia de Covid-19, é o estudo da ONU Habitat *Cidades e pandemia: rumo a um futuro mais justo, verde e sustentável* (UN Habitat, 2021). O relatório da ONU Habitat aponta diretrizes e propostas em torno de quatro eixos: (i) repensar a forma e as funções das cidades, a fim de ajustar as morfologias urbanas, em distintas escalas, para serem mais resilientes aos fenômenos de pandemia e de mudanças climáticas; (ii) enfrentar a pobreza e a desigualdade sistêmica para mitigar impactos da pandemia e de restrições aos serviços assistenciais e fundamentais para vidas saudáveis; (iii) considerar a construção de um "novo normal" para a economia urbana, proporcionando atendimentos ajustados para grupos mais vulneráveis (agentes na economia informal, pequenos empreendedores etc.), com ênfase nas ações de transição para economias mais ambientalmente adequadas e inclusivas; (iv) atuação mais integrada, cooperativa – em diversos níveis de governos, para a gestão das cidades.

Segundo a ONU Habitat no relatório citado, um novo normal pode emergir nas cidades "onde saúde, habitação e segurança são prioridades para os mais vulneráveis, não apenas por necessidade social, mas também por um compromisso profundo com os direitos humanos para todos", recomendando "fortalecer acesso a financiamentos municipais para permitir que líderes das cidades construam uma nova eco-

nomia urbana que reduza o risco de desastres e que, também, abordem mudanças climáticas, desenvolvendo soluções baseadas na natureza e investindo em infraestrutura sustentável para possibilitar transporte de baixo carbono" (ONU, 2021, s. p.).

Por outro lado, atender demandas é relevante, mas talvez não suficiente para concretizar desafios de progressiva sustentabilidade e justiça ambiental e socioeconômica, pois, no limite, poderia cair na vala dos sensos comuns, talvez dissociados das noções e elementos transformadores de direitos às cidades sustentáveis.

Também pode não ser suficiente (no tocante ao desafio de democratização de acesso) ou adequada (à realidade local) a lógica exclusiva e unilateral de induzir iniciativas com base em programas e editais pré-estabelecidos por instituições filantrópicas. Em que pese configurarem-se em formas mais eficientes de gestão dos seus trabalhos e recursos, estes podem não ser suficientes ou compreendidos como adequados às necessidades especiais dos diversos grupos e regiões em que se busca fortalecer os movimentos pelo direito à cidade sustentável.

Entre esses dois polos, a maioria das organizações filantrópicas já vem, ao longo de vários anos, realizando procedimentos de consultas, de plataformas de compartilhamento de conhecimento e aprendizados, de avaliações de impactos, entre outros, que proporcionam lições relevantes para a calibragem da filantropia com base em processos dialógicos com os agentes de transformações sociais.

Fazer chegar a informação sobre possibilidades de atendimento de demandas ou de programas indutores de iniciativas às instituições pode ser a tarefa mais fácil que, certamente, reduza efeitos da desigualdade de conhecimentos sobre ditas oportunidades e condições.

No mesmo sentido de aprendizados mútuos entre agentes da filantropia e das linhas de frente das iniciativas de promoção de direitos e construção da sustentabilidade nas cidades (e em assentamentos humanos em zonas rurais), tornam-se fundamentais os esforços de qualificação e de criação de capacidades. Não se trata de meramente ajudar quem precisa, mas ajudar a ser ajudado (ou seja, promover capacidades

para receber apoio), e aprender com a assistência proporcionada.

Devem-se buscar formas de escalonamento gradual de apoios, para permitir que receptores de recursos da filantropia possam ampliar as suas ambições e realizações, preferencialmente em esquemas cooperativos entre distintas organizações filantrópicas. Por exemplo, algumas com experiência irem ao apoio de grupos em estágios iniciais de formação e consolidação social. Outras, em assistência à qualificação de organizações e movimentos já reconhecidos, ainda que somente na esfera local. Outras, propiciando o apoio a espaços coletivos de cidadania e de compartilhamento de conhecimentos, incluindo alianças e redes de organizações da sociedade civil e de movimentos atuantes na defesa de direitos à democracia e à dignidade de vida.

Ou ainda, outras atuarem no enfrentamento de contextos econômicos e sociais, políticos e ou institucionais que, embora consolidados, representam permanentes riscos de impactos à Vida, à qualidade de vida, como por exemplo as atividades minerárias e de exploração de combustíveis fósseis. A título de exemplo, podem-se citar as tragédias no Rio Doce (Mariana/MG) e em Brumadinho/MG, decorrentes de atividades da mineração, as quais afetaram e continuam impactando milhares de pessoas em assentamentos humanos, que não estavam preparadas para a transição econômica, institucional e cultural para uma "nova economia" e libertar-se da escravatura imposta pela mineração predominante no presente. Esses exemplos permitem também ressaltar a importância da comunidade de filantropia oferecer apoio aos movimentos e iniciativas que buscam resistir aos empreendimentos e políticas de significativos riscos de impactos à saúde e ao ambiente, inclusive em áreas urbanas.

A degradação ambiental e os riscos associados aos avanços tecnológicos que permitem taxas crescentes de utilização de bens e serviços da Natureza (inclusive os não renováveis, como minérios) precisam ser enfrentados com ética e responsabilidade. Segundo o filósofo Hans Jonas, não se pode sacrificar o futuro (da humanidade e da vida no Planeta) pelo presente. O princípio da moralidade de Jonas implica ações

cujos efeitos sejam compatíveis com a permanência de vida digna na terra, ações responsáveis com as gerações futuras e com os processos que asseguram a vitalidade do Planeta.

A responsabilidade intergeracional e a progressividade na consecução de direitos, impedindo retrocessos, são princípios que alicerçam o direito ambiental e a garantia do mínimo essencial à sadia qualidade de vida, outro atributo do direito moderno. Zelar pelo Estado de Direito Democrático e Ecologicamente Sustentável é também escopo da democratização da filantropia. Valorizar os espaços de participação cidadã, de acesso à justiça e de transparência da gestão estatal são requisitos para tal Estado Democrático e Sustentável.

O Acordo de Escazú de Direitos de Acesso à Informação, à Participação e à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e Caribe, que entrou em vigência internacional em 22 de abril de 2021, é fonte de direito e de diretrizes para as iniciativas de governança democrática. E cria oportunidades adicionais para o cumprimento efetivo de dispositivos constitucionais e o aprimoramento de legislação infraconstitucional para a promoção do direito à cidade sustentável. Direito esse diretamente vinculado à Constituição Federal de 1988 e aos objetivos fundamentais lá fixados (em seu Art. 3°) para o Brasil: o "de promover uma sociedade livre, justa e solidária; de erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais; de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e de quaisquer outras formas de discriminação".

Referências Bibliográficas

BORN, Rubens Harry. **Dignidade, direitos e democracia**: a urgência de esforços articulados para a sua promoção no Brasil. Mimeo. São Paulo, dez. 2020.

BORN, Rubens Harry; CABRAL-BORN, Gemima; HORN, Ana Lúcia Pereira. **Agenda 21**: nós da espaçonave Terra dependemos dessa idéia. São Lourenço da Serra: Vitae Civilis, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. **Lei n° 10.257/ 2001**. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 8 abr. 2021.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Piauí**, jul. 2013. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/. Acesso em: 8 abr. 2021.

Instituto Pólis. **O que é direito à cidade?** Disponível em: https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/ Acesso em: 08 abr. 2021.

JONAS, Hans. **O princípio da responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

ONU. ONU-Habitat: cidades devem liderar o caminho para um futuro mais justo, verde e saudável pós-pandemia. **Nações Unidas Brasil**, 31 mar. 2021. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/123684-onu-habitat-cidades-devem-liderar-o-caminho-para-um-futuro-mais-justo-verde-e-saudavel-pos . Acesso em: 14 abr. 2021.

UN Habitat. **Cities and pandemics**: towards a more just, green and healthy future. Nairóbi: UN Habitat, 2021. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/03/cities_and_pandemics-. towards_a_more_just_green_and_healthy_future_un-habitat_2021.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

Do território para a cidade: como o capital filantrópico pode contribuir para a produção de cidades mais igualitárias

Fabiana Tock[25]
Pedro de Lima Marin[26]

A produção da cidade é um processo contínuo e incremental que, justamente por articular diferentes atores em torno de interesses diversos, está em constante mutação. Embora existam muitas formas de se produzir a cidade, não é preciso ir muito longe para afirmar que nem todas são efetivas na socialização dos ganhos decorrentes dessa produção. Faz pouco mais de um ano que a pandemia de Covid-19 tem nos dado evidências de que a falta de infraestrutura urbana e social nas periferias afeta de forma significativa a capacidade de isolamento dessas populações. Condições precárias de habitação, falta de saneamento básico e transporte público lotado são características de muitos bairros nas grandes cidades brasileiras, e reforçam o ciclo de perpetuação das desigualdades.

25 Coordenadora do programa de Cidades e Desenvolvimento Urbano da Fundação Tide Setubal. É mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e pós-graduada em Sociologia e Investigação Social pela University College of Dublin. Atuou na coordenação de projetos de gestão social e de políticas públicas nos temas das desigualdades, pobreza e primeira infância.

26 Coordenador do programa de Orçamento Público, Transparência e Planejamento da Fundação Tide Setubal. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, mestre em Gestão e Políticas Públicas e doutor em Administração Pública e Governo, ambos pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, atuou como pesquisador e consultor em temas relacionados a financiamento de políticas públicas, participação social e gestão por resultados.

Uma possível razão para essa assimetria na distribuição dos ganhos com a produção do espaço urbano pode estar no referencial de planejamento que adotamos, muitas vezes ancorado em normativas e modelos genéricos definidos pela lógica dos capitais urbanos, que excluem os processos concretos de produção dos territórios periféricos. Como consequência, ficam de fora da cidade planejada a realidade concreta e as verdadeiras demandas desses locais. É na unidade territorial que as políticas públicas se encontram e, quando planejadas de forma integrada a partir dessa escala, o território deixa de ser um simples repositório de projetos para ser sujeito da ação pública. Experiências como o urbanismo social de Medellín na Colômbia e o Compaz – Centros Comunitários da Paz no Recife, ambas orientadas por uma visão de planejamento construída a partir do território, comprovam que a produção de cidades a partir dessa escala tem efeitos positivos na redução das desigualdades intraurbanas.

Sendo essa uma possibilidade, qual seria o papel do capital filantrópico na produção de cidades que levem em conta os territórios populares? Ainda que não exista uma resposta única para esta questão, podemos extrair algumas ideias a partir do aprendizado da Fundação Tide Setubal no bairro do Jardim Lapenna, na zona leste de São Paulo.

Ao longo de mais de uma década promovendo atividades culturais e estimulando o engajamento dos moradores nas discussões sobre o planejamento do bairro, e após uma série de conquistas populares ocorridas, a Fundação buscou articular uma visão de desenvolvimento territorial junto aos moradores, expressa no Plano de Bairro do Jardim Lapenna. Os Planos de Bairro, assim como os Planos Regionais, são peças importantes de planejamento integrado na escala local. A elaboração participativa desses instrumentos, para além de diminuir o desencontro entre propostas de políticas públicas e as demandas reais dos bairros, é mais sensível a incorporar as narrativas, arranjos e formas

de viver presentes nesses territórios, que costumam ficar de fora do macroplanejamento da cidade.

Um dos principais legados desse processo foi a formação do Colegiado do Plano de Bairro do Jardim Lapenna. Formado por instituições públicas locais, sociedade civil e moradores, o Colegiado desempenhou um papel fundamental na priorização das ações e na definição de estratégias para a mobilização e envolvimento dos demais moradores na construção coletiva do Plano. Sobretudo, um sentimento de responsabilidade territorial antes inexistente foi ativado pela formação desse coletivo, que se consolidou como um grupo de ação permanente do bairro, atuando por meio da mobilização do poder público e de outros atores para a melhoria do local.

No entanto, o desafio não se encerrou na construção participativa desses planos (que já não é de pequena monta!). Uma vez elaborado o Plano, foi preciso avançar no sentido de garantir os recursos orçamentários para sua implementação. Em 2018, o Colegiado se mobilizou em audiência pública para garantir uma dotação orçamentária específica para as ações de microdrenagem propostas no Plano. Porém, esta foi anulada no ano seguinte por um decreto da Prefeitura de São Paulo, sem que houvesse a garantia da realização das obras. Ainda que a obra tenha ocorrido posteriormente em decorrência de outras articulações realizadas pelo grupo, o problema da desvinculação do instrumento Plano de Bairro com as peças orçamentárias do município não foi resolvido.

Uma ação importante para driblar esse impasse foi transformar as ações previstas no Plano de Bairro em projetos básicos, incorporando todos os elementos indispensáveis para a licitação das obras. Foram elaborados e doados para a Prefeitura dois projetos que avançaram nas propostas existentes no plano inicial, em conversas articuladas junto ao Colegiado, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e demais pastas envolvidas. O primeiro deles se preocupou em conectar os diversos equipamentos públicos que estão no Jardim Lapenna e resolver as demandas por ruas completas, que proporcionam segurança para a mobilidade de pedestres e ciclistas. O segundo incorporou a qualificação de uma

praça à mudança de local da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro, atendendo a outras duas demandas existentes no Plano por meio da criação de um espaço de lazer e convivência no entorno da nova unidade. Esta proposta de articulação de um equipamento de saúde a um de lazer implicou o desenho de um novo modelo de UBS em dois andares, diferente dos padrões usuais de construção de UBSs da prefeitura.

A elaboração desses projetos básicos teve um custo médio de R$150.000,00 cada. Embora este valor varie dependendo da complexidade da intervenção proposta, estima-se que o retorno para o território na forma de investimentos públicos ultrapassará dez vezes o montante gasto com o projeto. Dessa maneira, o investimento em projetos pré-licitatórios pode ser compreendido como uma contribuição importante ao alcance do capital filantrópico. Além de trazer maior celeridade ao processo público, a doação do projeto possibilita que as intervenções sejam realizadas em compasso com as especificidades e demandas de cada território, algo impossível de acontecer no modelo tradicional de gestão de obras da Prefeitura, normalmente realizado segundo projetos padronizados e reproduzido sem alterações significativas em todas as regiões da cidade.

No entanto, essa solução sozinha não resolve o descompasso entre planejamento local e orçamento. É preciso avançar na institucionalização do planejamento territorial integrado. Diante desse impasse, a Fundação buscou, por um lado, desenvolver metodologias inovadoras de redistribuição territorial do orçamento público e, por outro, provocar a Prefeitura a assumir o desafio de propor políticas integradas, construídas a partir do território.

Se por um lado os planos de ação regionalizados e demais instrumentos de planejamento local informam as prioridades dos territórios, por outro, são elaborados sem qualquer horizonte orçamentário, o que dificulta abarcá-los no orçamento municipal. No limite, as decisões de implementação das ações desses planos são tomadas no varejo, embarcando no ciclo de disputa política de cada obra e criando novas desigualdades. Os territórios com maior capital político e social tendem

a abocanhar a maior parte dos recursos. Assim, para se fazer um bom planejamento local é necessário ter uma alocação adequada dos recursos a serem disponibilizados para a sua implantação.

Nesta perspectiva, a Fundação criou uma metodologia de distribuição territorial equitativa dos recursos municipais por subprefeitura. Uma cesta de indicadores de qualidade de vida e déficit de infraestrutura urbana foi selecionada e sintetizada em um índice para que a definição de vulnerabilidade se dê a partir de critérios técnicos e objetivos. Isso tornou possível criar um valor de referência para cada subprefeitura e, por conseguinte, para os instrumentos de planejamento local. Em diálogo com a Prefeitura, essa metodologia busca aprimorar a qualidade dos planos locais do ponto de vista orçamentário e, no longo prazo, reduzir as desigualdades territoriais na cidade[27].

Ainda, aproveitando os projetos idealizados pelo Plano de Bairro e a existência de diversos equipamentos públicos que poderiam ser potencializados com ações de integração urbana, a Fundação articulou junto à Prefeitura a inclusão do Jardim Lapenna no projeto de Urbanismo Social do município – projeto inspirado no modelo colombiano e em implantação em outros dois territórios da cidade[28]. Com o objetivo de estruturar um plano integrado de políticas urbanas e sociais e consolidar diretrizes de um modelo de governança compartilhada para a implementação dessas ações, o projeto consolidou uma metodologia de intervenção em territórios vulneráveis que pode ser replicada para outros bairros, em novas parcerias com o município de São Paulo e em outras cidades pelo país. Para além disso, o planejamento a partir do território entrou na agenda municipal, garantindo o compromisso da Prefeitura na implementação de políticas integradas nessa escala.

27 Para conhecer o índice, acesse a publicação completa "(Re)distribuição Territorial do Orçamento Público: Uma Proposta para Virar o Jogo das Desigualdades", disponível em: https://bit.ly/3m9zAeL.

28 Termo de Doação realizado junto a outras organizações da sociedade civil com o objetivo de formular diretrizes para elaboração de projetos de integração de políticas setoriais, em gestão compartilhada com a sociedade civil, com vistas à melhoria da qualidade de vida em três áreas específicas do Município de São Paulo: o CEU Pinheirinho D'água, o CEU Parque Novo Mundo e o bairro Jardim Lapenna.

A experiência da Fundação Tide Setubal no bairro do Jardim Lapenna ilumina algumas das possibilidades de contribuição do capital filantrópico na produção de cidades a partir da escala territorial. Articular uma visão de desenvolvimento territorial que leve em conta as especificidades de cada local, dando voz aos atores do território na construção de políticas públicas, parece um passo fundamental para garantir a integração, a qualidade e a continuidade das ações. As oportunidades que se abrem a partir daí são múltiplas: cabe à filantropia o papel de experimentar, apoiar, estabelecer conexões e influenciar para que o planejamento local integrado, por fim, oriente a construção de uma cidade mais equilibrada e inclusiva.

Urbanismo colaborativo e mobilização social para ação transformativa na cidade

Bárbara Bonetto[29]
Julia Ceccon[30]
Mariana Morais[31]

Planejamento urbano e as cidades contemporâneas

Embora a construção das cidades modernas já estivesse vinculada às disputas pela posse da terra e reprodução do capitalismo, nas últimas décadas as cidades também passaram a ser objetos dessas trocas mercantis (ROLNIK, 2015). No plano da vida cotidiana, é na relação entre o emaranhado de pessoas, grupos, empresas e instituições que a construção das cidades acontece, envolvendo negociações, aproximações e contestações. O Estado exerce um papel fundamental nesse contexto, ao ser responsável por determinar as condições dessa dinâmica. No entanto, apesar da intensa mobilização social para o desenho de instrumentos legais que promovam equilíbrio aos modos de vida e poderes, as ferramentas urbanísticas não têm se mostrado suficientes para uma construção efetivamente democrática das cidades.

A criação de marcos legais permitiu que hoje os governos locais tenham um papel direto, de responsabilidade na formulação e implementação das políticas urbanas, na prestação de serviços e busca por caminhos que respondam às necessidades cidadãs. Desde a década de 1980, o Brasil apresenta iniciativas de referência no campo do planejamento, como o Orçamento Participativo, constituição de conselhos municipais, elaboração participativa de Planos Diretores e programas de urbanização de favelas, possibilitados também por instrumentos do Estatuto da Cidade, outra grande conquista. Ao mesmo tempo, com o processo de mercantilização das cidades, os poderes locais passaram a responder a novas dinâmicas, inclusive globais. Assim, o planejamento urbano e seus instrumentos também viabilizam desigualdades e contribuem para uma lógica de dominação.

Em geral, a resposta para preencher a lacuna entre as necessidades cidadãs e o governo é o fomento à participação social em vários níveis da gestão pública. Na prática, esse tema tem sido amplamente debatido por suas limitações. Muitas vezes, a discussão no âmbito institucional dos rumos da cidade ocorre depois de tais direcionamentos já terem sido acordados com determinados atores, deixando a população com apenas "3 minutos de fala" (MORAIS, 2020). Dessa forma, consolidar as lições valiosas oriundas do planejamento urbano e fortalecer os processos de formulação de ações que emergem a partir dos grupos sociais são alternativas para que se promovam meios de aproximação e de ação coletiva em cidades brasileiras.

29 Farmacêutica formada na Universidade de São Paulo, mestre em Saúde Pública e Educação da Comunidade pela Southern Illinois University, mestranda em Arquitetura, Tecnologia e Cidades na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. Atual presidente do Instituto COURB, integra o grupo de pesquisa Metodologias do Planejamento Urbano e Cidades Saudáveis.

30 Arquiteta e urbanista formada na Universidade Federal de Santa Catarina, assessora de projetos pelo Instituto COURB e integrante do grupo de pesquisa do CNPq Comuns Urbanos na América Latina. Estagiou no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e realizou parte dos seus estudos na Universidad Nacional de Colombia e na Leuphana Universität, na Alemanha.

31 Arquiteta urbanista, especialista em Sociologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, atua como pesquisadora pela Fundação Alexander von Humboldt. É cofundadora do Instituto COURB, com experiência no desenho e implementação de projetos e políticas urbanas relacionados à participação cidadã, governança local e habitação no Brasil, Colômbia e Peru.

Ação coletiva e integrada para cidades saudáveis, empáticas e justas

Caminhos alternativos fomentam tanto o fortalecimento da ação cidadã quanto a formulação participativa de políticas públicas. Guiados pela reivindicação do direito à cidade, diversos movimentos sociais e coletivos urbanos se debruçam sobre os processos de construção das cidades, na perspectiva da colaboração, reivindicando que as pessoas estejam no centro das tomadas de decisões, especialmente na esfera local. No entanto, considerando a importância da compreensão da cidade não só a partir das camadas de influência no nível local, mas nacional e global (MARICATO; COLOSSO, 2020), valorizamos uma ação multinível, observando as diferentes arenas, lutas e contradições que conformam o espaço urbano e sua (re)produção.

O processo de fortalecimento dos movimentos sociais e a articulação diversa entre os setores são requisitos para redução das disparidades. Nos anos recentes, diversas práticas coletivas de intervenção na cidade têm ensaiado formas alternativas de gestão, concepção e uso do espaço. São movimentos de base, com ações autogestionadas, que corporificam em suas ações as demandas não priorizadas pelo Estado, promovendo a visibilidade de atores tradicionalmente excluídos dos espaços formais de planejamento. Reivindicam, por meio da ação direta e localmente situada, cidades mais justas, inclusivas e empáticas. Além disso, os movimentos exercem um papel essencial não somente no sentido de dar visibilidade e voz a grupos ou territórios precarizados, mas ao executar e planejar ações essenciais em conjunto com os habitantes.

A ação de grupos de base pode ser fortalecida por políticas públicas que legitimem e reconheçam suas atuações e pautas. A formulação de políticas de forma articulada na escala local com os aprendizados e trajetórias de movimentos, associações de bairro, coletivos urbanos e os demais saberes locais, muitas vezes distanciados dos espaços decisórios, pode impulsionar a transformação urbana. Nesse contexto,

além de fortalecer as possibilidades micro para que se multipliquem em diferentes contextos na escala local, é importante a potencialização da formulação participativa e implementação integrada das políticas públicas para estímulo e exponencialização dessa capacidade de transformação (DE LEEUW, 2017). Contudo, a priorização de recursos para as pautas socioambientais e de base, bem como o desenvolvimento de estratégias intersetoriais, demanda planejamento e gestão contínuos. A participação comunitária no processo decisório e o controle social, a partir da produção e transparência de dados com linguagem acessível, são primordiais nesse processo.

A integração das agendas de saúde, sociais, ambientais e urbanas tem sido apontada como uma diretriz para os processos transformativos por órgãos internacionais (UN HABITAT; WHO, 2020). Além disso, diversas pesquisas e projetos buscam combater a setorialização, fator limitante para o desenvolvimento de cidades sustentáveis, resilientes e saudáveis. Além da integração, enfatiza-se a importância da representatividade na formulação das políticas e ações. Neste sentido, Harkot (2018) evidencia que questões consideradas de pouca importância no âmbito urbano são vivenciadas de maneira potencializada quando se é mulher, por exemplo. Para a autora, tanto temas relacionados à infraestrutura e organização urbana, como a falta de iluminação nas ruas e itinerários de ônibus mal planejados, quanto políticas públicas afetam a vida cotidiana. Construções nessa direção requerem a formação e fortalecimento de redes sociais, a democratização e distribuição de recursos e de poder decisório.

Políticas intersetoriais podem não só fomentar o acesso a serviços básicos, mas promover proteção social e condições adequadas para vida humana e preservação ambiental. Conforme a Política Nacional de Promoção da Saúde – PNPS, a saúde depende de moradia, alimentação, saneamento, renda, educação, lazer e demais acessos aos bens e serviços essenciais, pautas reivindicadas por movimentos sociais justamente pela dificuldade de seu acesso democrático. Esse panorama desigual em muitos casos é agravado por um planejamento que con-

tribui com a manutenção das estruturas de poder, respaldado por um aparato normativo e ações que, conforme Pereira (2015, p. 231), "torna[m] inviável, ilegítima e ilegal a presença do pobre na cidade".

A crise social, econômica, política e de saúde, em toda a sua complexidade, requer uma profunda transformação nas estruturas de poder. Compreendemos, no entanto, que uma construção alternativa exige um trabalho amplo. No desenho do processo e estratégias de mobilização, é necessário prever diretrizes específicas para as disparidades de renda, gênero, raça, etnia, presença de deficiência, entre outras (COURB, 2019). Dessa forma, as ações urbanas podem guiar a transformação na direção do que é preconizado por agendas de desenvolvimento sustentável, saudável e inclusivo, e reivindicado por décadas pelos inúmeros grupos sociais mobilizados.

Urbanismo colaborativo e alternativas de construção coletiva

Os princípios do urbanismo colaborativo têm ganhado espaço enquanto chave teórica aglutinadora de práticas, embora seu conceito seja pouco difundido no âmbito do planejamento urbano (LANER, 2017) e pouco conhecido para além desse campo disciplinar. Muitas vezes se confunde com outras terminologias próximas, como urbanismo tático, intervenções urbanas, etc. – que são algumas de suas possíveis ramificações –, limitando sua compreensão ao espectro das microintervenções urbanas. É importante, assim, trazer luz ao que entendemos aqui como premissas essenciais e categorias de ação do urbanismo colaborativo, permitindo maior legibilidade e aplicação do termo.

Conforme apresentado, diversas práticas coletivas têm intervindo no território e na construção social de redes nos últimos anos. Na escala local, essas práticas, definidas aqui como **"ações diretas de intervenção e mobilização no território"**, constituem uma das categorias do que entendemos como urbanismo colaborativo. São exemplificações dessa categoria: intervenções comunitárias no espaço urbano, eventos

ou manifestações coletivas com reivindicação do espaço público, ocupações por moradia, reuniões comunitárias deliberativas com pautas tangentes ao planejamento urbano, ações locais de conscientização e formação, entre outros.

O termo "urbanismo colaborativo" é, como dito anteriormente, correlato das ações diretas de intervenção ou mobilização no território, o que denota seu profundo imbricamento à realidade e o torna suscetível às modificações que ocorrem nessas práticas. No entanto, não se limita a esta categoria. Neste sentido, vale situar um marco importante recente, a fundação da **Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo**, em 2018, que partiu da vontade de escalonar e potencializar as ações de intervenção em nível micro, criando uma instância nacional de trocas, parcerias e ações coordenadas de *advocacy* (MANIFESTO URBANISMO COLABORATIVO, 2018). A rede provoca, assim, a amplificação do conceito de urbanismo colaborativo para ações de nível macro, e pressupõe colaboração não somente entre os atores periféricos e invisibilizados, mas entre todos os agentes sociais. Segundo o manifesto da rede:

> Conjugando o ativismo, os estudos acadêmicos e o desejo de mudança da própria sociedade, surge o urbanismo colaborativo. Trata-se do processo de planejamento, gestão e ação sobre o espaço urbano envolvendo atores tradicionalmente excluídos de tais dinâmicas junto aos atores já estabelecidos, fomentando a construção democrática de cidades inclusivas. Para sua efetivação, os saberes empíricos, a força de vontade, potencialidades e talentos da população são indispensáveis na construção coletiva dos objetivos comuns. Indo além do paradigma da participação, buscamos avançar para o estágio da cocriação do espaço urbano e para a colaboração como instrumento de transformação.

Corroborando com o manifesto, damos destaque a outra categoria de ações, que também contemplam o que entendemos aqui como urbanismo colaborativo: **"ações coordenadas em nível macro"**. São exemplificações dessa segunda categoria: ações integradas para

conectar diferentes atores em processos decisórios de planejamento urbano; ações para levantar dados e desenvolver pesquisa; ações para mobilizar posicionamentos ou cartas coletivas, bem como outras práticas de *advocacy* que buscam inferir em políticas de efeito transversal na sociedade; mobilizações, campanhas de conscientização e dinâmicas educativas em ampla escala.

A captação de recursos é um passo essencial para fomentar e potencializar as múltiplas práticas sociais que corporificam a noção de urbanismo colaborativo exposta. Financiamentos públicos ou privados podem contribuir para a efetivação de pontes entre os níveis macro e micro, escalonando ações, viabilizando sua replicabilidade ou perenidade e amplificando suas reverberações socioespaciais, econômicas e ambientais. Conectar micro e macro urbanismos depende de uma aposta dos diferentes agentes em ações que promovam a "educação para cidadania ativa, [a] prototipação de soluções locais inovadoras e [o] desenvolvimento de modelos de cogovernança para a criação de cidades sustentáveis, resilientes, democráticas e inclusivas" (INSTITUTO A CIDADE PRECISA DE VOCÊ, 2020). Sob a perspectiva do urbanismo colaborativo, defendemos que as formas e instâncias de fomento devem se posicionar para além de uma lógica assistencialista, solidificando relações de parcerias e estimulando o papel ativo das redes de atores.

Reflexões

Ao compreender que as reflexões e ações apresentadas seguem na atualidade construindo caminhos alternativos, trazemos apontamentos que se desdobram, sem concluir. Pactos globais e marcos legais que situam hoje o pensamento e as práticas urbanas elencam princípios para cidades inclusivas. Contudo, é urgente fomentar a proliferação de experiências que efetivam tais princípios, possibilitando sua capilarização e incorporação situada. Para tanto, é necessário que haja uma intensificação de recursos e financiamentos voltados a projetos com ênfase na articulação intersetorial e ação multinível. Projetos nessa esfera, onde estão situadas as ações do urbanismo colaborativo, geram resultados e impactos indiretos (porque modificam os meios, e não os fins), o que algumas vezes dificulta seu enquadramento em editais de fomento e outros mecanismos de acesso a recursos. Isso indica, à perspectiva dos agentes financiadores, uma demanda por editais com temáticas multidisciplinares, focados não em uma pauta unitária, mas em uma agenda multifacetada.

Na perspectiva do fazer colaborativo a partir dos movimentos de base, vale ressaltar seu potencial enquanto ferramentas de mudança e transformação, à medida que tais projetos colocam as pessoas e seu protagonismo no centro da discussão, compartilhando o processo de tomada de decisão. Em suas reivindicações, apontam as direções das mudanças necessárias; em suas frentes de ações, articulam agentes ativos em torno de objetivos comuns e promovem processos que conectam e dão visibilidade a soluções possíveis. Essas amostras de ações urbanas podem ser escalonadas e replicadas a partir de agentes financiadores. Dessa forma, podem ser especialmente potencializadas se entendidas como parte de um conjunto de estratégias capazes de compreender, reconhecer e alterar as condições de segregação socioespacial e desigualdade enraizadas nos nossos ambientes urbanos.

Referências

COURB. **Fundamentos para as cidades 2030**. Florianópolis: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, 2019.

DE LEEUW, Evelyne. From urban projects to healthy city policies. *In*: DE LEEUW, Evelyne; SIMOS, Jean (org.). **Healthy cities**: the theory, policy, and practice of value-based urban planning. Nova York: Springer, 2017. p. 407-437.

HARKOT, Marina Kohler. **A bicicleta e as mulheres**: mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

INSTITUTO A CIDADE PRECISA DE VOCÊ. **Macromicro 2020**. São Paulo,

2020. Disponível em: https://www.acidadeprecisa.org/publicacao-macromicro2020. Acesso em: 13 abr. 2021.

LANER, Izadora. O Urbanismo Colaborativo como caminho de solução aos desafios da cidade. *In*: Congresso A Língua que Habitamos, 2017, Belo Horizonte/MG. **Anais** [...]. Belo Horizonte/MG: AEAULP, 2017. v. 2. p. 439-447.

MANIFESTO PELO URBANISMO COLABORATIVO. Fortaleza: Rede Brasileira de Urbanismo Colaborativo, 2018. Disponível em: https://www.redebrurbanismocolaborativo.org/manifesto . Acesso em: 13 abr. 2021.

MARICATO, Ermínia; COLOSSO, Paolo. The urban crisis in Brazil: from the neodevelopmentalist experiment to the rise of bolsonarismo. In: BIANCHI, Bernardo; CHALOUB, Jorge; RANGEL, Patricia; WOLF, Frieder Otto (org.). **Democracy and Brazil**: collapse and regression. Nova York: Routledge, 2020.

MORAIS, Mariana. **Participação Social na Política Urbana**: reflexões a partir da proposta de revisão da Lei de Zoneamento de São Paulo**.** *In*: VI ENANPARQ - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2020. **Anais** [...]. Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

PEREIRA, Gabriela. **Corpo, discurso e território**: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização.** Porto Alegre: ARTMED, 2010.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti. Estratégias do planejamento urbano e da promoção da saúde: a mandala da cidade saudável. **Intellectus Revista Acadêmica Digital**, Indaiatuba, v. 58 n. 1, p. 79-95, 2020.

UN HABITAT; WHO. **Integrating health in urban and territorial planning**: a sourcebook. Genebra: UN Habitat; World Health Organization, 2020.

Quando a filantropia socioambiental traz para os holofotes quem está na invisibilidade: a luta do Mutirão Carolina Maria de Jesus pelo direito de construir através de autogestão e mutirão

Sandra Kocura[32]

O direito à moradia digna foi reconhecido e implantado como pressuposto para a dignidade da pessoa humana desde 1948, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e foi recepcionado e propagado na Constituição Federal de 1988 com o advento da Emenda Constitucional nº 26/00. Assim, diz a Constituição brasileira em seu artigo 6º:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O direito à moradia e à habitação, portanto, está consagrado na Constituição e representa uma conquista da sociedade brasileira, bem

32 Sandra Kocura: Assistente Social, pós-graduanda em Saúde Pública com Ênfase em Estratégia da Família, especialista em Gestão de Serviços no SUAS, coordenadora do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste1 no Mutirão Carolina Maria de Jesus.

como o reconhecimento do Estado de que políticas públicas são necessárias e indispensáveis para que ocorra a inclusão social, gerando igualdade na construção da cidadania. Portanto, figura entre os direitos fundamentais, indispensáveis para a formação de uma sociedade menos desigual e mais inclusiva.

A habitação é uma necessidade humana básica para a reprodução social dos indivíduos, sejam eles pobres ou ricos, morem na pequena cidade ou na metrópole.

Enquanto objeto da política pública, a habitação se situa mais especificamente no âmbito da política social, seguindo a Teoria Geral do Estado. O Estado deve gerar a igualdade de oportunidades, porém, a moradia se tornou uma mercadoria no modo de produção capitalista, e com o acirramento da ideologia neoliberal esse direito tem ficado cada vez mais distante da população mais pobre, periférica e que, sofre as consequências do capital como indutor da ocupação do solo e a produção das cidades. A criminalização da pobreza e dos movimentos sociais e a polarização no mundo da política refletem-se de forma violenta na sociedade, fazendo com que a divergência de ideias e pensamentos impeça o diálogo e a construção da democracia participativa e representativa.

Diante da produção capitalista surgem as desigualdades sociais, de maneira que a classe trabalhadora não tem condições de acessar áreas bem localizadas, assim passando a habitar locais impróprios, sem infraestrutura, carentes de serviços e distantes dos centros urbanos. Isso limita a possibilidade do desenvolvimento das pessoas, induzindo-as a outras situações de vulnerabilidade.

A política habitacional foi pautada por diversos contextos históricos, econômicos e sociais. Na atual conjuntura, o Estado, além de não investir em políticas públicas para diminuir o déficit de moradia, fomenta parcerias com o âmbito privado (através de parcerias público-privadas – PPPs), contribuindo para a ampliação das remoções onde a população pobre e negra e com maior vulnerabilidade social são as mais afetadas.

No contexto da Reforma Urbana, na luta por moradia e direito à cidade, buscando efetivar a construção habitacional por autogestão[33], abordaremos brevemente a história de luta do Mutirão Carolina Maria de Jesus.

O chamado "Terreno do Belém" é uma área que foi propriedade da COHAB/SP, localizada ao lado da estação de metrô Belém, no centro expandido da cidade de São Paulo, e que é alvo de luta do movimento popular desde 1991. Trata-se de uma Zona Especial de Interesse Social do tipo 03 (referente a terrenos vazios), demarcada no Plano Diretor desde 2002. Apesar de ser um terreno já conquistado pelo Movimento de Moradia, ainda sofremos com a ameaça da especulação imobiliária: recentemente, um projeto de parceria público-privada do governo estadual queria se apropriar da área para implantar um projeto de construção de moradias sobre os trilhos do metrô, com uma grande laje, e para tanto nosso terreno seria utilizado nesse empreendimento.

Além disso, apesar de termos sido selecionados para ingressar no Programa Minha Casa Minha Vida, as recentes medidas no sentido de minar o programa e substituí-lo pelo Programa Casa Verde e Amarela[34], que exclui quem mais necessita de moradia, nos colocam em situação de insegurança e necessidade de organização e busca por alternativas.

Quando o Mutirão Carolina Maria de Jesus participou do edital do Fundo Casa Socioambiental e foi um dos 150 projetos aprovados para receber o recurso, não poderíamos imaginar como isso iria impactar a sustentabilidade do nosso projeto e a vida das famílias que fazem parte dele.

33 Rodrigues (2016, s. p.) define assim: "A autogestão na produção habitacional está conectada aos princípios de democracia, cidadania, autonomia, igualdade e justiça social, aspectos políticos que envolvem as relações sociais na sociedade. [...] é considerada não apenas no aspecto de construção de moradia e gestão de recursos, mas também de espaços nas cidades, para que possam ser geridos pela população, pelas comunidades, na busca da construção de cidades sustentáveis e melhor qualidade de vida".

34 Com o fim da Faixa 1 do programa de financiamento habitacional "Minha Casa Minha Vida" (MCMV), a população mais carente ficou sem a possibilidade de financiar a casa própria. Com o Casa Verde e Amarela, 42% das famílias brasileiras irão ficar sem moradia, sem subsídio e sem outra política habitacional.

Pensar em filantropia socioambiental em um projeto de habitação de interesse social numa cidade como São Paulo é reconhecer que existem atores sociais no meio urbano que incidem na vida das cidades, isto é, muito do que existe nas cidades foi construído pela luta coletiva, pela ação desses atores. E a luta dos movimentos populares, especificamente da luta por moradia, historicamente nasceu pela omissão do Estado, violentamente permeada de repressão.

Ter a visão de fazer filantropia socioambiental com o foco nas cidades é apoiar a atuação dos trabalhadores nos territórios urbanos, compreendendo as dinâmicas locais, as suas demandas, suas fragilidades, mas também as suas potencialidades. É compreender e reconhecer a importância dos movimentos de moradia como atores sociais de suma importância contra a lógica capitalista excludente que potencializa a desigualdade social e a insustentabilidade da preservação do meio ambiente, da vida e do futuro de gerações.

Quando instituições acreditam que o fortalecimento de organização popular e a criação de tecido social podem promover entidades mais perenes e com atuação autônoma que levam valores de solidariedade e comunitarismo a territórios tão precários, o impacto social é transformador.

A responsabilidade social e a sustentabilidade, juntas, através dessa forma de fazer filantropia, espelham uma nova forma de orientar políticas e ações sociais, fortalecendo a participação popular, tão excluída das tomadas de decisões na nossa democracia tão fragilizada nos últimos tempos.

Para nós, na atual conjuntura e na contramão do que se apresenta de maneira geral, o recurso do Fundo Casa viabilizou o trabalho técnico social de acompanhamento, apoio e formação sobre Autogestão por Mutirão com as 227 famílias do projeto. Também foi utilizado para que a Assessoria Técnica de Arquitetura USINA desenvolvesse parte dos Projetos Complementares de Estruturas, Elétrica e Telefonia, Abastecimento e Esgotamento Sanitário, Proteção contra Incêndios, entre outros, com o objetivo de habilitar o Mutirão Carolina Maria de

Jesus para futuros programas habitacionais de financiamento, tendo em vista a extinção do Programa Minha Casa Minha Vida. No momento, estarmos pleiteando recursos do governo municipal, que apresentou um programa denominado "Pode Entrar", ainda não iniciado.

Infelizmente o poder público tem tido pouca agilidade e interesse para a construção de novos programas, e, por isso, o Projeto ainda não tem recursos para ser construído e garantir o direito de moradia das famílias do projeto.

Apesar do cenário de tantos desmontes e retrocessos, entendemos que foi a filantropia, não como um fim em si mesmo, mas como alavanca para ações de formulação de propostas e pressão junto ao poder público para garantia de políticas permanentes e recursos estáveis e acessíveis, que permitiu que o pulmão do Mutirão Carolina Maria de Jesus, representado por 227 famílias, se enchesse de ar para nos dar fôlego no sentido de continuar a nossa luta, resistência e sonhar o sonho que não é só nosso, mas de todas as pessoas que lutam por uma sociedade mais justa, menos desigual e com equidade.

O mutirão Carolina Maria de Jesus é um grande exemplo de resiliência e resistência de 30 anos de luta do movimento popular, buscando a horizontalidade nas relações e na forma de luta. Diante da atual conjuntura, materializa o que Eduardo Galeano, citando Fernando Birri, nos diz:

> ***"A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar."***

Referências

ALVES, Glaucia. Casa Verde e Amarela exclui faixa 1 do MCMV e desampara famílias de baixa renda. **FDR**, 21 dez. 2020. Disponível em: https://fdr.com.br/2020/12/21/casa-verde-e-amarela-exclui-faixa-1-do-mcmv-e-desampara-familias-de-baixa-ren-

da/. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm**. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRITO, Barbara Moreira Barbosa de; SILVEIRA, Antonio Henrique Pinheiro. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 56, n. 1, p. 7-21, jan. 2005.

CARTILHA DE AUTOGESTÃO EM HABITAÇÃO. União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior; coordenação Cintia Almeida Fidélis. 1. ed. São Paulo: União Nacional por Moradia Popular, 2019.

LIMA, Helder. Receituário neoliberal coloca direito à moradia em segundo plano. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/12/receituario-neoliberal-coloca-o-direito-a-moradia-em-segundo-plano-5225. Acesso em: 25 mar. 2019.

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o "novo cooperativismo"**. Texto para discussão. Brasília: MTE, 2004. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_autogestaocooperativismo.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

REINHOLZ, Fabiana. Direito à moradia: "Existe uma luta silenciosa nas cidades". **Brasil de Fato**, 8 ago. 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/08/08/direito-a-moradia-existe-uma-luta-silenciosa-nas-cidades. Acesso em: 20 mar. 2021.

RODRIGUES, Evaniza. O que é autogestão. **Autogestão e moradia**, 12 set. 2016. Disponível em http://autogestao.unmp.org.br/artigos-e-teses/o-que-e-autogestao. Acesso em 15 abr. 2021.

CAPÍTULO 4

HISTÓRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Agroecologia urbana: sentir, produzir e transformar cidades

Lorena Anahi Fernandes da Paixão[35]

A atividade agrícola é mencionada em antigos registros históricos sobre a origem das cidades (JACOBS, 1969) e é uma realidade nas metrópoles contemporâneas em todo o mundo. Atualmente, a forma como se pensa a agricultura urbana é influenciada por concepções de agricultura e de cidade que estão em disputa, repercutindo em diferentes justificativas e motivações para a realização de estudos e para iniciativas individuais, coletivas e institucionais (ALMEIDA, 2016).

Em geral, as cidades são produzidas e percebidas de forma negativa no que se refere ao cuidado e relação com a natureza e à produção alimentar, sendo vistas como espaços improdutivos, degradados e exclusivamente de consumo alimentar. A agricultura urbana, alinhada aos princípios da agroecologia, aponta caminhos para redesenhar a relação cidade-natureza, afirmando que esses territórios necessitam e são passíveis de cuidado e regeneração e podem ser produtivos.

As reflexões apresentadas neste artigo se orientam a partir de experiências comprometidas com repensar e estabelecer formas de produzir nas cidades e partem das práticas, dos resultados e dos aprendizados apresentados pelos projetos apoiados pelo Programa Casa Cidades.

35 Nascida e criada na cidade de Belo Horizonte, neta de agricultoras/es urbanas/os, amante dos quintais e das coisas que a terra dá. Graduada em Ecologia, atua com agroecologia, agricultura familiar e agricultura urbana. Atualmente integra a equipe técnica e a coordenação executiva da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE).

A agroecologia urbana é tecida por muitas histórias, motivações e trajetórias, pessoais e coletivas, que articulam necessidade e inovação, ancestralidade e contemporaneidade. São diversos os corpos que, guiados por suas necessidades, desejos e emoções, se impulsionam a construir outra cidade, onde caibam as pessoas, as plantas, os animais e os sonhos. As iniciativas são conduzidas de forma individual, familiar, coletiva e institucional, e acontecem em regiões centrais e periféricas das cidades – vilas, favelas e ocupações urbanas. Os/as agricultores/as urbanos/as têm, cada vez mais, perfil diverso. Destacamos a expressiva presença de mulheres adultas e idosas e a crescente atuação de coletivos e grupos autogeridos de jovens.

Ao transitarmos nas cidades, encontramos diversos espaços produtivos, como: quintais e jardins domésticos; hortas comunitárias desenvolvidas em espaços e equipamentos públicos – praças, canteiros centrais, escolas, postos de saúde, dentre outros; hortas e pomares em lotes vagos públicos e privados; intervenções urbanas e artísticas em hortas verticais e outros recipientes. A produção encontrada também é diversa: hortaliças, legumes, plantas medicinas, plantas ornamentais, frutas, sistemas agroflorestais e animais, principalmente de pequeno porte.

Significativas iniciativas brasileiras de agricultura urbana surgiram e ainda surgem da necessidade de enfrentar a fome e de promover segurança alimentar e nutricional (SAN) para famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica que tiveram/têm o direito à alimentação negado. Projetos de qualificação de quintais e hortas comunitárias são desenvolvidos com o intuito de proporcionar o cultivo alimentar para subsistência e oportunizar a troca e comercialização do excedente, ampliando, assim, as condições de acesso a outros alimentos e de suprir outras necessidades.

Outros espaços produtivos florescem das memórias e emoções de pessoas, sobretudo idosas, que em outros tempos viveram em zonas rurais (roças) onde estabeleciam uma relação de proximidade com a

natureza e que, muitas vezes, têm ou tiveram em suas trajetórias pessoais e familiares a agricultura como forma de subsistência, cultura e trabalho.

Encontramos também territórios tradicionais, como quilombos e terreiros, que conservam remanescente de mata e que, mesmo com espaço restrito, cultivam plantas e criam animais para o abastecimento de suas comunidades e para reprodução de costumes e práticas ritualísticas. Os terreiros, na maior parte das vezes, estão localizados em áreas de vulnerabilidade social e são espaços de acolhimento e promoção de saúde e segurança alimentar e nutricional.

Vemos ainda pessoas, grupos e coletivos engajados com o manejo de espaços que estavam abandonados e improdutivos, como áreas remanescentes de construções, ruas e viadutos. Outros grupos se engajam na gestão de resíduos orgânicos e produção de adubo, em iniciativas de revitalização de matas ciliares e no cuidado e recuperação de nascentes.

Os projetos apoiados pelo Casa Cidades afirmaram essa diversidade e a importância da agroecologia urbana, temática com o maior número de projetos aprovados pelo programa. Os projetos desenvolvidos pelas organizações da sociedade civil e pelos grupos comunitários são de grande importância para o fortalecimento das inciativas e para a superação dos desafios colocados para as cidades, pois assegurarem condições materiais para o desenvolvimento das ações, proporcionam espaços de encontro e diálogo e ampliam as condições de mobilização e participação social.

Os projetos mostraram o caráter multifuncional da agroecologia urbana e a sua relação com várias outras práticas e pautas sociais relevantes para as cidades. Abordaram e propuseram soluções e inovações em diversas dimensões: direito à alimentação e segurança alimentar e nutricional; saúde; gestão de resíduos; permeabilidade do solo; conservação ambiental e biodiversidade; cuidado com a água; cultura; acesso à terra; moradia; direito à cidade.

São vários os desafios colocados para o avanço da agroecologia

urbana, com os quais os grupos apoiados se relacionaram e construíram caminhos para propor soluções. Embora as cidades estejam cheias de espaços com potencial produtivo, o acesso à terra é um desafio: muitas vezes as pessoas não têm espaço para plantar e encontram empecilhos para ocupar áreas que estão improdutivas, por se tratarem de espaços privados e públicos.

Os projetos ampliaram o acesso a materiais, insumos e ferramentas e à assistência técnica; também proporcionaram trocas de conhecimentos e de insumos entre os grupos. A melhoria nas condições de trabalho e os conhecimentos trocados permitiram que os alimentos fossem produzidos em maior diversidade e volume, contribuindo com o acesso e na promoção da segurança alimentar das famílias.

Também percebemos efeitos na melhoria e no fortalecimento das relações entre as pessoas e do sentido de comunidade. Muitos foram os momentos e ambientes de "sonhar e fazer juntos". O contato com a terra e as dinâmicas coletivas também influenciaram positivamente o ânimo e a autoestima das/os participantes do projeto.

Na busca por caminhos comuns para a superação dos desafios e para o fortalecimento de suas práticas, uma parte expressiva dos grupos apoiados se articulam a nível comunitário e participaram de redes territoriais municipais ou metropolitanas. As redes agregam um conjunto de iniciativas e funcionam como espaços de diálogo, troca e construção coletiva. As trocas acontecem em várias dimensões: informações sobre o território; formas de fazer e manejar as plantas e os animais; intercâmbio de insumos e produtos – sementes, mudas, recipientes, receitas; práticas afetivas e de estabelecimentos de laços comunitários e de amizade. Além disso, realizam ações conjuntas e formulam propostas a serem dialogadas com a cidade e com o poder público.

A agricultura urbana tem sido pauta na construção de ações, programas e políticas públicas, sobretudo no âmbito municipal. Vimos em alguns municípios o empenho de diferentes secretarias na realização de ações e na instituição de políticas de apoio, sobretudo com o objetivo de promover segurança alimentar e nutricional e ampliar a ge-

ração de renda, incluindo: processos de mapeamento e caracterização dessas práticas e agricultores/as; assistência técnica; fornecimentos de insumos e materiais; programas de feira da agricultura urbana; recuperação de áreas degradadas a partir do plantio de espécies produtivas e com o envolvimento comunitário; dentre outras.

Os projetos realizados reforçaram o caráter transformador da agroecologia urbana e contam muitas histórias sobre sonhar e construir uma outra cidade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Daniela Almeida de Oliveira. **Isto e aquilo**: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2016.

JACOBS, Jane. **The economy of cities**. New York: Vintage Books, 1969.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: REDE/IPES, 2007. Disponível em: https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

Redes de bancos comunitários e suas potencialidades na transformação urbana

Denise Barbieri Biscotto[36]
Jeanine Pacheco Moreira Barbosa[37]
Maria Angélica Carvalho Andrade[38]

Introdução

Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias

36 Especialista em Gestão do Desenvolvimento Local pelo Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (CIF/OIT). Coordenadora de Projetos da Associação Ateliê de Ideias.

37 Arte-educadora, doutoranda e mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo.

38 Médica, doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Professora do Departamento de Medicina Social e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo.

populares. Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) são considerados um método de gestão de serviços financeiros solidários, que tem como finalidade a democratização de recursos financeiros, operando a serviço das necessidades coletivas, gestionados pela comunidade, de natureza comunitária e associativa. Sua atuação extrapola as dimensões econômicas e se dá no território, na organização de atividades políticas, sociais, ambientais e culturais (CALLIL, 2014).

Os BCDs são considerados estratégicos para o Desenvolvimento Territorial, pois também consideram a promoção de melhorias habitacionais, ambientais e de organização comunitária, bem como novas oportunidades de trabalho e renda dentro dos princípios da Economia Solidária, assumindo ações de Políticas Públicas culturais, ambientais, educacionais e de saúde (CALLIL, 2014). Nesse sentido, os BCDs potencializam ações integradas de serviços financeiros associados a processos educativos, fomentando a identificação de demandas e potencialidades do território e uso do circulante local, ou moeda social, organizando e contribuindo para o fortalecimento do empreendedorismo local, numa verdadeira rede solidária (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008). Nesse contexto, este artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência de articulação local nos processos de transformação urbana, a partir dos BCDs e sua articulação em rede.

Redes de bancos comunitários

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento rompem com a lógica capitalista ao estreitar os laços com o território, fortalecendo a rede de economia solidária. Todavia, para que sejam implantados, é preciso identificar as demandas e potencialidades de cada comunidade/território envolvendo seus membros, de forma participativa, para depois sensibilizar e apresentar os princípios da Economia Solidária à comunidade e demais atores (dentro e fora do território) para finalmente fazer a implantação e consolidação futura do BCD naquele local. Destaca-se a importância do movimento de autogestão comunitário com

participação coletiva em todas as etapas (CALLIL, 2014), característica essencial para o fortalecimento das redes de economia solidária.

O primeiro banco comunitário brasileiro, o Banco Palmas, surgiu em Fortaleza/CE em 1998. Atualmente existem mais de 100 bancos comunitários no Brasil. Vitória viu surgir a primeira iniciativa desse tipo fora do Estado do Ceará, o Banco Bem, tendo a Associação Ateliê de Ideias como entidade gestora. O Banco Bem foi criado em outubro de 2005, inspirado no modelo do Banco Palmas, e opera com os princípios da economia solidária (CALLIL, 2014).

A Rede Capixaba de Bancos Comunitários

É importante destacar que, de modo geral, a comunidade ou favela é vista, essencialmente, como um espaço de problemas; entretanto, na mesma medida, é também um espaço onde coisas incríveis acontecem, onde há muitos tesouros, mas quase ninguém vê, quase ninguém fala das coisas boas que acontecem por lá ("TRABALHO...", 2020). Criou-se uma história única (ADICHIE, 2009) desses territórios, o povo como uma coisa, como uma só coisa, incontáveis vezes, e é isso que ele se torna.

Isso até que se descubra outra maneira de pensar, como um espaço de soluções, onde seus moradores se organizam e reinventam maneiras para minimizar as adversidades do dia a dia. Uma das várias histórias capixabas que merecem ser contadas é a história da Rede Capixaba de Bancos Comunitários, com a articulação de várias redes solidárias, que mais tarde deram origem à Rede Desenvolver, que funciona como um coletivo formado por 12 bancos comunitários de desenvolvimento – BCDs do Espírito Santo e por suas entidades gestoras. Essa história remonta às origens da criação do Banco Bem e sua entidade gestora Associação Ateliê de Ideias, vinculada às iniciativas das costureiras do Bem Arte Moda, das cozinheiras do Bem Nutrir, da marcenaria do Bem Arte Madeira, enfim, uma infinidade de iniciativas que nasceram e foram geridas pelas comunidades do Território do Bem (LIMA, 2010).

Destaca-se que essa região, que hoje é reconhecida como Território do Bem também pelos seus moradores, era conhecida como Complexo da Penha ou Poligonal I, e sempre figurou nos noticiários apenas na parte policial, estigmatizada como uma região muito violenta e perigosa. Havia rixas, medos e também muito desconhecimento da população.

Diante dessa situação e da ausência de iniciativas mais efetivas por parte do poder público, a população, ao lado de diversos movimentos e entidades, deu início, nos anos 2000, a projetos de economia solidária que mudaram não só a visão sobre os bairros, mas também a interação entre eles e o próprio entendimento dos moradores sobre o local em que habitavam. Destaca-se, nesse período, a criação, em 2003 da Associação Ateliê de Ideias e em 2005 do Banco Bem, com linhas de crédito produtivo, habitacional e de consumo, tudo decidido a partir da comunidade, responsável por atestar a idoneidade dos vizinhos ("TRABALHO...", 2020).

O Banco Bem, que atende 12 bairros da capital do Espírito Santo, também já entrou na onda da tecnologia e conta agora com moeda digital, oferecendo serviços financeiros solidários e promovendo a circulação das riquezas nas comunidades.

O Ateliê de Ideias, como entidade gestora do Banco Bem, inspirou e auxiliou na construção de outros bancos comunitários em vários locais do Espírito Santo, em outros estados da Região Sudeste e até em alguns territórios da região Centro-Oeste do Brasil, tudo em consonância com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários e com o segmento de Finanças Solidárias do Movimento de Economia Solidária. Nada é isolado. A Economia Solidária é um movimento pensado e tocado por muitos atores, e sempre articulado em rede.

No ano de 2018, no contexto do Programa Fortalecendo Comunidades para a Construção de Cidades Inclusivas, Resilientes e Sustentáveis – Casa Cidades, financiado pelo Fundo Casa Socioambiental, que apoiou 150 projetos em todo o Brasil, fez-se um esforço para a construção de uma rede a fim de potencializar organizações de base comunitária e projetos desenvolvidos junto a 12 iniciativas na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), com foco na preservação ambiental, segurança alimentar e desenvolvimento comunitário. Dentre as iniciativas, destacam-se cinco projetos propostos por gestores de bancos comunitários ou realizados em regiões onde estes estavam instalados (BISCOTTO, 2018).

Ações em rede que somaram recursos financeiros, humanos e materiais viabilizaram a produção de 10 mil mudas e plantio de 5 mil espécies nativas da Mata Atlântica em áreas degradadas e de nascentes, a reutilização do óleo de cozinha para produzir sabão, a humanização do espaço de descanso dos catadores de materiais recicláveis, a implantação de hortas comunitárias e a ampliação dos cuidados com as áreas verdes dos bairros a partir da ação educativa com crianças da comunidade. Além disso, as ações ampliaram as relações afetivas e de confiança nas interações entre projetos, possibilitando a troca de produtos, serviços, informações, capacitações, *networking* e fomento à captação de recursos para a melhoria de oportunidades de crescimento e desenvolvimento institucional.

O desenvolvimento local tem um caráter fundamentalmente endógeno e, a partir dessa afirmativa, pode-se ressaltar a importância de cada um dos BCDs, construídos com a comunidade e para a comunidade, permitindo que as pessoas identifiquem problemas, desafios, potencialidades e determinem qual é o foco de desenvolvimento, para então buscar soluções conjuntas. Pode-se destacar também a relevância de iniciativas como a do Casa Cidades, que, ao identificar e investir em boas iniciativas locais que trazem soluções eficazes para problemas identificados pelos próprios moradores, fortalece capacidades e os mecanismos sociais de participação democrática e de organizações das comunidades em torno de estratégias sustentáveis de governança local.

O investimento nas coletividades locais e o reconhecimento de seus membros, enquanto protagonistas de ações/reflexões transformadoras, fortalecem a sociedade civil e a transformam em um sujeito ativo de um desenvolvimento econômico e social mais equilibrado e autônomo (MOL, 2020).

Considerações finais

Dar visibilidade às singularidades que fazem parte de uma população é afirmar a sua alteridade, sendo o primeiro passo para a construção de uma rede o nível do reconhecimento, ou seja, aceitar o outro, reconhecendo a validade do seu discurso. Dessa forma, podemos afirmar que toda generalização é discriminatória e excludente.

Por outro lado, é importante notar que o trabalho em rede, embora não seja fácil de articular, merece investimento, uma vez que seus resultados são muito mais duradouros e sustentáveis. Uma comunidade envolvida em ações de rede é empoderada e, por meio da autonomia e do protagonismo, cria e recria os processos necessários ao seu desenvolvimento. Afinal, quem melhor que os próprios moradores de uma localidade para dizer o que realmente é importante para a comunidade?

A experiência com os BCDs a partir de uma perspectiva de rede tem possibilitado diminuir as desigualdades impostas às comunidades periféricas, apresentando-se como uma alternativa à hegemonia capitalista, destacando valores e princípios como o trabalho associado, democrático, não excludente e mutualístico, que prioriza o coletivo e busca a cooperação e a distribuição mais igualitária. Nesse contexto de potencialidades, a Economia Solidária em rede é considerada estratégica para o desenvolvimento territorial, atuando de forma integrada para o desenvolvimento coletivo e comunitário, transformando demandas em oportunidades.

Destaca-se que essas iniciativas foram responsáveis pela mudança não só da imagem dos bairros, mas também da interação entre eles, além do próprio entendimento dos moradores sobre o local que habitam, numa perspectiva de autogestão que permite o protagonismo dos moradores, que se comprometem com a transformação do meio em que vivem.

Nesse sentido, as ações que buscam apoiar essas iniciativas, como as da Associação Ateliê de Ideias, entidade gestora do Banco Bem, têm grande valor. Isso ocorre sobretudo quando a organização

se coloca como parceira, não como tutora das ações, uma vez que o propósito é "trabalhar-com" numa relação de reciprocidade, horizontalizada, onde aquilo que difere, difere em potência, sendo cada membro da rede importante para seu sucesso.

Por fim, é necessário ressaltar que a análise feita sobre a rede, objeto deste relato de experiência, envolve valores que estão intrinsecamente relacionados à sustentabilidade: aceitação e interesse pelo outro, reciprocidade, autonomia, solidariedade e compartilhamento de objetivos e projetos em comum, valores essenciais para a construção de uma sociedade com mais justiça social e com foco nas gerações futuras. Esta proposta estético-política apresenta-se como uma importante possibilidade para dar passagem a novas formas de sentir/pensar/agir, criando possibilidades outras para (re)construir territórios onde prevaleça igualdade com equidade.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. TEDGlobal, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt. Acesso em: 9 abr. 2021.

BISCOTTO, Denise Barbieri. Organizações se reúnem e formam rede de projetos socioambientais. **Casa Cidades**, 2018. Disponível em: https://casacidades.casa.org.br/organizacoes-se-reunem-e-formam-rede-de-projetos-socio-ambientais/. Acesso em: 15 abr. 2021.

CALLIL, João. **Bancos comunitários de desenvolvimento como estratégia de desenvolvimento territorial, microcrédito e autoconstrução** – Caso: Banco Bem, Vitória-ES. 2014. 155f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

LIMA, Luciana. Em Vitória (ES), um mundo de pequenos negócios combate a pobreza no Território do Bem. **Jusbrasil**, 2010. Disponível em: **https://jus-vigilantibus.jusbrasil.com.br/no-**

ticias/1139211/em-vitoria-es-um-mundo-de-pequenos-negocios-combate-a-pobreza-no-territorio-do-bem. Acesso em: 9 abr. 2021.

MELO NETO, Joaquim João; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

TRABALHO comunitário reverteu estigmas e criou Território do Bem. Século Diário, 10 mar. 2020. Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/cidades/trabalho-comunitario-reverteu-estigmas-e-criou-territorio-do-bem . Acesso em: 9 abr. 2021.

União campo-cidade: do grupo de consumo responsável à estruturação de uma cooperativa solidária de distribuição

Vitor Tonzar Chaves[39]

Introdução

A agricultura familiar é de fundamental importância para o abastecimento das cidades. Apesar de as unidades de produção agrícola familiares representarem apenas 24,3% das áreas agropecuárias nacionais, são responsáveis pela produção de aproximadamente 70% dos alimentos que chegam à mesa do brasileiro (IBGE, 2006).

Essa prevalência da agricultura familiar pode ser explicada, ao menos em parte, pelo cuidadoso trabalho manual dos agricultores familiares, o qual é essencial para o cultivo de gêneros alimentícios como as frutas, legumes e verduras (WILKINSON, 2008). No caso da produção

39 Engenheiro Naval (2014) e mestre em Engenharia Hidráulica e Ambiental (2018), tem hoje como foco profissional sua empresa, a Sapiência Ambiental, que promove soluções sustentáveis de engenharia, com foco no uso sustentável da água e tratamento de efluentes. Tem uma formação interdisciplinar e atuou em diversos coletivos e movimentos ecológicos nos últimos anos. Entre os anos de 2013 e 2019, realizou uma série de projetos com a Incubadora de Tecnologias e Cooperativas populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP) e com o grupo Escritório Piloto da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP), que tiveram como objetivo alavancar a produção agroecológica de três diferentes assentamentos de reforma agrária da Grande São Paulo e construíram 15 sistemas de tratamento de esgoto rural. É cofundador da cooperativa solidária de distribuição Terra e Liberdade.

agroecológica, o cuidado manual requerido pode ser ainda maior, visto que, ao invés de veneno e fertilizantes artificiais, são aplicadas diferentes técnicas de manejo do solo e de controle natural de pragas que exigem maiores cuidados cotidianos e manuais.

Apesar de sua importância, os agricultores familiares enfrentam muitas dificuldades para conseguir acessar o mercado, que é, em geral, constituído por longas cadeias de comercialização, e concentrado pelas grandes redes transnacionais de super e hipermercados, de maneira que os produtores recebem mal pela sua mercadoria produzida (LEITE; MIRANDA; TRAVASSOS, 2020; WILKINSON, 2008).

Em resposta a esses problemas, surge a proposta de criar os circuitos curtos de comercialização (CCC), que têm como objetivo diminuir o papel dos intermediários e aproximar os consumidores da cidade dos agricultores no campo, apoiando a produção local e ecológica. Algumas das estratégias para criação de CCCs são a organização de grupos de consumo responsável (GCRs), as feiras agroecológicas e os mercados institucionais (INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA, 2013; LEITE; MIRANDA; TRAVASSOS, 2020).

Este artigo tem como objetivo apresentar uma experiência com CCCs que recebeu apoio do Fundo Casa Socioambiental, iniciando como um GCR e culminando na estruturação de uma cooperativa solidária de distribuição de alimentos, hoje conhecida como Terra e Liberdade. Observando essa experiência, podemos constatar fortes indícios da importância da filantropia socioambiental para a construção e estruturação de iniciativas que propõem um modelo de produção e comercialização alternativos ao mercado dominado por grandes *players* do mercado do varejo e atacado.

Do grupo de consumo responsável à cooperativa solidária de distribuição de alimentos

Há diferentes experiências de GCRs na cidade de São Paulo, como por exemplo o MICC (Movimento de Integração Campo Cidade),

CRU-SOLO, o CRU, e a ComerAtivaMente, que já foi apoiada pelo Fundo Casa Socioambiental em 2016.

Cada um desses grupos possui suas especificidades em termos de funcionamento, de regras de participação, taxas de associação, etc. Neste artigo não caberá um detalhamento dessas diferenças. Contudo, deseja-se ressaltar alguns aspectos da prática dos GCRs, tomando como base a experiência da ComerAtivaMente, uma vez que o autor do presente artigo participou do coletivo entre 2015 e 2018. A organização de GCR é uma prática capaz de baratear o acesso aos alimentos orgânicos e de promover uma relação mais próxima entre consumidores e agricultores, o que também beneficia os produtores rurais, uma vez que, dessa maneira, não necessitam se submeter às imposições do mercado dominado pelas grandes redes transnacionais. Observa-se que a demanda de um GCR pode gerar uma renda significativa para um agricultor, porém, não é suficiente para gerar escala necessária para absorver, por exemplo, o potencial de produção agroecológica de um assentamento de reforma agrária composto por mais de 30 famílias. Outro ponto é a grande carga de trabalho voluntário que recai sobre os membros da gestão do GCR, o que pode impossibilitar que trabalhadores que passem mais de 10 horas de seu dia em função de seu emprego tenham tempo de participar.

Em 2016 o projeto da ComerAtivaMente, apoiado pelo Fundo Casa, tinha como objetivo apoiar a produção de alimentos agroecológicos do Assentamento D. Pedro Casaldáliga, localizado em Cajamar/SP. Esse apoio, juntamente a processos internos dos próprios assentados e projetos realizados pela Incubadora de Tecnologias e Cooperativas Populares da USP (ITCP-USP), contribuiu muito para a estruturação da produção agrícola do assentamento. Nesse período o objetivo do projeto era que os membros do próprio GCR da ComerAtivaMente pudessem ter acesso aos alimentos agroecológicos produzidos por esse assentamento, o que representava o consumo de aproximadamente 15 pessoas por semana. Apesar de o GCR sozinho não conseguir garantir a renda de todas as famílias, a maior proximidade entre os consumidores

e agricultores gerou benefícios para além da comercialização: curso de construção com bambu, construção voluntária de sistemas de saneamento ecológico com as famílias, mutirões agroflorestais, entre outros. Assim, por mais que o consumo do GCR fosse relativamente pequeno para um assentamento de 30 famílias, várias outras transformações puderam ser observadas a partir dessa maior proximidade entre produtores e consumidores. Importante salientar que nessa época os agricultores tinham contratos com algumas prefeituras, o que lhes garantia uma boa escala de comercialização no mercado institucional.

Porém, a partir do final de 2016, observamos um forte decaimento dos programas de compras públicas e institucionais, de maneira que muitos dos agricultores do assentamento se viram novamente em uma situação muito vulnerável. Foi a partir deste cenário de crise que membros da ComerAtivaMente, da ITCP-USP e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) se uniram para começar a organizar uma cooperativa de logística que pudesse intermediar a relação entre os agricultores e diferentes GCRs, de maneira a aumentar a escala de venda do CCC formado por esses diferentes grupos. Foi assim que iniciou o projeto da cooperativa Terra e Liberdade (TL).

Inicialmente, a iniciativa carecia de recursos financeiros e de infraestrutura adequada. Não possuía caixas agrícolas, veículo utilitário, nem espaço físico na cidade para realizar a distribuição. Contudo, tinha capital social e sabia que era capaz de organizar e mobilizar a demanda existente por esses alimentos. A estratégia inicial foi de mapear parceiros na cidade, tais como grupos de extensão universitária e sindicatos, os quais possuíam espaços físicos nos quais era possível realizar a distribuição dos alimentos. As entregas eram quinzenais e realizadas uma vez por semana.

Em meados de 2018, após a primeira fase do projeto apoiado pelo Fundo Casa Socioambiental, eram realizadas semanalmente duas entregas para um total de quatro grupos consolidados, com uma média de 60 cestas de alimentos por semana. As cestas eram oferecidas por R$35,00 e eram compostas por nove itens: duas saladas, duas refogas,

dois temperos, duas frutas e um legume ou raiz. Este modelo de cesta fechada foi inspirado na experiência da ComerAtivaMente e foi de grande importância para dar uma maior flexibilidade em relação às variedades a serem entregues, uma vez que inicialmente a produção ainda não estava muito bem estruturada. Desde o final daquele ano a cooperativa TL conta com site próprio e os pagamentos podem ser feitos via PagSeguro[40]. Naquele período as cestas comercializadas aos GCRs por meio da cooperativa TL representavam uma renda mensal de R$ 5.000,00 para o grupo de 10 famílias que participavam do processo, o que, reconhece-se, é pouco para constituir uma renda familiar.

A partir de 2020 o TL começou a realizar entregas porta-a-porta e, com isso, conseguiu aumentar consideravelmente sua escala de distribuição, de modo que os alimentos agroecológicos comercializados representaram um faturamento de R$120.000,00 integralmente destinados aos agricultores naquele ano. Atualmente, a cooperativa distribui aproximadamente 100 cestas por semana, entregando todas as terças e quintas, além de fazer entregas um sábado por mês. Além disso, o grupo consegue hoje remunerar fixamente um coordenador da logística que recebe R$1.200,00 por mês e remunerar os demais participantes com um auxílio de R$8,00 por hora trabalhada. A cooperativa ainda foi capaz de fornecer insumos agrícolas, ferramentas, potes de vidro, saquinhos e potinhos plásticos para armazenamento de alimentos e rótulos para a comercialização de alimentos beneficiados. Atuar juntamente aos agricultores, contribuindo para melhorar sua organização interna e sua produção, realizando reuniões e mutirões, é outro eixo de atuação da cooperativa de distribuição e que a diferencia fortemente de atravessadores tradicionais que em nada se preocupam com as condições dos produtores.

Observa-se que desde o início, para que a TL pudesse ser estruturada, o processo dependeu fortemente do trabalho não remunerado de seus membros, o que pode ser justificado pela pouca escala inicial e pela ausência de investimentos financeiros, e que foi parcialmente con-

40 Nosso site pode ser acessado no endereço https://www.terraeliberdade.com/.

tornado durante o apoio do Fundo Casa. Por isso, ressalta-se a importância da filantropia socioambiental para a construção e estruturação de iniciativas que propõem um modelo de produção e comercialização alternativos ao mercado estritamente capitalista e dominado por grandes *players* do mercado do varejo e atacado.

Referências

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA (org.) **Prática de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar.** São Paulo: Instituto Kairós, 2013.

LEITE, Marina; MIRANDA, Raul; TRAVASSOS, Luciana. Encurtando Circuitos Agroalimentares: Um estudo sobre o MST na região metropolitana de São Paulo. 3º Seminário Internacional América Latina (SIALAT), Belém, PA, 2020. **Anais** [...].

WILKINSON, John (org.). **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.

Aprender a Ampliar as Escutas de Corpos Não Auscultados

Jezz Rodrigues (Jéssica Camila Ramos Rodrigues)[41]

Jô Pereira (Josivete Pereira da Silva) [42]

Em qualquer tempo de nossas vidas como mulheres, os "nãos" presenciam-se em percentuais altos e por motivos diversos. Difícil enfrentá-los? Sim. Mas também é difícil viver com eles, e muito cedo os alertas identificados são escudos e trampolins no avanço pelos caminhos plurais da vida.

Na escrita sobre o Corpo Negro Feminino Periférico e as diferentes faixas etárias, a mobilidade aparece atravessando as ações *destes corpos* no espaço público e as negativas imposições (seja na maneira de andar-olhar-estar), o assédio (seja à pedestre ou passageira nos modais de transporte público), a inacessibilidade à bicicleta - respaldadas

41 Sou Jezz porque gosto de jazz. Amante de música, café, flores, poesia e bike. Preta periférica, professora-pesquisadora, escritora em Cultura Corporal de Movimento e atuante na escola pública do Estado de São Paulo. Formada em Educação Física pela Universidade Camilo Castelo Branco (UNICASTELO) e em Música pelo Centro Universitário Sant'Anna (UNISANT'ANNA), pós-graduada em Pedagogia do Esporte Escolar pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

42 Sou mulher, descendência afro-indígena-nordestina, mãe da Maju, amo trabalhar. Feita em natureza, memórias, maternagem, afetos, plantas, viagens, dança, música, canto, desenho, bordado, amizade, livros, bicicleta. Graduada em Educação Física, pós-graduada em Arte Integrativa, artista cênica (Núcleo Pé de Zamba, Ouvindo Passos Companhia de Dança), arte-educadora, educadora física, consultora em projetos de mobilidade ativa, produtora Cultural, Diretora Fundadora do Pedal na Quebrada, idealizadora das cartografias afetivas: Mapa Pedal Afetivo e Mapa Afetivo da Mobilidade Ativa. Diretora Geral da Ciclocidade (Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo) nos períodos 2018-2020 e 2020-2022.

nos lugares e não-lugares ditados pela opressão de gênero, raça e classe, fazendo da mobilidade uma realidade de imobilidade.

As mulheres negras e periféricas são, de acordo com a pesquisadora Haydee Svab ("MULHERES...", 2019), as que mais andam a pé, e é exatamente nesses espaços públicos que ocorre uma naturalização da violência contra a mulher, que são inúmeras vezes transformadas em culpadas, ao invés de vítimas. Somente em 2018 foi sancionada a lei que torna crime tipificado no Código Penal brasileiro as violências de importunação sexual ocorridas nas ruas, metrô e ônibus[43], lembrete de que o espaço público ainda não pertence às mulheres, desconsiderando perspectivas e necessidades.

Angela Davis (2018) diz que "*quando as mulheres negras se movem, toda a estrutura política e social se movimenta na sociedade*". Justamente, aliás, injustamente, porque estamos na base da pirâmide social.

E é sobre este *movimento* que se legitima as ações desenvolvidas no projeto que foi contemplado pelo Fundo Casa em 2018, pautando mulheres e a bicicleta, com o propósito de **ensiná-las a pedalar e Direito à Cidade.** E que para além de atender uma demanda básica no que se refere à bicicleta – como desenvolver uma habilidade motora, nosso encontro é também um movimento de emancipação e conexão entre nós mulheres negras, partilhando potências e afetos, ampliando nossos lugares de Ser e Estar. Lançando olhar à uma demanda sociocultural e de corpo-político para as mulheres pretas, pobres e periféricas na mobilidade urbana, reparando a segregação territorial, social e racial das mulheres negras.

Apoiar potências e capacidades de mulheres negras, pobres e periféricas através da mobilidade, trazendo à tona realidades singulares entre essas pessoas – crianças, jovens, adultas, idosas, trans, travestis –, é abrir escuta para quem nunca tem voz/corpo/vida escutados. As oficinas de pedal e mecânica básica de bicicleta foram precedidas por

43 A partir dessa data, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) passa incluir a tipificação de: "Importunação sexual Art. 215-A. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave".

discussões sobre a rua ser também um lugar para corpos femininos periféricos negros serem respeitados. Combater a violência doméstica com fortalecimento sobre Ser Mulher e ter uma comunidade atuando pelo coletivo de cuidados – como em casas de apoio a mulheres vítimas de violência nas regiões de Campo Limpo (ZS/SP) e Cidade Tiradentes (ZL/SP). Realizar sonhos de infância na fase madura da vida, fortalecendo a autoestima e alicerçando avanços no que hoje nomeia-se Empoderamento Feminino, e a real é o Ser Mulher em suas Potências e Capacidades.

A repetição dessas realidades está presente em outros Estados e Cidades brasileiras, como denunciou Jamile Santana (Rede de Mobilização Coletiva Afro Ciclo) em sua pesquisa que apresenta e discute a segregação espacial na construção dos territórios brasileiros, especificamente em Salvador/BA, e de como isso reflete na presença (e/ou ausência) da mulher negra na mobilidade e acesso à cidade sobre a bicicleta.

O tempo é um "rei" de curas, sendo necessárias "rainhas" – como as escutas e soluções para sanar os danos infindáveis provocados por "nãos" desmedidos. E toda essa prosa poética aponta um cenário em que meninas e mulheres continuam tendo direitos humanos e sociais infringidos, pelo fato de Ser Menina/Mulher, e quando negras, pobres e periféricas, a exclusão e violências são presentes no cotidiano da (sobre)vivência.

Durante as ações, as conversas foram se afunilando para o encontro com a bike, fazendo do questionamento de muitas delas a proposição para nos encontrarmos: "eu posso aprender a andar de bicicleta mesmo com essa idade, com esse corpo parado?". Se tem algo que nos impulsiona aos desafios são perguntas como essas, e para a resposta há somente um caminho: vamos pedalar!

A cada encontro, somavam-se mais algumas escutas de histórias sobre a ausência da bike nas vidas dessas relatoras, e seguimos auscultando relatos, proporcionando resultados de aprendizado, buscas, desafios, sonhos, direitos, liberdade, brincadeiras. Neste encontro, os relatos não tinham dores profundas, foram até bem sutis as histó-

rias, entretanto a vontade de sair pedalando era enorme. Há que continuar, pois se há uma característica persistente no aprender a pedalar, esta é: repetir o passo-a-passo da remada ao equilíbrio dinâmico, visualizando os caminhos à frente, as pedaladas inumeráveis que nasceram deste encontro Ativo e Atento de Corpos Femininos e Bicicletas.

Enquanto agimos coletivamente, refletimos intersecções entre raça, gênero e classe nas narrativas das mulheres negras e periféricas, sendo recorrente em suas histórias uma marca de opressão de machismo, racismo e classismo. Ou seja, elas não pedalaram ou não pedalam porque lhes disseram quando crianças que não podiam por serem meninas e que bicicleta era coisa de menino. Não pedalaram por serem pobres e não terem condições de adquirir uma bicicleta. Ou não pedalam porque acham perigoso e não se sentem seguras, declarando medo do trânsito, da violência e do assédio nas ruas.

As narrativas dessas mulheres nos foram e nos são importantes no sentido de que nossas ações reivindicam nossa identidade social historicamente silenciada, indo ao encontro de uma declaração da escritora Conceição Evaristo em entrevista sobre feminismos negros para a revista Carta Capital (2017): "nossa fala estilhaça a máscara do silêncio". Então, nossas vozes femininas negras ecoam denunciando intersecções de opressões e anunciando um corpo atento, ativo e altivo, transformando nossas histórias, modificando as estruturas e colorindo os cenários das cidades.

De nossas infâncias até nossas "vidas adultas", a bicicleta desperta afetos e experiências infinitas: liberdade, sonhos, aventura, amizade, brincadeira, brinquedo, descobertas de lugares, desafios, bem-estar, saúde, vida ativa, transporte limpo e barato, histórias de amor, empoderamento, atuação política (cicloativismo), empreendimento, ah, e por aí vai ou vão as possibilidades, espalhando e promovendo este "relacionamento" da bike, com a bike ou pela bike entre crianças e mulheres nas periferias de São Paulo.

A possibilidade de iniciar uma nova relação de mobilidade através da bicicleta abriu olhares da mobilidade, antes inimagináveis para a

maioria das participantes do projeto. Experimentar a magia do pedalar, em sensações mistas de medo do novo e alegria de novos aprendizados, mudou para algumas o cotidiano: a bicicleta entrou para o dia a dia como atividade física para umas, para outras como transporte, outras como terapia e outras como possibilidade de trabalho. Conseguimos bicicletas usadas para serem doadas em alguns locais que receberam as ações do projeto, incentivo para continuar o pedal iniciado.

O apoio financeiro através do Fundo Casa Socioambiental tem um marco de importância amplo, possibilitando colocar em prática sonhos e realizar no coletivo uma ideia agregadora de ação e fortalecimento, impulsionando os ideais, as ideias, a autoestima e toda a perspectiva projetada em todo o projeto. Seguimos por caminhos contínuos de ampliar participações de Mulheres Negras e Periféricas, na discussão e edificação de direitos sociais/humanos e à cidade, na participação de lugares de decisão e construção, mas principalmente na humanização de invisibilizadas num sistema social estruturado em racismo, classismo, capacitismo e machismo.

Resistir é verbo prevalente na vida de Mulheres Negras, e a Re(existência) é ação contínua de sobrevivência pelo gênero, raça e, quando periféricas, o Território Periférico e Pobre.

Performamos na tríade Mulher Negra-Cultura-Corpo Político, seguimos com as conversas e vivências no pedalar, na mecânica da bicicleta, nas inclusões, na cidadania, nos direitos humanos e sociais, na incidência política, na ampla e diversificada discussão que a bicicleta traz para as ações-encontros proporcionados pela bicicleta.

Referências

CONCEIÇÃO, J. S. **Mulher negra e direito à cidade**: a bicicleta como ferramenta de autonomia e cura. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018 (não publicado)

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: "nossa fala estilhaça a máscara do silêncio". Entrevista. Carta Capital, 13 maio 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/. Acesso em: 23 abr. 2021.

MULHERES são as que mais caminham, e as que menos decidem nas cidades. Carta Capital, Blog Sampapé, 28 mar. 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/mulheres-sao-as-que-mais-caminham-e-as-que-menos-decidem-nas-cidades/. Acesso em: 23 jul. 2020.

SILVA, Josivete Pereira da. Mobilidade: território, gênero e raça- corpo político no combate ao racismo. *In*: ALBERGARIA, Rafaela; SANTARÉM, Paíque Duques; SANTINI, Daniel (org.). **Mobilidade Antirracista.** São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

Experiências de promoção da mobilidade a pé no Brasil

Silvia Stuchi[44]
Sonia Paulino[45]

Introdução

Este trabalho analisa o papel e a ação de organizações e coletivos que atuam pela mobilidade a pé. A inovação social tem sido considerada como um denominador para os diferentes tipos de ações coletivas e transformações sociais que nos levariam de uma economia e sociedade "top-down" (quando ações partem do Estado para a sociedade civil, ficam conhecidas como modelos *top-down*, ou seja, de cima para baixo) para uma sociedade mais participativa e "bottom-up" (quando ações partem da sociedade civil para o Estado, o modelo é denominado de *bottom-up*, de baixo para cima) (MOULAERT; MACCALLUM, 2019). Sua ocorrência requer protagonismo de organizações do terceiro setor, grupos ou movimentos sociais que asseguram que a sociedade seja a beneficiária a se apropriar dos resultados da inovação (MARTINELLI, 2012). Outra característica fundamental da inovação social é sua na-

44 Gestora ambiental graduada pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na mesma instituição, diretora-fundadora do Instituto Corrida Amiga e coordenadora do projeto Como Anda.

45 Professora associada no Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da EACH/USP.

tureza local ou popular, a participação essencial dos usuários em seu surgimento e implementação e sua relação com a sustentabilidade (DJELLAL; GALLOUJ, 2012; KON, 2018; CRUZ; PAULINO, 2020a; 2020b; DESMARCHELIER; DJELLAL; GALLOUJ, 2020).

No Brasil, 41% da população se desloca exclusivamente a pé e, somando-se os deslocamentos diários em transporte público coletivo, que sempre possuem um trecho também a pé no início e/ou final do deslocamento, chega-se a um total de –do total de viagens dos brasileiros (ANTP, 2017). Apesar da importância da mobilidade a pé no Brasil e em outros países em desenvolvimento, a infraestrutura, os serviços e as políticas relacionadas ao transporte ativo são negligenciados. Essa inversão de prioridades entre a mobilidade motorizada e a mobilidade ativa gera enormes adversidades em termos de: mortes decorrentes de colisões no trânsito; mortes por doenças ou complicações respiratórias, causadas ou agravadas pela poluição atmosférica, sendo mais de 30 mil e 45 mil no Brasil, por ano, respectivamente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018); emissão de gases poluentes; poluição sonora; o excessivo e mal planejado uso do transporte motorizado privado, que também ocupa demasiadamente o espaço urbano, seja pelas vias que percorre, seja pelas vagas de estacionamento, acarretando a degradação da qualidade da vitalidade urbana (BARCZAK; DUARTE, 2012) –80% do espaço viário são ocupados por carros individuais na capital paulista (IEMA, 2017).

Questões de desigualdades territoriais também devem, imprescindivelmente, ser discutidas. Em São Paulo, por exemplo, os mais ricos têm 9,5 vezes mais chances de encontrar oportunidades de trabalho que podem ser acessadas a pé em até 30 minutos, sendo o município que tem a maior desigualdade de acesso a pé ao trabalho entre as 20 cidades mais populosas do país (PEREIRA *et al.*, 2020). E apenas 25% da população moram num raio de até 1 km de distância do transporte público coletivo (ITDP; WRI, 2016).

Impulsionados por esse contexto, ao longo dos últimos anos surgem cada vez mais grupos organizados que atuam pela mobilidade a pé. A maioria deles foi criada a partir de 2013, refletindo a importância

que o tema tem adquirido, o que pode ser explicado por conta de marcos regulatórios como a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) (Lei nº 12.187/12) e, ainda, por conta de outras mobilizações correlatas, como as Jornadas de Junho de 2013, que abordaram discussões sobre o ir e vir e o direito às cidades (COMO ANDA, 2016; 2020a; 2020b).

Metodologia

Para a análise do papel e da ação de organizações e coletivos que atuam pela mobilidade a pé, utilizou-se o banco de dados do projeto Como Anda[46], que reúne informações sobre mais de duzentas organizações brasileiras que atuam no tema, contemplando, na maioria dos casos, coletivos, organizações sociais e grupos de pesquisa. São exploradas experiências de promoção da mobilidade a pé, a partir do mapeamento realizado pelo projeto, em 2020.

Resultados e discussão

Foram identificadas 33 experiências de promoção da mobilidade a pé (COMO ANDA, 2020), que influenciaram ações, projetos ou políticas públicas. Levando-se em conta as definições de '"advocacy", "incidência política" e "ativismo" (SHARMA, 1997; BOYD; MITCHELL, 2013; OMS, 2013; ESCOLA DE ATIVISMO, 2016, as experiências de "defesa da mobilidade a pé" pesquisadas abordam dois aspectos: as práticas que influenciam atitudes sociais (e que estão voltadas para a sociedade civil) e as ações direcionadas a mudanças em políticas públicas (direcionadas a tomadores de decisão). A seguir, apresentam-se os resultados e discus-

46 A iniciativa nasceu em 2016, através da parceria da Cidade Ativa e Corrida Amiga, com apoio do Instituto Clima e Sociedade - iCS. De início, era uma pesquisa com o objetivo de entender o estado da arte do movimento pela mobilidade a pé no Brasil através de um mapeamento de atores que atuam com o tema, leitura do marco regulatório incidente e identificação dos marcos da mobilidade a pé. A partir do segundo semestre de 2020, as organizações CalçadaSP e Caraminhola passam a colaborar também. A partir dos dados coletados, o Como Anda evoluiu de uma pesquisa para a formação de uma rede que hoje tem 3 grandes objetivos: fortalecer a pauta da mobilidade a pé, fortalecer as organizações que atuam com o tema e articular a rede pela mobilidade a pé no Brasil.

são a partir de: A) Marco regulatório; B) Surgimento das experiências; C) Localização das experiências mapeadas; D) Táticas e ferramentas utilizadas; E) Principais temas abordados nas experiências mapeadas.

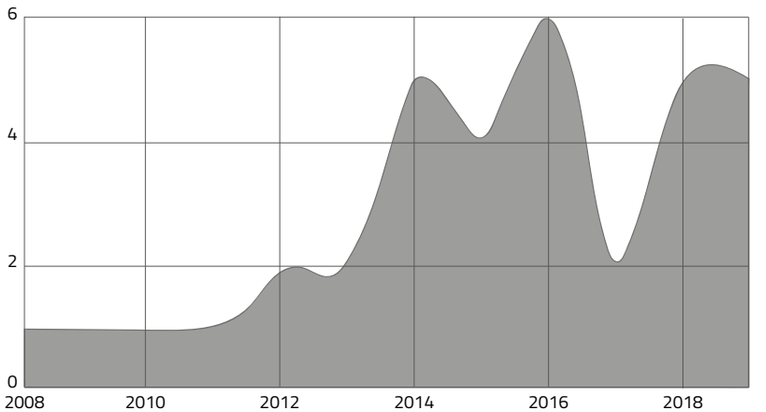
Marco regulatório

No âmbito federal, a PNMU (Lei nº 12.187/12) coloca que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes devem elaborar um plano específico de mobilidade urbana e priorizar os meios de transporte não motorizados e o transporte público coletivo. Isso acarreta diversas consequências benéficas para a cidade, porque implica a democratização do uso do espaço público das vias, reduz gradativamente o uso do automóvel, provoca a diminuição de emissão de poluentes e causa uma melhoria na qualidade de vida por minimizar os problemas respiratórios ocasionados pela poluição e o sedentarismo ocasionado pela falta de exercícios físicos. Ainda na esfera federal, há os marcos da atualização da NBR 9050, de acessibilidade, e a Lei Brasileira de inclusão, ambas de 2015. No âmbito municipal, contando com ativa participação da sociedade civil, além dos planos de mobilidade, há cidades que estabeleceram planos de segurança viária, estatutos do pedestre, leis e decretos de padronização de calçadas, regulamentação de parklets, valorização do modo a pé em planos diretores e de metas. Entretanto, há uma profunda lacuna entre as leis e instrumentos e as práticas: na teoria, a prioridade à mobilidade a pé está quase sempre presente, ainda assim, são ínfimos os resultados práticos de qualificação do ambiente, infraestrutura e serviços para o deslocamento a pé, e conectividade com o transporte público coletivo (CRUZ; PAULINO, 2020a; 2020b).

Surgimento das experiências mapeadas

As ações identificadas têm o surgimento a partir de 2008, sendo que a maioria das experiências (80%) surgiu nos últimos sete anos (gráfico 1).

Gráfico 1: Surgimento das experiências mapeadas



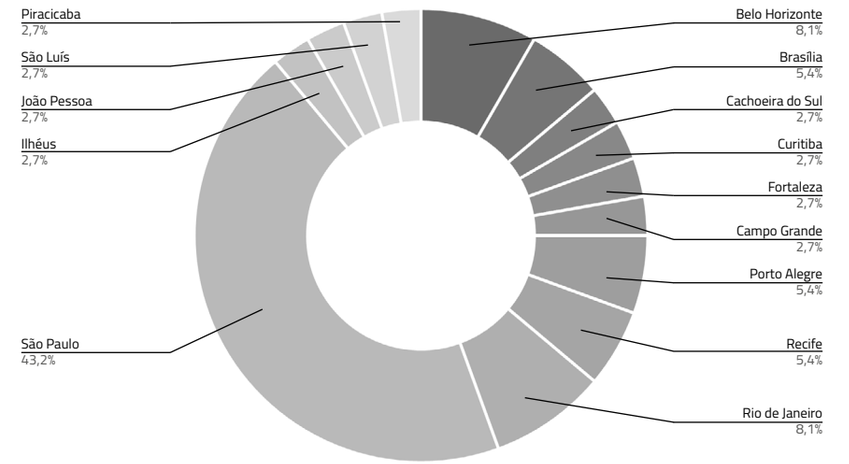
Fonte: elaboração própria a partir de dados da plataforma Como Anda.

O período de surgimento das experiências coincide com o período de criação de organizações e coletivos que atuam na temática (COMO ANDA, 2016; 2020a), que encontram-se em diferentes condições de conhecimento sobre o tema, formalização e recursos disponíveis (humanos e financeiros).

Localização das experiências mapeadas

As iniciativas mapeadas estão distribuídas da seguinte maneira pelo país: 54% estão na Região Sudeste, 16,2% na Região Nordeste, 16,2% na Região Centro-Oeste e 10,8% na Região Sul. Na Região Norte, não foram identificadas experiências. Em resumo, as experiências mapeadas estão distribuídas da seguinte maneira pelo país (gráfico 2):

Gráfico 2: Localização das experiências mapeadas



Fonte: elaboração própria a partir de dados da plataforma Como Anda.

Das 33 experiências mapeadas, 43,2% foram ou estão sendo realizadas na cidade de São Paulo, e 64% delas encontram-se em cidades de grande porte. Observa-se ainda que cerca de 20% das experiências são realizadas em mais de uma cidade, de diferentes portes, apontando a capacidade de replicabilidade das iniciativas para diferentes contextos.

Táticas e ferramentas utilizadas

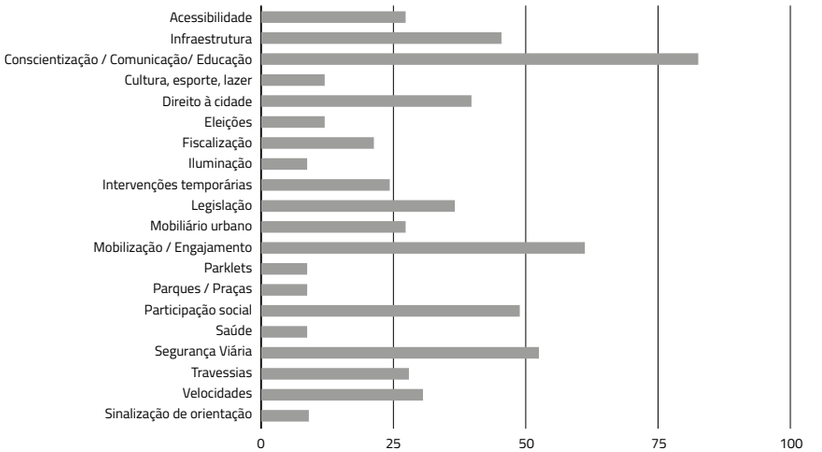
Foram identificadas 11 táticas e 55 ferramentas adotadas pelas experiências[47] na busca por definir objetivos e planos de ação; identificar atores e possíveis contribuições ou oposições de cada um deles; elaborar estratégias de comunicação; incentivar engajamento e articulação.

47 Para mais informações, ver Como Anda (2020a).

Principais temas abordados nas experiências mapeadas

Sobre os principais temas abordados nas experiências mapeadas, dada a transversalidade da mobilidade a pé e a correlação com outras pautas, foram identificados mais de 20:

Gráfico 3: Principais temas abordados pelas experiências mapeadas



Fonte: elaboração própria a partir de dados da plataforma Como Anda.

Várias experiências abordam mais de um tema (Gráfico 3), sendo os mais presentes: conscientização, comunicação e educação (em 82% das experiências); mobilização e engajamento (61%); segurança viária (52%); participação social (48%); e infraestrutura (45%).

Considerações finais

As diversas formas de promoção da mobilidade a pé apresentadas pelas experiências mapeadas reforçam a transversalidade e correlação do andar a pé com tantos outros temas, abordados em diferentes esferas, contextos e escalas, reforçando a importância do transporte a pé para além da mobilidade urbana em si, abarcando planejamento

urbano, meio ambiente, saúde, clima e educação. No entanto, percebe-se que essa transversalidade também pode trazer um dilema para a criação de uma agenda específica e uníssona para a mobilidade a pé – decorrente ainda da própria abrangência dos conceitos de "deslocamento/ transporte a pé", "pedestre" e a complexidade da rede de mobilidade a pé e da "caminhabilidade" (do inglês, *walkability*) utilizada para definir a qualidade dos espaços de circulação a pé (MALATESTA, 2018).

Assim, das experiências estudadas, algumas abordam diretamente a mobilidade a pé e outras o abordam de forma indireta e/ou mais ampla, trazendo para a discussão temas correlatos: áreas de lazer, o transporte público coletivo e uma melhor redistribuição do espaço viário, uma vez que dois terços da população utilizam modos de transporte ativo e coletivo; e um terço utiliza transporte individual motorizado, ocupando cerca de 80% do espaço viário.

A complexidade de temas trabalhados envolve também ampla gama de atores (públicos e privados), departamentos e secretarias, na gestão, provisão e fiscalização de marcos regulatórios, protelando, muitas vezes, a resposta do setor público, o que acaba por dificultar que as transformações realmente aconteçam e que gerem resultados palpáveis e de longo prazo. Essa dificuldade impacta ainda o estabelecimento de uma agenda de incidência política e ativista visando ao amadurecimento do movimento.

Por fim, salientam-se os limites da pesquisa, por questões geográficas, físicas e digitais, entre outras, e que as experiências de defesa da mobilidade a pé, no Brasil, podem ser mais abrangentes e diversas do que foi possível retratar no mapeamento.

Referências bibliográficas

ANTP. Associação Nacional de Transportes Público – ANTP. **Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da Associação Nacional de Transportes Público – Simob/ANTP**: Relatório Geral 2017. São Paulo: ANTP/SIMOB, 2020.

BARCZAK, Rafael; DUARTE, Fábio. Impactos ambientais da mobilidade urbana: cinco categorias de medidas mitigadoras. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana** (online), v. 4, n. 1, p. 13-32, 2012.

BOYD, Andrew; MITCHELL, Dave. **Beautiful trouble**: a toolbox for revolution. New York; London: OR Books, 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Política Nacional de Mobilidade Urbana. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm**. Acesso em: 4 abr. 2021.

COMO ANDA. **Mobilidade a pé**: estado da arte do movimento no Brasil. São Paulo: Como Anda, 2016.

COMO ANDA. **Andar a pé eu vou**: caminhos para a defesa da causa no Brasil, 2020a. Disponível em: http://comoanda.org.br/wp-content/uploads/2020/08/comoanda-publicacao_andar-a-pe-eu-vou.pdf Acesso em: 4 abr. 2021.

COMO ANDA. Defesa da Mobilidade a Pé no Brasil - Levantamento e análise exploratória de experiências de ativismo e incidência política. **Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo**, n. 12, 2020. Disponível em: https://revistes.upc.edu/index.php/SIIU/article/view/9862. Acesso em: 3 abr. 2021.

CRUZ, Silvia; PAULINO, Sonia. Urban Commons in Active Mobility Experiences. **International Journal of the Commons**, v. 14, n. 1, p. 539–552, 2020a. DOI: 10.5334/ijc.1018.

CRUZ, Silvia; PAULINO, Sonia. The relationship between social innovation and active mobility public services. **Journal of Law and Mobility**, v. 60, p. 60-78, 2020b. Disponível em: https://repository.law.umich.edu/jlm/vol2020/iss1/4. Acesso em: 3 abr. 2021.

DESMARCHELIER, Benoît; DJELLAL, Faridah; GALLOUJ, Faïz. Towards a servitization of innovation networks: a mapping. **Public Management Review**, v. 22, n. 9, p. 1368-1397, 2020.

DJELLAL, Faridah; GALLOUJ, Faïz. Social innovation and service innovation. *In*: FRANZ, Hans-Werner; HOCHGERNER, Josef; HOWALDT, Jürgen (ed.). **Challenge social innovation**: potentials for business, social entrepreneurship, welfare and civil society. Berlin: Springer, 2012. p. 119-137.

ESCOLA DE ATIVISMO. **Caderno de Planejamento e Estratégia**. 1ª edição. *S. l.*: Escola de Ativismo, 2016.

IEMA. Instituto de Energia e Meio Ambiente. Inventário de Emissões do Transporte Rodoviário de Passageiros em São Paulo. São Paulo: IEMA, 2017. Disponível em: http://emissoes.energiaeambiente.org.br/. Acesso em: 4 abr. 2021.

ITDP; WRI. **Infográfico PNT People Near Transit da cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: ITDP, 2016.

KON, Anita. A inovação nos serviços como instrumento para a Inovação Social: uma visão integrativa. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, p. 584-605, 2018.

MALATESTA, Meli. **A Rede de mobilidade a pé**. São Paulo: Annablume, 2018.

MARTINELLI, Flavia. Social Innovation or Social Exclusion? Innovating Social Services in the Context of a Retrenching Welfare State. *In*: FRANZ, Hans-Werner; HOCHGERNER, Josef; HOWALDT, Jürgen (ed.). **Challenge social innovation**: potentials for business, social entrepreneurship, welfare and civil society. Berlin: Springer, 2012. p. 169-180.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Datasus**: Informações de Saúde, Mortalidade, 2018. Disponível em: http://www2.datasus.gov.br. Acesso em: 4 maio 2020.

MOULAERT, Frank; MACCALLUM, Diana. **Advanced introduction to social innovation**. Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA: Edward Elgar, 2019.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Strengthening road safety legislation**: a practice and resource manual for countries. Switzerland: WHO, 2013.

PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; BRAGA, Carlos Kauê Vieira; SERRA, Bernardo; NADALIN, Vanessa Capriotti. **Desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras 2020**. Texto para Discussão 2535. Brasília: IPEA, 2020.

SHARMA, Ritu R. **An introduction to advocacy: a training guide**. Washington, DC: AED, 1997.

Pedalando Para o Futuro

A história de transformação do projeto
Pedalando Para o Futuro, de Carlos Greenbike,
com entrevista e texto por Attilio Zolin

Attilio Zolin[48]
Carlos Leandro de Oliveira[49]

A história de Carlos Leandro de Oliveira, hoje mais conhecido como Carlos Greenbike, se confunde com a história de Queimados, município da periferia do Rio de Janeiro. Quando Carlos nasceu em 1981, Queimados ainda nem existia – ou melhor, a vila de Queimados já existia há mais de 150 anos, porém só em 1990 o município foi emancipado e deixou de fazer parte do território de Nova Iguaçu. Localizado a cerca de 50 quilômetros do centro do Rio de Janeiro, Queimados depende principalmente da linha de trem para se conectar à capital. Trata-se da Estrada de Ferro Dom Pedro II, inaugurada em 1858, para trazer "progresso" à região. A ferrovia deveria ir até mais longe, mas por algum motivo as obras foram paralisadas e o ponto final foi justamente a Estação de Queimados. O tempo de viagem entre Queimados e o centro do Rio pode chegar a duas horas, ou seja, são quatro horas diárias percorridas por grande parte da população do município. Para Carlos não foi diferente: durante muitos anos ele percorreu essas quatro horas

48 Comunicador social e fotógrafo, desde 2015 faz parte da equipe do Fundo Casa Socioambiental.

49 Gestor Ambiental, ativista e fundador da Associação Pedala Queimados.

diárias de trem, naquela estrada de ferro que deu origem à sua cidade natal. Mas foi essa mesma estrada de ferro que mudou sua vida anos depois. Ou melhor: foi para se libertar do trem que Carlos começou a pedalar e descobriu que as duas rodas poderiam levá-lo para qualquer lugar do mundo, e de fato elas o levaram, pois com o Coletivo Pedala Queimados e o projeto Pedalando Para o Futuro Carlos foi convidado para atravessar o Atlântico e poder contar a sua história no Velho Mundo, mostrando que há outras formas de conectar Queimados com o resto do planeta.

Mas a história que levou Carlos a alcançar voos mais altos além das fronteiras do Brasil começa um pouco antes, de forma inesperada. Aos 20 anos de idade ele ainda estava na sétima série do ensino fundamental. Sua infância não foi fácil e foi preciso trabalhar desde cedo, seja como vendedor ambulante nos trens ou como camelô nas praias. Mas ele voltou à escola e deu a volta por cima: conseguiu se formar no ensino médio e coincidentemente também arrumou um emprego no colégio em que estudara. O trabalho era legal, especialmente porque era perto de sua casa, diferente de vagas anteriores que até pagavam mais, porém exigiam duras jornadas até o local de trabalho. Em uma de suas funções exercidas no colégio, ele era responsável pela limpeza da cantina. Carlos então percebeu que algo não estava certo: o lixo orgânico da cantina era misturado ao lixo seco. Depois que o lixo era levado para a rua, algumas pessoas reviravam aqueles resíduos em busca de restos de alimentos que depois se transformariam em comida para os porcos, separando plásticos do resto de comida, uma situação extremamente degradante. "Peraí, estamos dentro de uma escola, um espaço educativo, isso não pode ser assim", pensou Carlos. Determinado a resolver aquela situação, ele começou a pesquisar o que poderia ser feito e foi até a Secretaria Municipal de Meio Ambiente com o objetivo de conseguir recursos e lixeiras para a coleta seletiva, aquelas lixeiras coloridas. Lá ele conheceu Márcia Marques, que lhe informou que para começar bastava separar o lixo seco do lixo orgânico em tambores diferentes, uma atitude simples que já faria uma grande diferença. Percebendo o

interesse de Carlos pelo assunto, Márcia o convidou para participar de um evento do INEA - Instituto Estadual do Ambiente, onde seria discutida justamente a questão da separação do lixo nas escolas e a implementação do Programa Estadual de Coleta Seletiva Solidária. Neste evento, a equipe do INEA ficou surpresa com a iniciativa de Carlos, que já estava colocando em prática por conta própria aquilo que seria uma política pública a partir de então. Foi neste dia que a gerente de Educação Ambiental do INEA, Polita Gonçalves, sugeriu que Carlos fizesse o curso de Gestão Ambiental, ao que ele respondeu: "não conheço esse curso, mas se eu tiver condições eu vou fazer". A partir dali, Carlos começou a estudar para o ENEM. Um ano depois, conseguiu uma nota boa o suficiente para pode ingressar em uma faculdade. "Isso foi o início de uma mudança em minha vida, isso fez toda a diferença", diz ele.

A iniciativa de cursar o ensino superior foi muito importante em sua vida, mas o caminho não foi tão fácil assim. Mesmo com uma bolsa de 50% de desconto, foram necessários cinco anos para cumprir o curso cuja duração prevista é de dois anos. "A gente que não tem recursos, como a gente estuda, paga aluguel e se alimenta?", Carlos se pergunta na entrevista. Foi uma pequena epopeia. Durante o curso, por um período, Carlos arrumou um emprego em uma fabricante de cosméticos, que ficava muito longe de sua casa. A empresa oferecia o transporte, porém o carro o buscava às 2h da manhã (!), pegava Carlos primeiro e depois outros funcionários, para então chegar no trabalho às 5h da manhã. Após o trabalho, Carlos ia para a faculdade, para estudar até as 22h. Depois desse longo dia, ainda precisava pegar o trem de volta para Queimados, chegando em casa perto da meia noite. Claro que não deu muito certo, mas era preciso trabalhar para pagar as contas, então ele decidiu alternar os semestres, em um ele trabalhava, no outro ele estudava. As coisas começaram a melhorar quando Carlos conseguiu uma oportunidade de estágio no INEA, que agarrou com todas as forças. Tudo ia bem, até que o seu salário ficou atrasado por 3 meses... Como ir trabalhar sem dinheiro para pagar o trem? Na época as duas rodas já faziam parte de sua vida e ele resolveu encarar a pedalada de

50 quilômetros até o Rio. "Comecei a perceber que eu não precisava ficar refém de transporte público caso eu não tivesse dinheiro pra me locomover, a bike podia me levar para qualquer lugar". E levou mesmo, muito além do que ele podia imaginar naquele momento.

"Eu descobri que todos podiam pedalar e que isso poderia mudar a vida das pessoas." ***(Carlos Greenbike)***

A paixão pela bike então só foi aumentando, e não só pela bicicleta em si, mas por todo o potencial de transformação que esse transporte libertador teve em sua vida e como ele poderia também impactar positivamente a vida de outras pessoas. As pedaladas começaram a ir cada vez mais longe. Com sua esposa Ana Cristina, Carlos pedalou até São Paulo, onde seu irmão morava, uma pedalada e tanto, quase sem recursos, vendendo balas para poder comer e contando com a boa vontade de desconhecidos pelo caminho. A próxima grande pedalada foi em Minas Gerais: Carlos colocou a bicicleta em um ônibus e foi até Mariana para percorrer a região da Bacia do Rio Doce, um ano após o trágico rompimento da barragem. Unindo a sua paixão pela bicicleta com a sua formação em Gestão Ambiental, Carlos queria entender aquele evento e ouvir o ponto de vista dos atingidos. Todas essas pedaladas e os amigos ciclistas que encontrou em seu caminho o fizeram pensar: "Se eu consigo pedalar o Brasil, as pessoas daqui podem pedalar em Queimados". Esse era o embrião da Associação Pedala Queimados, um sonho que se tornou o principal projeto de sua vida desde então. Mas faltava uma faísca para que tudo isso virasse realidade. Foi então que Carlos recebeu um convite da Casa Fluminense para participar de uma reunião sobre um edital que seria aberto, a convocatória de projetos do Programa Casa Cidades, uma iniciativa do Fundo Casa Socioambiental em parceria com o Fundo Socioambiental Caixa e a Fundação Oak. Essa era uma oportunidade importante que não poderia ser perdida, e Carlos convidou seu amigo e jornalista Ismael Lopes de Oliveira para ajudá-lo na empreitada. Foram quatro noites escrevendo o projeto, até de madrugada. Mais tarde, Ricardo Martins também se uniu ao coletivo.

Na época, o Pedala Queimados ainda não possuía CNPJ e a Associação dos Amigos do Paraíso aceitou ser parceira fiscal do projeto. O edital do Programa Casa Cidades foi o primeiro apoio recebido pelo Pedala Queimados e desde então essa pedalada não parou mais: a organização conseguiu se formalizar e já conquistou uma série de outros apoiadores e prêmios.

O objetivo do projeto era ousado: instalar uma estação de bicicletas coletivas dentro de um condomínio considerado um dos mais violentos do Rio de Janeiro, o condomínio Valdariosa, que ficou famoso nos telejornais por se tratar de um projeto oriundo do Minha Casa Minha Vida que se tornou disputado entre o tráfico e a milícia local. Para Carlos, "eu poderia ter escrito esse projeto pra a minha rua, para o meu bairro, que é próximo, mas é uma outra realidade". A bicicleta era o pretexto para adentrar no território "proibido", mas o objetivo real de Carlos era oferecer uma oportunidade e uma saída para os jovens envolvidos com a criminalidade por meio de oficinas de manutenção de bicicletas, entre outras atividades de formação e informação. A violência em Queimados não é novidade e isso não podia ser ignorado, um projeto de mobilidade sem um fundo social simplesmente não faria sentido. "Eu comecei a ver as pessoas morrendo, os meus amigos, os meus vizinhos, e comecei a questionar isso, por que essa violência?", Carlos comentou em entrevista. Explicar a violência na periferia é algo complexo, mas até onde os olhos de Carlos podiam enxergar, ele via os jovens sem a presença dos pais ou de políticas sociais que pudessem proporcionar atividades no tempo livre. A distância entre Queimados e o Rio de Janeiro também contribui para essa distância entre as famílias, pois os pais que trabalham na capital quase nunca estão por perto de casa. Com todo esse contexto, Carlos fez questão de envolver jovens egressos do sistema prisional no projeto, como é o caso de Mizael, hoje um dos mais ativos participantes do coletivo. Quando o Pedala Queimados conseguiu participar de um edital de intercâmbio que conectou projetos de mobilidade de três diferentes estados, Carlos fez questão de levar Mizael junto. Mizael hoje é o mecânico oficial do Pedala Queimados e está sempre envolvido com as iniciativas.

O projeto teve suas dificuldades, como já era de se esperar, mas foi muito importante para dar início a essa pequena revolução em Queimados – e os resultados foram muito além do esperado. Durante o evento Velocity Rio em 2018, o Pedala Queimados recebeu um prêmio da Dutch Cycling Embassy (Embaixada Holandesa do Ciclismo). O valor recebido permitiu ampliar o escopo original do projeto, que pôde então incluir também uma oficina de construção de bicicletas de bambu com Claus Volckman, um especialista no assunto. O projeto ganhou destaque na Shimano Fest, um dos maiores eventos de bicicleta do Brasil. Também recebeu, junto a outras organizações, uma homenagem da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ no Dia Internacional dos Direitos Humanos, entregue pela presidente da comissão, Deputada Estadual Renata Souza. Em parceria com o banco Itaú, a empresa de aluguel de bicicleta Tembici doou para o Pedala Queimados sessenta bicicletas, que foram reformadas com mão-de-obra formada no projeto. Dessas sessenta, vinte foram adicionadas ao condomínio Valdoriosa. O sucesso do projeto rendeu convites para Carlos participar de eventos internacionais em Quito, no Equador, Dublin, na Irlanda, e Amsterdã, nos Países Baixos.

> *"Fazer isso que eu faço me trouxe alguns privilégios. Eu falei de transformação da sociedade, mas a partir do apoio do Fundo Casa, aquilo começou a me transformar também, eu me vi em espaços em que eu não me imaginaria nunca. Eu estive no Equador em Quito para falar de bicicleta, falar de Queimados e falar do projeto que eu estava executando com apoio do Casa, no Fórum Mundial da Bicicleta. Um mês depois eu estava na Irlanda e depois eu fui para Holanda. Imagina ficar vinte dias na Europa? É possível sonhar, por isso acho que viver daquilo que a gente gosta e acreditar é fundamental!"* ***(Carlos Greenbike)***

Hoje, o Pedala Queimados tenta formar uma equipe mais sólida, mas as dificuldades ainda são grandes. Segundo Carlos, o maior desafio é tornar a organização sustentável financeiramente: não há recursos

para manter uma equipe. "Se eu não consigo atender a minha necessidade e da minha família, como que eu vou atender a da sociedade?", argumenta Carlos. No início da pandemia, em 2020, a situação financeira apertou e ele conta que passou dificuldades – desde que o projeto deslanchou, seu criador tem se dedicado integralmente ao coletivo. A doação de quase 7 mil cestas básicas pela iniciativa Rio Contra o Corona trouxe alívio para muitas famílias em Queimados, inclusive a de Carlos. "Hoje o foco é a geração de trabalho e renda", ele conta. O Pedala Queimados está passando por uma reestruturação em sua estratégia de atuação, com foco em iniciativas que possam garantir os salários dos participantes, mas também trazer soluções para a comunidade. Mizael, o mecânico do projeto, ainda precisa vender vassouras na rua para poder garantir o sustento de seus quatro filhos, e nem sempre consegue conciliar seu trabalho com as atividades não remuneradas do coletivo. Uma das ideias de Carlos que já está em ação foi alugar bicicletas e bolsas térmicas para que moradores de Queimados possam trabalhar como entregadores em aplicativos de entregas. Já são cerca de 25 *bags* e bicicletas em circulação, contando com 20 doadas pela empresa Rappi. Outra fonte de renda do coletivo é a construção de bicicletários sob encomenda e a reforma e venda de bicicletas doadas. Segundo Carlos, "a pandemia travou muitas coisas. Esse ano eu estava planejando voltar à Europa para uma conferência em Lisboa e de lá ir pedalando até a França, isso traria visibilidade e repercussão para nosso trabalho e poderia ser um avanço importante nesse processo de transformação".

> *"Eu costumo falar o seguinte, com 20 anos eu ainda estava na sétima série do primário, então eu usei 20 anos da minha pra poder sobreviver. Hoje eu estou com 40 anos, os próximos 20 anos da minha vida eu quero existir, e existir bem, com meus filhos saudáveis e com qualidade de vida". (**Carlos Greenbike)***

Mas mesmo com as dificuldades, uma novidade tem deixado Carlos muito animado: agora o Pedala Queimados possui uma sede própria em uma casa alugada, o **Espaço PedalAr de Desenvolvimento Socioambiental**. A ideia é que o espaço seja um local de acolhimento para outras iniciativas em Queimados, focado na geração de trabalho e renda, para reduzir a desigualdade e promover a cidadania. PedalAr também é o nome que vai estampar as bicicletas doadas e reformadas pelo coletivo, bem como as magrelas de bambu que serão fabricadas no espaço. Pergunto a Carlos o que poderia ajudar o Pedala Queimados a superar as barreiras e ajudar o projeto a continuar crescendo e conquistando espaços, e ele me responde prontamente: "Tem fatores internos e externos. Internamente eu preciso melhorar o processo de gestão, talvez fazer uma outra graduação e entender melhor as ferramentas digitais, isso pode me ajudar bastante. Sobre os fatores externos, é preciso que as pessoas e as instituições olhem mais para a ponta da periferia, é preciso que as fundações e empresas envolvam pessoas da ponta e invistam melhor na ponta, a gente precisa ter autonomia. A periferia é muito viva, existem diversos projetos iguais ao Pedala Queimados, mas nós vivemos no mesmo dilema. Potencial a gente tem, o que falta é protagonismo, aí a gente consegue!".

A comunicação como ferramenta na garantia de direitos dos Territórios Tradicionais Pesqueiros: a experiência desenvolvida com jovens da Ilha de Deus, desafios e transformações

Edson Cruz (Edson Fly)[50]

Guardiã do Parque dos Manguezais, um dos maiores manguezais urbanos do Brasil, a Ilha de Deus é uma comunidade tradicional pesqueira, diferenciando-se de uma gama de comunidades de características e realidades semelhantes e destacando-se ao tratar das garantias de segurança alimentar e econômica advindas dos recursos naturais que lhe são ofertados pelo fluxo das marés. Suas características representam os resquícios originários da velha e antiga vila de pescadores, base e fundação do Recife.

Do ponto de vista social, sofre com racismo estrutural, assédio moral e midiático, em formatos sensacionalistas e de cunho policial. É também alvo de interesses especulativos dos grandes empreendimentos com o fim da apropriação indevida desses territórios, localizados às margens de famosos e benevolentes lençóis de água. Trazendo luz

50 Ativista socioambiental, ator, comunicativista, idealizador e cofundador do Caranguejo Uçá, chegou à Ilha de Deus ainda bêbe. Filho de Dona Maria dos Prazeres da Cruz, pescadora artesanal. Atua na luta por direito à cidade e carrega em sua indignação política o ativismo pela visibilidade e potencial dos Territórios Pesqueiros.

à organização urbana e política da cidade, observamos uma desigualdade, expressa espacialmente, estruturada nos pilares do racismo, que subjuga os potenciais dos seres humanos que habitam as margens.

Com atuação em rede, sobretudo com força nas periferias e comunidades tradicionais, o Núcleo de Comunicação Caranguejo Uçá, com o propósito de atuar na afirmação política e por acreditar que qualquer pessoa pode e deve ser agente transformador da sociedade, busca construir coletivamente com jovens da Ilha de Deus e na construção com as lutas por direitos à cidade, sobretudo nos territórios tradicionais, uma metodologia participativa de ação transformadora. Esse processo evidencia o protagonismo em potencial da juventude, mulheres e homens, de todos que compõem as comunidades tradicionais, com destaque para os pescadores e pescadoras artesanais, a partir da comunicação.

Não há como desconsiderar o poder da mídia na manipulação e definição das representações sociais que dão sustentação ao racismo, ao machismo, ao capitalismo e às desigualdades, pautando pejorativamente periferias e comunidades como a Ilha de Deus. Neste diálogo que entrelaça e constitui as estruturas sociais, mudar a lógica é também usar esse poder como contranarrativa, a partir do protagonismo e vivência daqueles que respiram a ancestralidade e bebem na resistência seu pulso pra vida.

De fato, a comunicação comunitária, em contraponto à mídia hegemônica, tem demarcado a importância da descolonização dos sujeitos, dos territórios e das estruturas engessadas que aprisionam e oprimem. Educar para liberdade nos convida a olhar e confrontar estas estruturas de modo a transgredir as imposições sociais, e sobretudo de ampliar a voz e potencial destes sujeitos.

O Projeto Jovens Cuidadores Socioambientais, metodologicamente organizado em quatro pilares (revitalização das áreas verdes, protagonismo político, comunicação popular e intercâmbio cultural), teve como princípio norteador ser esse adubo, tendo na comunicação os nutrientes que serviram de base na apropriação e compreensão so-

bre a importância da participação política na luta pela redefinição das estruturas, bem como da conexão destes com as demandas comunitárias, consigo mesmos e com o mundo.

A comunicação popular ou comunitária se dá sobretudo pelo contato pessoal e interpessoal e do que emana do povo e seus sentimentos, a exemplo das memórias vivas, referências políticas e culturais. Unindo forças à prática libertadora da educação popular, essas ferramentas têm sido instrumentos de importância imensurável na luta que travamos cotidianamente pela garantia e direito à cidade, e se apresenta como estratégia importante para acesso às políticas públicas, principalmente quando falamos de um ambiente ou contexto de cidade onde são arraigados os resquícios da colonização.

Desse modo, a experiência com os Jovens Cuidadores Socioambientais nos permitiu desenvolver uma prática educativa, com base na democratização da comunicação e na educação popular libertadora, que, segundo os princípios do mestre Paulo Freire, é um diálogo necessário para responder aos desafios da realidade: "não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa" (FREIRE, 1977, p. 67). Sem dúvida alguma, o processo deixou evidente a comunicação como instrumento de motivação desse diálogo interior e exterior, capaz de gerar mudanças e uma abertura crítica, com efeitos transformadores.

A construção dessa dinâmica é, como sempre, desafiadora, se considerarmos o contexto, mas ao mesmo tempo encantadora, quando nos deparamos com o desenvolvimento e o brilho nos olhos expressos na relação desses jovens com o processo de aprendizagem. Numa realidade onde até então as perspectivas de futuro se resumiam à conclusão do ensino médio, a abordagem meditativa e a reflexão política sobre a caminhada da vida desvelou buscas e realizações profissionais incríveis. Em coerência com os desafios do processo, precisamos compreender a caminhada de maneira contínua, numa visão expandida, atentos à confluência necessária entre aprendizagem e luta, nesse encontro entre as subjetividades dos sujeitos e a objetividade da realidade.

Por essa razão, nos encontros em formato de grupo de estudo, destacamos a importância da valorização dos saberes ancestrais e sua instrumentalização, a partir da reflexão expressa no enfrentamento cotidiano, que evidencia os corpos políticos e as violências vivenciadas, o que se soma aos conhecimentos técnicos. O desenvolvimento das atividades resultou em ações práticas protagonizadas por esses jovens, com efeitos ampliados a toda a comunidade, entre elas a manutenção da iluminação dos postes, criação e fixação de placas artísticas com os nomes das ruas da comunidade, revitalização de áreas verdes comuns, plantio de árvores frutíferas e de baobá e envolvimento de outros jovens e da própria comunidade, através de uma dinâmica de gincana com diálogo e mobilização de ideias, a partir da criação do Jornal da Maré e de um programa na Rádio Boca da Ilha.

É bem verdade que a autonomia dos sujeitos caminha concomitantemente ao acesso aos direitos. Dessa maneira, seria inocente da nossa parte desconsiderar o processo histórico, desenvolvido de forma perversa e esmagadora com o fim de perpetuar o racismo e as divisões de classe, para garantir a hegemonia da elite branca e escravocrata, e não entender que os desafios das comunidades tradicionais pesqueiras não se encerram por aqui, envolvendo lutas e diálogos sobre os aspectos da justiça socioambiental, para a efetivação de políticas públicas socioambientais que atuem com eficácia na limpeza dos rios e na dignidades dos povos e comunidades tradicionais.

Referências

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Quando nossos olhos se voltaram para o mesmo lugar

Flávio Eduardo da Silva Assis (Dudu de Morro Agudo)[51]

No dia 20 de junho de 2013, recebi a ligação eufórica de uma adolescente, negra, de 13 anos de idade, moradora de Morro Agudo, participante assídua das atividades do Instituto Enraizados – minha filha. Ela exigia urgentemente minha autorização para ir à manifestação que aconteceria naquele mesmo dia no Centro do Rio de Janeiro.

O fato dessa menina e alguns outros jovens da mesma idade estarem dispostos a percorrer mais de 40 quilômetros para participar de uma manifestação cujo objetivo era protestar contra o aumento da passagem de ônibus me chamou a atenção e me levou a refletir durante alguns meses.

Percebi que, talvez, esse interesse por determinada causa tenha surgido porque todos eles olharam ao mesmo tempo para o mesmo lugar, ou seja, todos eles se indignaram com a mesma coisa. E então me veio a seguinte questão: e se nós, do Instituto Enraizados, focássemos nossas ações num objetivo comum, o nosso bairro? Na resolução de problemas que nos indignam há décadas, e tendo como solução possível a melhoria da qualidade de vida no bairro? Juntos aos jovens, poderíamos identificar a origem dos principais problemas, catalogá-los e inventar as soluções, num movimento contínuo de *ensinoaprendizagem*.

51 Dudu de Morro Agudo tem 42 anos, é rapper, nascido no bairro Morro Agudo, na Baixada Fluminense. É fundador e diretor executivo do Instituto Enraizados, mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense, é casado e tem dois filhos.

Os problemas nos bairros de periferias são vários, alguns atravessam décadas, além de serem extremamente preocupantes, pois muitas das vezes parecem não ter solução, como é o caso da segurança pública. É comum ouvir relatos dos jovens sobre abusos da Polícia Militar em abordagens. É notório o fato do extermínio da juventude negra pelo Estado. Em 2015, negros e pardos foram 77% dos mortos pela polícia do Rio (MARTINS, 2016). Cerca de 30 mil jovens de 15 a 29 anos foram assassinados neste mesmo ano no Brasil, o que significa que um jovem negro morreu a cada 23 minutos (ESCÓSSIA, 2016).

No seu livro **Necropolítica**, Achille Mbembe (2020) fala sobre a definição de biopoder, onde o Estado promove a matança de parte da sociedade com base no racismo.

Munido de tantas questões, reuni a diretoria e o conselho do Instituto Enraizados para propor uma mudança significativa na nossa forma de trabalho, baseado nas reflexões que havia feito. Percebemos a possibilidade de uma mudança realmente significativa no nosso meio social a partir do protagonismo dos jovens, de seus saberes, focados em suas próprias demandas e experiências.

Percebemos então o Quilombo Enraizados, sede do Instituto Enraizados, como um espaço de educação não formal, que valoriza a produção do conhecimento em rede e a vivência de cada participante, indo na contramão do que Paulo Freire chama de educação bancária, pois segundo ele, "na visão 'bancária' da educação, o 'saber' é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber" (FREIRE, 2017, p. 81).

Nossa ideia era o contrário disso: criar uma atmosfera onde pudéssemos aprender juntos, educadores e educandos, sem hierarquia, cada um a partir de sua vivência, do seu conhecimento intrínseco, trocando, ensinando e aprendendo mutuamente, buscando soluções e crescendo juntos, acessando o que o Gabriel Montsho chama de Educação Clandestina, isto é, livros que são fundamentais para a nossa formação enquanto homens e mulheres pretos, de periferia, mas que não estão disponíveis em espaços formais de educação.

Em 2014, após muitas rodas de conversa, tentamos realizar a primeira versão do projeto que chamamos de **"Meu Bairro, Meu Ambiente"**, que visava reunir educadores que pudessem promover formações teóricas e práticas em jornalismo comunitário, política, fotografia, audiovisual, meio ambiente urbano, cidadania e tudo mais que pudesse dar base e inspirar as ações dos jovens de Morro Agudo, experimentando um novo formato de formação, diferente dos engessamentos promovidos por algumas escolas e outros espaços de educação formal.

Nossa intenção com o projeto era disponibilizar a um grupo de jovens equipamentos e novos conhecimentos para que juntos pudéssemos imaginar um novo futuro possível para o bairro, praticando o exercício de identificar o que considerássemos problemas e pensar possíveis soluções, e identificar também aquilo que hoje chamamos de "os símbolos do bairro", ou seja, estruturas, locais e pessoas que refletem a identidade da comunidade.

Pensar a realização deste projeto foi esperançoso, mas colocá-lo em prática despertou em nós diferentes tipos de frustrações, pois cada um de nós, responsáveis pela gestão do Instituto Enraizados, tínhamos a demanda inadiável de lutar diariamente pela própria sobrevivência, o que não nos permitia criar uma situação que nos fizesse olhar, todos ao mesmo tempo, para o mesmo lugar.

No fim de 2017, em conversa com Henrique Silveira, da Casa Fluminense[52], soubemos do edital Casa Cidades, que disponibilizaria 30 mil reais para apoiar grupos para atuar em rede trabalhando a temática Cidades Sustentáveis, propondo soluções aos desafios socioambientais envolvidos na construção dessas cidades, sob a ótica de algumas linhas de ação, entre elas o "fortalecimento institucional comunitário, ordenamento territorial e participação social". Era o "pontapé inicial" de que precisávamos.

Alguns meses após a inscrição, além de selecionados, fomos contemplados com uma importante formação, junto com dezenas de

52 A Casa Fluminense é uma organização não governamental que constrói coletivamente políticas e ações públicas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com foco na redução das desigualdades, no aprofundamento da democracia e no desenvolvimento sustentável.

outras instituições e coletivos de todo o Brasil, o que instantaneamente ampliou nossa rede e nos permitiu conhecer parte dos profissionais que nos ajudariam a realizar as formações que desejávamos, como por exemplo a oficina de jornalismo comunitário, que foi ministrada pelo jornalista Alexandre Peçanha, do Quilombo do Camorim; e a oficina de Meio Ambiente Urbano, ministrada pelo ambientalista Carlos Leandro de Oliveira, o Carlos Greenbike, gestor de outra instituição apoiada pelo edital, a Pedala Queimados.

Durante todo o ano de 2018 desenhamos a possibilidade de um novo futuro, não somente para o Instituto Enraizados, mas para cada um de nós que partilhava dessa experiência.

Criamos juntos as táticas (CERTEAU, 1998) que nos permitiram driblar as intempéries, identificar problemas, imaginar e executar as possíveis soluções, pois estávamos todos não somente olhando para o mesmo lugar, mas acumulando energias num mesmo ponto, o Quilombo Enraizados. Utilizo o termo "tática" aqui na mesma perspectiva que Certeau (1998, p. 47), que chamava de "tática" a situação em que "o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas".

Um fato que sempre foi perturbador pra nós, de Morro Agudo, era que os veículos de comunicação hegemônicos retratavam o bairro como um lugar violento, e essa exposição tinha um reflexo duplamente negativo, pois despertava sentimentos de inferioridade em alguns moradores. Além disso, algumas pessoas que viviam em outros bairros, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, tinham medo de visitar Morro Agudo, e reforçavam em suas falas o estigma violento que era atribuído ao local, num ciclo que não tinha fim.

Como uma das táticas decidimos praticar três ações em conjunto: identificar os pontos positivos do bairro e comunicar através da nossa própria mídia; produzir microatividades culturais e enviar frequentemente sugestões de pautas positivas sobre o bairro para jornalistas e veículos de comunicação; convidar pessoas de diferentes regiões e classes sociais para visitarem nossa sede, o que hooks (2017) chama de "cruzar fronteiras".

Como resultado dessas ações, em menos de seis meses fizemos uma exposição fotográfica sobre os símbolos do bairro na praça Armando Pires, principal praça de Morro Agudo, exposição esta que circulou também por algumas escolas públicas do bairro, até que, em parceria com a empresa de telefonia Nextel, ocupou a praça da Via Light, no centro de da cidade de Nova Iguaçu, e em seguida ocupou a loja da própria empresa.

Tivemos nossas pautas publicadas em jornais de grande circulação e fomos protagonistas do quadro Cria da Comunidade, do RJTV, da Rede Globo, que teve uma repercussão muito positiva dentro do bairro.

Recebemos importantes visitas, como de Emanuel Jacobina, autor da novela Malhação, da Rede Globo; de diretores da empresa Nextel; de Stephany Reist e Travis Knoll, pesquisadores norte-americanos da Duke University; entre outros.

No ano de 2019, já com o fim do projeto "Meu Bairro, Meu Ambiente", incorporamos as principais táticas inventadas ao programa de mesmo nome, que a partir de então direcionava todos os projetos e ações do Instituto Enraizados.

Isso nos permitiu não somente crescer significativamente enquanto instituição, mas também enquanto indivíduos. Realizamos importantes parcerias e ganhamos visibilidade em vários Estados do Brasil e em alguns países do mundo.

No início do ano de 2020 estabelecemos parcerias institucionais com o SESC e com o Núcleo de Atenção à Violência (NAV). Em ambos os casos, utilizaríamos durante todo o ano a metodologia RapLab[53], inventada por nós, para realizar atividades com jovens de todo o Rio de Janeiro, mas a pandemia jogou um balde de água fria em nosso planejamento anual.

Com o início da pandemia da COVID-19, todos os projetos que estávamos envolvidos foram adiados por tempo indeterminado e tivemos que nos reinventar novamente, contudo tínhamos um novo modo

53 A prática do RapLab provoca a produção do conhecimento em rede, usando o rap como um espaçotempo de ensinoaprendizagem de trabalho coletivo e de leitura de mundo, além de nos possibilitar uma experimentação política para um projeto de educação democrática.

de fazer as coisas, uma direção pra seguir, modelos para experimentar e, acima de tudo, visibilidade e respeito não somente pelos moradores do bairro, mas das instituições parceiras, de empresas privadas e do poder público.

No dia 14 de março de 2020, todas as pessoas que orbitam o Instituto Enraizados olharam novamente para o mesmo lugar, e criamos então uma ação chamada Solidariedade BXD, onde estabelecemos parcerias com outras ONGs do Rio de Janeiro, como o Instituto Ekloos, o Banco da Providência, o Instituto Phi e a Ação da Cidadania, além de centenas de pessoas que doaram recursos financeiros para que pudéssemos auxiliar as famílias do bairro que estavam em vulnerabilidade social, incluindo nossas próprias famílias. Com essa ação distribuímos mais de 12 mil cestas básicas.

Reinventamos o RapLab no ambiente virtual, e além de retomarmos o projeto com o NAV, iniciamos parcerias com renomadas instituições como a Fiocruz, o Oi Futuro, o British Council e com a empresa norte americana Amp.It, com a qual realizamos virtualmente um trabalho em cinco países do continente africano.

A partir do conhecimento produzido em rede, isto é, dos nossos saberes subalternizados (RUFINO, 2019), foi possível não somente percorrer com mais fluidez os caminhos já conhecidos, mas trilhar novos caminhos e inventar outros.

Estamos aprendendo cada vez mais a olhar juntos para a mesma direção, mesmo que diante de uma encruzilhada; não importa o caminho que seguimos enquanto indivíduos, temos o entendimento e o sentimento de estarmos indo numa mesma direção.

Referências

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ESCÓSSIA, Fernanda da. A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI. **BBC Brasil**, 6 jun. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295. Acesso em: 28 abr. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MARTINS, Marco Antônio. Negros e pardos são 77% dos mortos pela polícia do Rio em 2015. **Folha de S. Paulo**, 23 fev. 2016. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1742551-negros-e-pardos-sao-77-dos-mortos-pela-policia-do-rio-em-2015.shtml. Acesso em: 28 abr. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

Apoio Financeiro:

OAK FOUNDATION